

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO

DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

RÍLLARI FERREIRA CASTRO E SILVA

Além da farda: explorando a presença de pessoas LGB nas Forças Armadas do Brasil e da
Argentina no século XXI

São Paulo – SP

2025

RÍLLARI FERREIRA CASTRO E SILVA

Além da farda: explorando a presença de pessoas LGB nas Forças Armadas do Brasil e da Argentina no século XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.
Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

São Paulo – SP

2025

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Silva, Ríllari Ferreira Castro e.

S586 Além da farda : explorando a presença de pessoas LGB nas Forças Armadas do Brasil e da Argentina no século XXI / Ríllari Ferreira Castro e Silva. – São Paulo, 2025.
142 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2025.

1. Pessoas LGBT. 2. Brasil – Forças armadas. 3. Argentina – Forças armadas. 4. Identidade de gênero. 5. Mulheres militares – Brasil. 6. Mulheres militares – Argentina. I. Título.

CDD 355.008664

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente pesquisa, ao elencar a população LGB como ator nas Forças Armadas, busca abrir mais o campo de estudos da Segurança e Defesa para os estudos de gênero e sexualidade. Com isso, a pesquisa tem impacto relevante ao elencar questões que, normalmente, são consideradas como sendo de âmbito privado e não pertencentes a este campo de estudos.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The present research, by identifying the LGB population as an actor within the Armed Forces, seeks to broaden the field of Security and Defense studies to include gender and sexuality studies. In doing so, this research has significant impact by addressing issues that are typically regarded as belonging to the private sphere and not traditionally considered part of this field of study.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La presente investigación, al identificar a la población LGB como un actor dentro de las Fuerzas Armadas, busca ampliar el campo de los estudios de Seguridad y Defensa para incluir los estudios de género y sexualidad. De esta manera, la investigación tiene un impacto significativo al abordar cuestiones que, habitualmente, se consideran parte del ámbito privado y no pertenecientes a este campo de estudio.

RÍLLARI FERREIRA CASTRO E SILVA

Além da farda: explorando a presença de pessoas LGB nas Forças Armadas do Brasil e da Argentina no século XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.
Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Cristian Daniel Valdivieso Ojeda (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)

Prof^a. Dr^a. Izadora Xavier do Monte (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

São Paulo, 05 de fevereiro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro concedido. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão do CNPq.

Escrever os agradecimentos é uma das partes mais difíceis para mim. Primeiro porque fico emotiva por todo apoio que recebi durante os últimos dois anos e tenho receio de não conseguir colocar em palavras toda a minha gratidão, segundo porque tenho receio de esquecer de mencionar alguém, pois ainda que eu procure nominalmente mencionar todos que me apoiaram nessa jornada, arrisco falhar e não dar o devido reconhecimento. Por isso, de antemão, agradeço a todos aqueles que em algum momento cruzaram comigo e contribuíram para a realização desse trabalho, com leituras atentas ao que escrevi ou com palavras de carinho. Sou grata a cada uma dessas pessoas por todo incentivo, apoio e compreensão que me forneceram durante esses dois anos. Sempre ouvi que o processo de escrita é solitário e, no início, custei a acreditar para não criar nenhuma expectativa quanto ao trabalho que viria a ser feito. Durante o processo, passei por altos e baixos e compreendi a dimensão da solidão da escrita, o que me levou a buscar mais apoio em pessoas queridas, as quais não poderia deixar de mencionar, pois, apesar do processo de escrita ser solitário, pude contar com o apoio de muitas mãos durante a realização desse trabalho.

Antes de tudo, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP) por tornar esse sonho possível. O Programa me forneceu oportunidades que jamais deixarei de ser grata. Agradeço a todo o apoio da secretaria e da biblioteca nos nomes de Graziela, Giovana e Isabela. Agradeço também à banca examinadora, Izadora Xavier e Cristian Valdivieso, pelas valiosas contribuições desde a qualificação. Também agradeço à Helena Salim e David Succi pela leitura atenta do meu trabalho, pelos debates levantados no IARAS e pelas aulas durante o período do mestrado.

Agradeço ao meu orientador, professor Alexandre Fuccille, por todo apoio, incentivo e palavras de afeto durante esses dois anos. Por ter, antes de tudo, acreditado em mim e na realização desse trabalho. Por abrir espaço no Programa para pesquisas de gênero e sexualidade. Espero que saiba o impacto que sua orientação teve em mim nos últimos dois anos, pude aprender muito com você e eu não poderia ter um orientador melhor durante o mestrado.

Agradeço a todos aqueles que, debaixo de muito sol, me fizeram chegar aqui na sombra e com água fresca. Agradeço aos meus pais que, mesmo sem compreender o que eu faço e o que são ‘relações internacionais’, sempre fizeram tudo para que eu tivesse o melhor. Agradeço por serem compreensíveis, por confiarem em mim e me permitirem voar cada vez mais alto, sem vocês eu não teria chegado aqui. Não deixo de agradecer também às minhas raízes baianas que me fizeram ser o que sou hoje. Crescer e me criar no meio da caatinga baiana me moldou completamente e tenho muito orgulho disso.

Agradeço também aos amigos que fiz no mestrado, em especial Gui Conceição, Gui Lima, João Fava e Larissa (Hiro), o mestrado foi muito mais divertido com vocês e São Paulo é muito melhor com a presença de vocês. Todas nossas discussões, que vão desde tópicos de RI até últimas fofocas de divas pop, me deram o fôlego de que eu precisava. Amo vocês, nosso Grupo de Estudos Cupinxas (GECU), nossa pequena tradição de ir ao *Al Jannah* e nossa mistura de quatro regiões brasileiras (Nordeste, Norte, Sul e Sudeste).

Não posso deixar de mencionar que esse texto não teria sido construído se, em 2019, ao começar a graduação em RI, eu não tivesse conhecido os estudos de gênero por meio das professoras Fabiane Simioni e Gabriela Kyrillos, toda minha gratidão a vocês. Agradeço também ao professor Fernando Comiran que, com Fabi e Gabi, me incentivou e me apoiou durante a graduação e durante os processos seletivos de mestrado e doutorado. Sem o incentivo de vocês três eu provavelmente não estaria aqui. Todos são fontes de inspiração e espero que em breve eu possa causar o mesmo impacto que vocês tiveram na minha formação.

Agradeço às MaRIas-USP, que se tornaram muito mais que um grupo de estudos e pesquisa em gênero. É gratificante estar rodeada de meninas inspiradoras e acolhedoras e poder abrir cada vez mais as portas das RI para o gênero. Em especial, agradeço à Ana Luiza pelas viagens feitas em conjunto e pela amizade que foi além das MaRIas. Agradeço ao grupo IARAS que me acolheu assim que entrei no San Tiago Dantas e me integrou aos estudos de gênero na segurança, sou muito grata por cada uma das discussões que tivemos e pelas ideias valiosas que me deram sobre essa pesquisa. Agradeço também a Leonardo Landucci, pela parceria nos dois anos de mestrado.

Agradeço aos meus amigos Grazi, Danilo (*in memoriam*) e Vinícius, por compreenderem que meu lugar é no mundo, sinto muita saudade e amo cada um de vocês. Agradeço ao meu cão - Nick que, sempre que estou em Remanso, fica ao meu lado e é apoio em diversos momentos. Mais ou menos metade da minha vida foi (e é) preenchida por memórias da One Direction e, quem me conhece minimamente, sabe que não existe Ríllari

sem 1D, inclusive, as RI somente entraram na minha vida por causa deles. Por isso, agradeço a cada um deles e, principalmente, a todas as músicas que embalaram e foram trilha sonora não só da escrita deste texto, mas de toda a minha vida.

Agradeço aos meus amigos Fred e Ana Livia, por todos os momentos vividos juntos, poder contar com vocês sempre vai ser um dos meus maiores presentes, obrigada por tudo, tenho saudades e amo vocês. Em especial, minha amiga Ana Livia, por compartilhar sonhos, risadas e choros nessa caminhada que tem sido similar. Seja dividindo a mesma casa ou a quilômetros de distância, a sua amizade foi/é essencial nessa jornada acadêmica, mas não só nela. Acho que a gente precisava se encontrar, primeiro no *twitter* e depois em Santa Vitória do Palmar, porque nossa amizade é muito bonita.

Agradeço a Ela, que está comigo desde a primeira semana da graduação em Relações Internacionais no extremo sul do Brasil, e sempre foi/é a pessoa que mais me apoiou/apoia em qualquer coisa que eu queira fazer. Agradeço por todos os cafés, cuscuz com manteiga de gado e doces de cupuaçu que compartilhamos. Por todos os abraços e palavras de incentivo. Por ser Casa em vários lugares do Brasil. Por entender os momentos de ausência. Por sempre estar ao meu lado, seja dividindo a mesma mesa ou a quilômetros de distância. Por ser colo em todas as vezes que duvidei de alguma coisa. Por ouvir diversas vezes sobre o meu objeto de estudo. Por não me deixar esquecer o caminho trilhado até aqui e vibrar comigo cada uma das nossas conquistas. Sou extremamente grata por tudo que fez e continua a fazer por mim nesses últimos (quase) seis anos. Sem seu amor, confiança, apoio e carinho, eu não teria chegado aqui da forma como cheguei. Tenho orgulho de nós. Compartilhar a vida com você é sensacional. Amo você, dengo.

Minha vida é andar por este país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei
(A Vida do Viajante, composta por Hervê Cordovil e Luiz Gonzaga, e
interpretada por Gonzaguinha e Luiz Gonzaga, no álbum
“Gonzaguinha da vida”, de 1978).

Lights off when they should be on
Even stars in the skies they're wrong
Short days when the nights are long
When I think of the things I've done
Don't matter how far I've gone
I'm always free to run home
Don't forget where you belong, home
(Don't Forget Where You Belong, composta por Niall Horan, Danny
Jones, Dougie Poynter e Tom Fletcher e interpretada por One
Direction, no álbum “Midnight Memories”, de 2013).

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema geral a presença de pessoas abertamente LGB (lésbicas, gays e bissexuais) nas Forças Armadas da Argentina e do Brasil no século XXI. A partir da compreensão de que as Relações Internacionais são impactadas diretamente pela estrutura de gênero e sexualidade socialmente imposta, buscamos compreender como essas mesmas estruturas têm impactos na formação e consolidação da identidade das Forças Armadas. Argumentamos que a identidade das Forças Armadas é influenciada por características relacionadas à masculinidade hegemônica, além de que essas constituem uma instituição de gênero. A masculinidade hegemônica é associada a padrões heteronormativos que, por consequência, impedem que pessoas LGB estejam de forma aberta nas Forças Armadas. Para entender a relação entre as Forças Armadas e a masculinidade, a pesquisa considera a evolução histórica e a formação das Forças Armadas brasileiras e argentinas, bem como as dinâmicas de poder e hierarquia que prevalecem dentro dessa instituição. Através da análise conjunta dessas três questões e por meio da metodologia de *process tracing*, a pesquisa tem o objetivo de analisar a presença da população abertamente LGB nas Forças Armadas da Argentina e do Brasil no século XXI. A partir disso, elencamos a hipótese de que, devido à masculinidade hegemônica, as Forças Armadas de ambos os países veem a não normatividade homossexual como empecilho ao trabalho militar. Também levantamos a hipótese de que as disposições militares além de reforçarem a exclusão de pessoas LGB, postulam que essas não devem tratar abertamente da própria orientação sexual. Ao longo do estudo, ambas as hipóteses foram confirmadas.

Palavras-chave: Identidade militar. Masculinidades hegemônicas. População LGB.

ABSTRACT

This research explores the general theme of the presence of openly LGB (lesbian, gay, and bisexual) individuals in the Armed Forces of Argentina and Brazil in the 21st century. Starting from the understanding that International Relations are directly influenced by the socially imposed structure of gender and sexuality, we aim to understand how these same structures impact the formation and consolidation of the identity of the Armed Forces. We argue that the identity of the Armed Forces is shaped by characteristics related to hegemonic masculinity and that these forces constitute a gendered institution. Hegemonic masculinity is associated with heteronormative standards, which, consequently, prevent LGB individuals from being openly present in the Armed Forces. To understand the relationship between the Armed Forces and masculinity, this research considers the historical evolution and development of the Brazilian and Argentine Armed Forces, as well as the dynamics of power and hierarchy that prevail within this institution. By jointly analyzing these three issues and through the methodology of process tracing, the research aims to examine the presence of the openly LGB population in the Armed Forces of Argentina and Brazil in the 21st century. From this analysis, we propose the hypothesis that, due to hegemonic masculinity, the Armed Forces of both countries perceive non-heterosexual normativity as an impediment to military work. We also hypothesize that military policies, in addition to reinforcing the exclusion of LGB individuals, assert that these individuals should not openly discuss their sexual orientation. Throughout the study, both hypotheses were confirmed.

Keywords: Military identity. Hegemonic masculinities. LGB population.

RESUMEN

Esta investigación tiene como tema general la presencia de personas abiertamente LGB (lesbianas, gays y bisexuales) en las Fuerzas Armadas de Argentina y Brasil en el siglo XXI. Partiendo de la comprensión de que las Relaciones Internacionales están directamente impactadas por la estructura de género y sexualidad impuesta socialmente, buscamos entender cómo estas mismas estructuras tienen efectos en la formación y consolidación de la identidad de las Fuerzas Armadas. Argumentamos que la identidad de las Fuerzas Armadas está influenciada por características relacionadas con la masculinidad hegemónica y que estas constituyen una institución de género. La masculinidad hegemónica está asociada a estándares heteronormativos que, como consecuencia, impiden que las personas LGB estén abiertamente presentes en las Fuerzas Armadas. Para entender la relación entre las Fuerzas Armadas y la masculinidad, la investigación considera la evolución histórica y la formación de las Fuerzas Armadas brasileñas y argentinas, así como las dinámicas de poder y jerarquía que prevalecen dentro de esta institución. A través del análisis conjunto de estas tres cuestiones y mediante la metodología de *process tracing*, la investigación tiene como objetivo analizar la presencia de la población abiertamente LGB en las Fuerzas Armadas de Argentina y Brasil en el siglo XXI. A partir de ello, planteamos la hipótesis de que, debido a la masculinidad hegemónica, las Fuerzas Armadas de ambos países ven la no normatividad heterosexual como un impedimento para el trabajo militar. También levantamos la hipótesis de que las disposiciones militares, además de reforzar la exclusión de personas LGB, postulan que estas no deben hablar abiertamente sobre su orientación sexual. A lo largo del estudio, ambas hipótesis fueron confirmadas.

Palabras clave: Identidad militar. Masculinidades hegemónicas. Población LGB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AFA	Academia da Força Aérea
AI	Ato Institucional
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ASA	Acordo de Solução Amistosa
CA	Corpo da Armada
CAFRM	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CFRA	Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica
CGMD	Comissão de Gênero do Ministério da Defesa
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIM	Corpo de Intendentes da Marinha
CMN	Colégio Militar da Nação
CJM	Código de Justiça Militar
CONADEP	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas</i>
CPM	Código Penal Militar
DPDN	<i>Directiva Política de Defesa Nacional</i>
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EN	Escola Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESD	Estratégia Setorial de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EsSEx	Escola de Saúde do Exército
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMSE	<i>Fabricaciones Militares</i>
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IME	Instituto Militar de Engenharia
LGB	Lésbicas, gays e bissexuais

LGBT+	Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, transgênero e demais variações de gênero e sexualidade
MD	Ministério da Defesa
MMF	Missão Militar Francesa
ONU	Organização das Nações Unidas
PDN	Política de Defesa Nacional
PED	Plano Estratégico de Defesa
PND	Política Nacional de Defesa
PPD	Projeto Perfil do Profissional de Defesa
PSD	Política Setorial de Defesa
QCO	Quadro Complementar de Oficiais do Exército
QFG	Quadro Feminino de Graduadas
QFO	Quadro Feminino de Oficiais
RI	Relações Internacionais
SISPED	Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa
SMO	Serviço Militar Obrigatório
SNI	Sistema Nacional de Informações
SPM-PR	Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República
STM	Supremo Tribunal Militar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	FORMAÇÃO DA IDENTIDADE.....	20
2.1	Elementos históricos da formação militar brasileira.....	26
2.2	Elementos históricos da formação militar argentina.....	41
3	MASCULINIDADES.....	58
3.1	Masculinidades hegemônicas.....	64
3.2	Masculinidades não-hegemônicas.....	69
3.2.1	Masculinidades dissidentes.....	70
3.3	Masculinidades militares.....	72
4	POPULAÇÃO ABERTAMENTE LGB NAS FORÇAS ARMADAS.....	78
4.1	Medidas de gênero e sexualidade tomadas no âmbito do Ministério da Defesa do Brasil.....	80
4.2	Medidas de gênero tomadas no âmbito do Ministério da Defesa da Argentina.....	88
4.3	Reflexões sobre a presença da população abertamente LGB nas Forças Armadas.....	94
4.3.1	Razões para a não inclusão da população abertamente LGB nas Forças Armadas.....	97
4.3.2	A capa da invisibilidade e neutralidade da heterossexualidade.....	100
4.3.3	A masculinidade hegemônica e pessoas abertamente LGB nas Forças Armadas.....	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	121

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como tema geral a presença de pessoas abertamente LGB¹ (lésbicas, gays e bissexuais) nas Forças Armadas da Argentina e do Brasil no século XXI. As Forças Armadas, cuja missão é a “defesa do território e de seus habitantes por meio de uma preparação específica e da utilização de equipamentos exclusivos” (Diamint, 2019, p. 939), são uma instituição fortemente marcada pela masculinidade hegemônica (Arkin; Dobrofsky, 1978). Esta é traduzida em um conjunto de tradições, costumes e comportamentos na formação militar, sendo uma parte fundamental na autodefinição de um militar. Para Segal (1995), a instituição militar é considerada como primeiro modelo de masculinidade dentre as instituições sociais, perpetuando preceitos conservadores quanto à temática de gênero e sexualidade, primordialmente porque já se pressupõe, antes de tudo, que todos os ingressantes nas academias militares são homens e heterossexuais.

Por meio de práticas específicas de socialização, as Forças Armadas têm um papel central na construção de aspectos relacionados à identidade de gênero masculina. Através disso, compreendemos que as Forças Armadas desempenham um papel significativo na construção de conceitos de masculinidade, gênero e sexualidade. A masculinidade hegemônica também é responsável por imprimir um modelo ideal do militar, de maneira que este apresentaria características como virilidade, força, heterossexualidade e brutalidade. É devido a isso que, durante a formação militar, os militares são expostos a modelos “não-ideais” e “negativos”, geralmente traduzidos em imagens de pessoas LGB e mulheres, associados a não eficácia, fraqueza e passividade (Carreiras, 2006). Dessa forma, as Forças Armadas se constituem uma instituição também definidora de gênero e agente socializadora dessas normas.

A entrada nas Forças Armadas é a entrada em um sistema fechado e rígido em que as dimensões de vida pessoal, do ambiente de trabalho e da socialização em si se confundem e são controladas. Isso leva a impactos nos processos de socialização dos integrantes dessas instituições para além das Forças (Arkin; Dobrofsky, 1978). A pressão para performar as normas da masculinidade hegemônica ultrapassa a esfera militar e se espalha por toda a vida do indivíduo, dado que, no momento em que se ingressa nas Forças Armadas, também se

¹ Fazemos a escolha de reduzir a sigla LGBTQ+, a qual inclui pessoas transgêneros e demais variações de gênero e sexualidade, por compreender, ao longo da pesquisa, que a inserção dessas aponta para outro nível de abertura das Forças Armadas. Devido ao estabelecimento de noções biológicas binárias de feminino e masculino, houve a determinação de como corpos masculinos deveriam ser e se comportar e de como corpos femininos deveriam ser e se comportar, de modo que pessoas transgêneros e demais variações de gênero e sexualidade tensionam essa normalidade em níveis que não são abordados nesse trabalho.

ingressa em um ambiente que, inicialmente, fora construído sendo totalmente fechado e desconectado do mundo exterior (Goffman, 1974). Isso ocorre porque as Forças Armadas são uma instituição total com uma subcultura própria (Goertzel; & Hengst, 1971). O produto final da masculinidade hegemônica propagada pelas Forças Armadas constituiria em tornar-se um homem (heterossexual) corajoso, forte, confiante e leal, frente à sociedade e aos seus colegas militares. No entanto, esse cenário de isolamento começou a se modificar com as mudanças sociopolíticas e as Forças Armadas passaram por abalos em sua identidade, visto que foram impelidas a dialogar com o restante da sociedade.

Todas as tarefas dentro das Forças Armadas são programadas para apresentar habilidades e técnicas que seriam necessárias para a sobrevivência dos militares em um possível combate, com o objetivo principal de moldar a identidade social e sexual de todos. Partindo do conceito de identidade, entende-se aqui que se refere à percepção que cada indivíduo tem de si juntamente à percepção do ambiente em que está inserido e como esse ambiente percebe cada um desses indivíduos. Baseando-se em Dubar (2005), tem-se que a identidade é formada através de dois processos: (1) biográfico e (2) relacional. O processo biográfico é aquele em que o indivíduo se autodefine e o relacional é aquele em que a identidade individual é atribuída pelo outro.

Dubar (2005) também expõe que a identidade profissional influencia a construção de identidade pessoal, o que nos leva ao entendimento de como as nuances da identidade desenvolvida no âmbito militar também reverberam no âmbito pessoal. Isso ocorre pois “o treinamento de combate e a socialização do papel sexual masculino nunca estão separados um do outro” (Arkin; Dobrofsky, 1978, p. 159). Essas técnicas e medidas disciplinares são baseadas em tradição, *esprit de corps*, unidade e comunidade (Goertzel; & Hengst, 1971), que atuam em conjunto com “os controles psicológicos usados para moldar os comportamentos masculinos” (Arkin; Dobrofsky, 1978, p. 159), diretamente atrelados ao fortalecimento dos papéis de gênero dentro e fora da instituição. A partir da masculinidade hegemônica, marcadamente heteronormativa e homogênea, abrem-se portas para pensar-se a presença de pessoas LGB nas instituições militares.

Até os anos mais recentes, as Forças Armadas eram locais primários de homosociabilidade² masculina, especialmente devido à inserção tardia de mulheres nesses locais. Na Argentina, essa inserção ocorreu entre 1980 e 1982, durante o conflito das Malvinas, e no Brasil essa inserção ocorreu a partir de 1980 com a integração feminina na Marinha. Essa similaridade justifica, em partes, a escolha por ambos os países. A escolha

² O conjunto de relações estabelecidas socialmente entre pessoas de mesmo sexo.

desses países se dá devido a ambos terem passado por processos similares de formação do Estado nacional, passando por momentos de maior ou menor abertura política, bem como por governos comandados pelas Forças Armadas. (Ellis, 2019; Rouquié, 1984; Silva, 2001). Apontamos que são países tão perto geograficamente, mas tão longe no que diz respeito à construção do controle civil das Forças Armadas. Outro ponto em comum entre os países é que todos, nos últimos dez anos, passaram por ondas de mobilizações conservadoras anti-gênero (Facchini; Sívori, 2017; Moragas, 2020; Rezende; Cruz, 2020). Além disso, cabe acrescentar que ambos os países são as maiores economias da América do Sul, bem como os maiores em extensão territorial.

Apesar desses encontros, ambos os países contam com formas diferentes no que diz respeito não somente à organização das suas Forças Armadas como também quanto à presença de pessoas LGB nas suas instituições militares. Ambos reconhecem legalmente pessoas LGB e o matrimônio igualitário, sendo a Argentina o primeiro país a aprovar a lei na América Latina. Quanto ao debate sobre sexualidade e gênero nas Forças Armadas em ambos os países, o movimento que se observa é maior em relação à inclusão de mulheres (Brasil, 2014a; Garré, 2010). Como reforça D'Araújo (2010, p. 57):

A incorporação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras e em todos os países, em geral, foi um caso de sucesso, apesar dos cuidados iniciais muito calculados e de algumas limitações na carreira. Quanto aos homossexuais – gays e lésbicas – o debate emergente explica claramente que esta é uma questão ainda delicada, especialmente na América Latina, dentro e fora dos quartéis.

A título de exemplo, a Argentina, em 2009, revogou um dos atos da Justiça Militar que, apesar de não proibir o ingresso da população LGB nas Forças Armadas, condenava expressamente atos homossexuais (Nova [...], 2014). No Brasil, houve a retirada dos termos “pederastia” e “homossexual ou não” do art. 235 do Código Penal Militar (STF, 2015). Ambos apontam para a existência de pessoas LGB nas Forças, mas não de forma pública. Apesar disso, os movimentos descritos não apontam para uma abertura deliberada de apoio à população LGB nas Forças Armadas, visto que a presença de forma aberta dessas desafia a masculinidade hegemônica, bem como os preceitos relacionados a essa, como a heterossexualidade. Os argumentos contra a presença de pessoas abertamente LGB se apoiam em um possível risco “à moral, à honra, à disciplina, e à hierarquia das Instituições Militares” (Verbicaro Soares *et al.*, 2020, p. 97) e uma suposta quebra da dignidade castrense. Isso ocorre pois a instituição se apoia em valores e normas coletivas que ultrapassam as individuais e que “são expressos em lemas como ‘Dever’, ‘Honra’ e ‘Pátria’”(Moskos, 1984,

p. 299). Em vista disso, destacamos que o gênero e a sexualidade têm um papel central nas instituições militares que também atuam na construção de hierarquias de gênero e sexualidade, implicando nos comportamentos masculinos de afastamento de indivíduos que supostamente não seriam aptos ao trabalho militar, como mulheres e pessoas LGB (Segal, 1999).

Isto revisita a importância de tratar da presença de pessoas abertamente LGB nas Forças Armadas, temática pouco explorada dentro das Relações Internacionais, partindo do ponto de que estas sempre estiveram presentes nessa instituição, somente não o fizeram de forma aberta. A partir disso, a pesquisa justifica-se pela necessidade de se elencar a população LGB como ator relevante dentro das Relações Internacionais, especialmente por essa ser marginalizada, violentada e discriminada ao longo dos anos. Além disso, faz parte da justificativa desta pesquisa a contribuição para os estudos de Segurança e Defesa ao utilizar o gênero e a sexualidade como categorias de análise, especialmente na ampliação do campo de estudos sobre diversidade sexual e de gênero nas Forças Armadas sul-americanas, colocando em destaque a presença da população abertamente LGB. Os países são elencados como Estados de análise por serem próximos geograficamente, porém, distantes no que diz respeito ao tratamento oferecido às instituições militares e ao desenvolvimento de políticas voltadas à população LGB. A análise busca contribuir para uma avaliação sobre a posição dos países estudados quanto à integração de pessoas abertamente LGB nas Forças Armadas, bem como busca evidenciar quais esforços foram feitos para que ocorra essa integração. Assim, essa pesquisa busca responder a seguinte questão: existem ações no Ministério da Defesa para garantir a presença de pessoas abertamente LGB nas fileiras militares argentinas e brasileiras?

O objetivo geral da pesquisa é analisar a presença da população abertamente LGB nas Forças Armadas da Argentina e do Brasil no século XXI. Para isso, a pesquisa se apoiará em três objetivos específicos, os quais apoiam o objetivo geral. Inicialmente, busca-se compreender como ocorre a construção e evolução de elementos históricos da formação militar brasileira e argentina e como esses elementos têm impactos na identidade militar. O segundo objetivo é entender como as dinâmicas de gênero e sexualidade influenciam as dinâmicas estabelecidas no plano internacional e como essas dinâmicas constroem a masculinidade hegemônica. Assim, chega-se ao terceiro objetivo, que é constatar se existem ações tomadas para garantir a presença de pessoas abertamente LGB nas fileiras militares argentinas e brasileiras.

A primeira hipótese aqui elencada é de que, devido à masculinidade hegemônica, as Forças Armadas veem a não normatividade heterossexual como empecilho ao trabalho militar.

Junto a isso, tem-se que as disposições militares de caráter normativo reforçam a exclusão de pessoas LGB do trabalho militar. Além disso, essas disposições requerem que pessoas LGB não possam tratar abertamente da sua sexualidade nas instituições militares, tendo que omitir, reprimir e ocultar esses fatos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, será utilizada a metodologia de *process tracing*, a partir de Checkel; & Bennett (2015) e Silva; & Cunha (2014). A metodologia de *process tracing* proporciona uma “análise de evidências em processos, sequências e conjunturas de eventos dentro de um caso para fins de desenvolvimento ou teste de hipóteses sobre mecanismos causais que possam explicar causalmente o caso” (Checkel; & Bennett, 2015, p. 7). *Process tracing* é, assim, a análise de fenômenos complexos, através da testagem de hipóteses, levando em consideração a combinação de diversas dimensões que se sobrepõem, se autoinfluenciam e influenciam o fenômeno em questão. A metodologia é utilizada quando se tem o objetivo de “explicar um efeito ou resultado específico, relacionado a um caso situado no tempo e no espaço, e necessita-se ter uma maior compreensão da natureza das relações causais que o geraram” (Silva; & Cunha, 2014, p. 108).

O propósito da pesquisa é analisar se existem ações para garantir a presença da população LGB de forma aberta nas Forças Armadas. Para isso, além de bibliografia previamente selecionada, se utilizará dos documentos nacionais emitidos pelos Ministérios da Defesa de cada um dos países em que se buscará realizar inferências a partir das hipóteses feitas. Iremos analisar especificamente o que foi produzido pela Comissão de Gênero do Ministério da Defesa (CGMD) no Brasil, através das memórias de reunião disponibilizadas para acesso via Lei de Acesso à Informação (LAI), e as dez edições da publicação *Equidad de Género y Defensa: Una Política en marcha* do Ministério da Defesa da Argentina. Dessa maneira, o método de *process tracing* busca demonstrar o processo que um determinado fenômeno obteve para identificar sua colaboração em um resultado final (Checkel; & Bennett, 2015).

A apresentação dos resultados deste trabalho ocorre em três partes divididas em capítulos, além da introdução e das considerações finais. No capítulo “Formação da identidade” (2), há uma exposição sobre o conceito de identidade, de forma geral, e da identidade militar, de forma específica. Nesse capítulo apontamos para elementos históricos de formação da identidade militar brasileira e argentina. No capítulo “Masculinidades” (3), indicamos como as questões de gênero e sexualidade estão inseridas nas Relações Internacionais e na área de Segurança e Defesa, também conceitualizamos as masculinidades hegemônicas e não-hegemônicas, com especial foco as masculinidades militares e as

masculinidades dissidentes. No capítulo “População abertamente LGB nas Forças Armadas” (4), destacamos como a atividade militar foi historicamente ocupada por homens, sendo estabelecida como uma prática exclusivamente masculina. Abordamos as medidas de gênero e sexualidade tomadas no âmbito do Ministério da Defesa do Brasil e da Argentina e como essas têm impactos na presença da população abertamente LGB nas Forças Armadas.

2 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

A trajetória militar do Brasil e da Argentina é marcada por momentos de governos civis e momentos de governos militares que impactaram profundamente na formação da identidade militar. Desde a instalação das Forças Armadas, essas tiveram papel central na consolidação da identidade nacional. A partir disso, nesse capítulo buscamos apresentar a formação da identidade para, em seguida, tratar da formação da identidade militar. Procuramos, através de uma periodização histórica e da exploração das dinâmicas governamentais, descrever a trajetória militar do Brasil e da Argentina e os elementos formadores da identidade militar.

As Forças Armadas são tidas como a instituição central no âmbito de questões relativas à defesa nacional. Estas servem como espaço de construção e reprodução de identidades, valores e padrões que definem o que é ser militar, o que é ser um sujeito nacional e, principalmente, o que é ser homem. A identidade militar é moldada por um conjunto de valores, normas e expectativas que definem o que é considerado comportamento adequado para os membros das Forças Armadas. Esses valores são influenciados por uma série de fatores, incluindo a história, a cultura e as tradições militares. O espaço ocupado pelas Forças Armadas no Brasil e na Argentina é preenchido de simbolismos e identidades próprias que atingem, diretamente, tanto a própria instituição quanto as pessoas que fazem parte dela. Todas as tarefas dentro das Forças Armadas são programadas para apresentar habilidades e técnicas que seriam necessárias para a sobrevivência dos militares em um possível combate, com o objetivo principal de moldar a identidade social e sexual das pessoas que integram a instituição.

Compreendemos a identidade como a percepção que cada indivíduo tem de si juntamente com a percepção do ambiente em que está inserido e como esse ambiente percebe cada um desses indivíduos. Assim, a identidade é construída e definida através de meios relacionais e tem uma formação que é dual e inseparável do que é identidade do Eu para o próprio Eu e identidade do Eu para o Outro (Dubar, 2005). A identidade do Eu também depende do reconhecimento do Outro, é preciso que o Outro reconheça o Eu para que esse possa existir, ou seja, o reconhecimento é parte intrínseca para a definição da identidade:

Se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a ‘condição de ser reconhecido’ caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento — os termos, as convenções e as normas gerais ‘atuam’ do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos (Butler, 2015, p. 18).

O reconhecimento e a atribuição de identidades pelo Outro, ainda que faça parte do processo de construção de identidades, não necessariamente serão adotados pelo Eu. Para Dubar (2005), há uma classificação quanto a esses aspectos: os atos de atribuição (a) são os atos que buscam determinar o “tipo de pessoa que o Eu é”; já os atos de pertencimento (b) são os atos que visam determinar “o tipo de pessoa que o Eu quer ser”. Não é regra que ambas as identidades sejam semelhantes ou possuam aspectos equivalentes.

As identidades são atravessadas por diversas percepções que incluem “i) aspectos culturais, históricos e institucionais, que orientam pertencimentos ou reações a estes e ii) aspectos interacionais tais como aqueles que conduzem atores sociais a construírem-se sob uma luz favorável” (Biar, 2012, p. 135). Essas questões são constantemente guiadas pelas expectativas de si e do outro (Biar, 2012). Tem-se que a identidade é formada através de dois processos: (1) biográfico e (2) relacional. O processo biográfico é aquele em que o indivíduo se autodefine; e o relacional é aquele em que a identidade individual é atribuída pelo outro (Dubar, 2005). É no processo relacional que os sujeitos interagem e é a partir dessa interação “entre os sujeitos que outros significados são criados, reproduzidos ou transformados, transformando também a identidade do sujeito” (Fernandes, 2009, p. 35). Essas questões podem ser explicitadas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Categorias de análise da identidade

Processo biográfico	Processo relacional
Identidade para si	Identidade para o outro
Atos de pertencimento: “Que tipo de pessoa você quer ser” = você diz que você é	Atos de atribuição: “Que tipo de pessoa você é” = dizem que você é
Identidade predicativa de Si (pertencimento reivindicado)	Identidade - numérica (nome atribuído) - genérica (gênero atribuído)
Identidade social “real”	Identidade social “virtual”
Identidade social marcada pela dualidade	

Fonte: Dubar (2005, p. 142) com alterações da autora.

A identidade só existe e é formada pela diferença, pois “em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido” (Silva, 2014, p. 75). Assim, o Eu somente se

reconhece como Eu a partir do Outro e das características desse Outro. A identidade e a diferença são conceitos em disputa, mas:

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder (Silva, 2014, p. 81).

A disputa por poder é nítida na distinção entre o “Eu” e o “Outro”, no âmbito micro, e entre o “Nós” e “Eles” no âmbito macro. Fica nítido também que a afirmação da identidade, que é sempre pautada pela diferença, implica as ações de excluir e incluir (Moita Lopes, 2006; Silva, 2014). Ou seja, inclui-se todos os que partilham das mesmas identidades e exclui-se todos os que não partilham da mesma identidade em um movimento de agrupar e marcar as posições ocupadas por cada sujeito, bem como fortalecer as relações de poder estabelecidas. É através desse movimento de afirmação da identidade pela diferença e baseado nas relações de poder que se estabelece a norma e as identidades que estão dentro desta.

É a norma que vai guiar as relações de poder e hierarquizar as identidades em uma escala. Nessa escala, as identidades que ocupam o topo são as mais privilegiadas e entendidas como compatíveis e adequadas dentro do Sistema Internacional. Enquanto as demais identidades ocupam a base da escala ou sequer são consideradas e reconhecidas como parte da escala (Butler, 2015; Silva, 2014). Assim como a identidade é produzida através da diferença, o normal é produzido através da existência do anormal, pois “a identidade hegemônica [e normal] é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido” (Silva, 2014, p. 84). Há assim certo pavor da identidade hegemônica em perder sua posição de hegemonia para as identidades não-hegemônicas.

“A identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (Dubar, 2005, p. 135), assim como deverá ser (re)afirmada em momentos em que a hegemonia identitária pode ser retirada do seu lugar de hegemonia. A identidade é construída no discurso (Moita Lopes, 2006; Silva, 2014) e os “processos discursivos constroem certas identidades para terem voz na sociedade embora estas possam se alterar em épocas e espaços diferentes” (Moita Lopes, 2006, p. 36), o que retorna a discussão sobre poder e construção da identidade. As identidades apontadas como hegemônicas detêm, na maior parte das vezes, mais poder do que as identidades

não-hegemônicas, o que não significa que não há resistência das identidades que se encontram fora de hegemonia. É a partir da construção do poder e da resistência que as identidades fora da hegemonia se constituem e utilizam dessas questões como estratégia para consolidação e reconhecimento como identidades.

As identidades são múltiplas e podem coexistir dentro de um mesmo indivíduo das mais diversas maneiras. Apesar disso, algumas identidades podem ter a tendência a se constituírem como únicas e não considerarem a interação com outras identidades que podem ser consideradas conflitantes com a identidade colocada na posição de principal. A esse exemplo temos a identidade militar e a sua construção. As Forças Armadas podem ser consideradas instituições totais que, segundo Goffman (1974, p. 11):

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Assim, as identidades construídas em instituições totais tendem a ser hegemônicas dentro do seu contexto, visto que os indivíduos permanecem dentro de um ambiente fechado e que une todas as esferas da vida em um único lugar e sob a mesma autoridade (Goffman, 1974). Além disso, todos esses indivíduos são tratados da mesma forma, recebem as mesmas condições de aprendizado, crescimento e desenvolvimento e têm uma rotina definida de forma precisa e rigorosa (Goffman, 1974). Devido a isso, ao entrar em uma instituição total, como as instituições militares, há certo deslocamento do mundo exterior e apagamento ou reconstrução da identidade que o indivíduo carregava consigo antes de integrar essas instituições.

Castro (2007) trata da construção de fronteiras simbólicas dentro das instituições militares. A construção dessas fronteiras está diretamente ligada à construção da identidade militar, pautada pela diferença entre “Nós/militares” e “Eles/paisanos”³. Essa diferença acarreta, muitas vezes, na mortificação (Goffman, 1974) simbólica do Eu que é justificada pelo esforço de controlar e igualar o tratamento de todos os indivíduos que integram essas instituições. Tem-se um movimento de produção de uma identidade mais ou menos homogênea entre os indivíduos da instituição, aqui a militar. Isso pois as atividades dentro das instituições militares são projetadas para que os indivíduos internalizem a identidade da instituição (Goffman, 1974; Santos, 2016).

³ Conforme Castro (2021, p. 48): “A origem de ‘paisano’ está no francês *paysan* (camponês, rústico). O equivalente a ‘paisano’, em termos conotativos, seria ‘milico’, depreciativo de ‘militar’. Embora os militares usem ‘civil’ quando se dirigem a civis, entre si eles usam quase sempre ‘paisano’”.

É a partir disso que Castro (2007; 2021) classifica as instituições militares não como instituições totais, mas sim como instituições totalizantes:

A mudança de caracterização — de total para totalizante — pretende caracterizar melhor uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar, que engloba e fundamenta as características diferenciais entre militares e paisanos: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. O resultado é a representação da carreira militar como uma ‘carreira total’ num mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas ‘têm vínculos’ entre si. O militar é, assim, produto de um desenvolvimento especial do individualismo moderno, posto que profundamente marcado tanto por ideais meritocráticos quanto pela hierarquia – uma espécie de ‘individualismo hierárquico’ (Castro, 2007, p. 51).

Então, uma instituição totalizante, tem o objetivo de preencher todas as necessidades do indivíduo. A imersão nas instituições militares busca fazer com que seus participantes sejam padronizados (Goffman, 1974) no que diz respeito à identidade. Essa imersão ocorre “através de um duplo processo de transmissão de conhecimentos técnicos e de incutir nos candidatos uma visão considerada adequada aos membros da profissão” (Dornsbuch, 1955, p. 316). As identidades surgem a partir da percepção de si e do Outro e das expectativas que são formadas e, quando há mudança de ambiente e/ou contexto e, conseqüentemente, das expectativas que são formadas “também mudam as nossas percepções de identidades” (Schiffirin, 1996, p. 170), pois é na interação que a identidade se consolida (Bucholtz, 2005).

Ao integrar uma instituição totalizante, o indivíduo muda a sua percepção de si e do Outro, bem como das expectativas que são formadas, o que leva a mudança da identidade. No caso das instituições militares, a identidade profissional influencia a construção de identidade pessoal (Dubar, 2005). Isso ocorre pois “Já não se trata apenas de ‘escolha da profissão’ ou de obtenção de diplomas, mas de construção pessoal de uma estratégia identitária que mobilize a imagem de si, a avaliação de suas capacidades e a realização de seus desejos” (Dubar, 2005, p. 150). Dentro das instituições militares há construção e consolidação das identidades que estão dentro da norma, no caso, a identidade militar, visto que “normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa” (Silva, 2015, p. 83).

Dentro das Forças Armadas, a identidade institucional/profissional é voltada para construir o soldado forte, corajoso e masculino, visto que a imagem das Forças foi construída sob essas características. Essa identidade institucional/profissional impacta na maneira pela qual os indivíduos socializados nas Forças Armadas entendem a identidade pessoal, especialmente em termos de gênero e sexualidade, pois esses se relacionam com as expectativas do que é esperado institucionalmente. As funções desempenhadas pelas Forças

se traduzem na figura de um certo tipo de indivíduo, sendo esse: homem e heterossexual. Por isso que a inserção de outros indivíduos que não estão dentro dessa norma causa estremecimento às bases sob as quais a norma foi fundada.

As identidades dentro da norma tendem a não corroborar com a ideia de múltiplas identidades em um só indivíduo, especialmente se essas identidades são reconhecidas como conflitantes devido à própria construção, dado que a ‘identidade normal’ tem uma série de características demarcadas. É a partir do agrupamento que ocorre nas instituições militares que a noção de ‘identidades não normais’ toma mais força, pois “o agrupamento social é um processo não apenas de descobrir ou reconhecer uma semelhança que precede e estabelece a identidade, mas, mais fundamentalmente, de inventar semelhanças minimizando a diferença” (Bucholtz; Hall, 2004, p. 371). A invenção de semelhanças contribui para o fortalecimento da identidade e para o agrupamento de indivíduos que buscam a incorporação dentro do grupo identitário de maneira fiel e que reduza os questionamentos sobre a legitimidade da identidade que é assumida. A identidade é o elemento que fortalece o pertencimento do indivíduo dentro dos grupos sociais existentes. Devido a isso, falamos de *performance* identitária.

Na *performance*, tem-se o intuito de agir ou comportar-se como aquilo que não se é, tentando reproduzir a essência identitária do que se deseja ser pois “as identidades que os indivíduos assumem em suas práticas sociais não dependem apenas de aplicarem aos outros e a si mesmos categorias pré-estabelecidas de exclusão ou afiliações a grupos e suas práticas e atividades rotineiras” (Bruno, 2010, p. 28). Para Goffman (1985, p. 23) a *performance* é “toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes”. Assim, na interação com outros, os indivíduos realizam *performances* identitárias, conscientes ou não, com o intuito de demonstrar que compartilham da mesma identidade que os demais no ambiente.

A partir disso, temos que as identidades são constantemente construídas e reconstruídas, o que não exclui a autenticidade e a veracidade da construção e da incorporação por cada indivíduo. Apesar das mudanças, algumas identidades, como a militar, têm a tendência de se apresentarem mais ou menos constantes através das gerações de oficiais. Buscaremos agora identificar como foram construídas as identidades militares brasileira e argentina e os elementos constitutivos dessas.

2.1 Elementos históricos da formação militar brasileira

Nesse tópico, o foco será a formação da identidade militar brasileira que tem construções históricas. Segundo Castro (2002), tem-se que a identidade e as tradições das Forças Armadas brasileiras foram moldadas a partir da invenção de elementos históricos, sociais e culturais que serviram para estabelecer uma imagem de heroísmo e prestígio em torno da instituição militar. A construção dessa identidade tem papel significativo em reforçar a importância da instituição militar para a defesa e segurança do país, mesmo em períodos sem conflitos armados, além de associar as características de ‘heroísmo’ e ‘prestígio’ aos indivíduos masculinos, visto que a instituição era povoada por homens. Essa construção ocorreu mais fortemente a partir do século XIX, período em que os diversos atores envolvidos na construção da identidade militar desenvolveram uma série de ideias e projetos que visavam resgatar a imagem da instituição militar como uma instituição nacional forte e respeitável, capaz de liderar o país rumo ao progresso, além de reforçar o papel da instituição na construção da identidade nacional brasileira.

Coelho (1976) retoma o conceito de “política de erradicação” de Huntington (2000), que foi destinada às instituições militares pela elite política e era baseada na ideia de que as forças militares permanentes representam ameaça à liberdade e à democracia (Coelho, 1976; Huntington, 2000). Essa política foi praticada por dois motivos: (1) a repulsa natural ao elemento militar após a experiência com as tropas coloniais portuguesas e; (2) “a conquista da independência encontrou os centros de poder regionais desejoso de construir o Estado brasileiro à sua imagem e para seu proveito” (Coelho, 1976, p. 34-35). A política de erradicação era guiada pela máxima de ‘tolerar ou sucumbir’ aplicada às organizações militares (Coelho, 1976; Huntington, 2000). Essas questões são vistas nas primeiras tentativas de ‘constitucionalização’ da monarquia, que projetava certo receio sobre as forças militares, dado que estariam diretamente ligadas ao Imperador. A única forma de retirar parte do poder militar era por meio de ações que não permitissem que as forças militares se tornassem regulares e profissionais. Coelho (1976, p. 39), explica que:

O certo é que a classe política do Império, sobretudo os liberais, jamais se acomodou com a existência de uma força militar permanente, disciplinada e profissional, ou seja, com a existência de um Exército nacional. A sua preferência sempre fora por uma milícia civil, uma força de cidadãos-soldados sob comando regional.

Essa posição, juntamente com a abdicação do Imperador em 1831, deu abertura para a criação de uma Guarda Nacional, que levou a uma diminuição no orçamento e no número de militares do Exército em 1831. A partir desse momento, cabia à Guarda Nacional o encargo

de defender a Constituição, a independência, a liberdade e manter a ordem (Coelho, 1976). Essa posição foi tomada devido à ideia de que a organização das Forças Armadas ameaçaria a ordem civil. Como a Guarda Nacional tinha apoio das elites políticas, logo se tornou preferível ao Exército, levando ao esvaziamento social, econômico e populacional deste. Isso contribuiu para a percepção de que o Exército era totalmente dispensável, levando a um despreparo total do contingente militar, nítido durante as revoltas regenciais (Faoro, 2001).

Com um efetivo menor que o da Guarda Nacional, as forças do Exército passam a reivindicar a aplicação da lei que versava sobre o serviço militar obrigatório instituído em 1916⁴ (McCann, 2009; Rouquié, 1984). Além dessa questão, o recrutamento para as forças militares era feito de maneira forçada, em que “os procedimentos de ‘seleção às avessas’ e a fuga diante das ‘obrigações militares’ condicionam o lugar do Exército na nação e a situação social dos oficiais. Só os homens que não conseguem escapar é que vão servir nas fileiras do Exército ou da Marinha” (Rouquié, 1984, p. 83), levando a formação de corpos militares heterogêneos e sem nenhum tipo de identificação entre si e para com a nação.

Merece atenção a atuação militar brasileira na Guerra do Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança) (1864 - 1870), momento em que Brasil, Argentina e Uruguai se alinharam em oposição ao Paraguai. Para Ferrer (2008), com o início do conflito, o Exército brasileiro precisou ser reorganizado e preparado, visto que, até o momento, a Guarda Nacional era a principal responsável pela defesa do território nacional e recebia financiamento do governo. Dessa maneira,

O governo não investia no Exército, deixando de arcar com o fornecimento básico para seu funcionamento, faltava-lhes homens, armamentos, víveres, ou seja, todas as condições necessárias para formação e manutenção de uma força militar nacional capaz de defender a pátria (Ferrer, 2008, p. 123).

O despreparo técnico da força militar nacional dificultaram a atuação na guerra, de maneira que não foi capaz de enfrentar o enorme contingente do Exército paraguaio, ainda que tivessem o auxílio da Guarda Nacional. A guerra e a aliança entre os três países demonstraram, para as forças militares brasileiras, a desproporcionalidade da sua organização militar em comparação aos demais Estados (Ferrer, 2008). A partir desse momento, há uma modernização das forças militares, em termos técnicos e bélicos, apreendidas durante a guerra e a partir das ações de outros países, o que elevou a posição em que se encontrava o Exército nacional que até o momento não tinha protagonismo no governo. Com a vitória da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, o Exército foi reorganizado e começou a galgar prestígio na sociedade brasileira. Com isso, o Exército passa a entoar uma nova mentalidade a partir da

⁴ A Guarda Nacional foi extinta em 1918.

não conformação da ocupação de um papel subalterno na sociedade (Ferrer, 2008; Sodré, 2010). Assim, a guerra do Paraguai colocou o Exército em uma posição de agente político relevante.

Por conta disso, em 1906, o ministério da Guerra, como forma de treinamento e com o intuito de capacitar instrutores, enviou oficiais de baixa patente para servir no Exército Imperial alemão (McCann, 2009). A esses oficiais foi dado o nome de “jovens turcos”⁵, que ao voltarem ao Brasil, começaram uma campanha para modernizar as Forças Armadas, desenvolvendo um pensamento inclinado à intervenção militar na política. Ao retornarem, os “jovens turcos”⁶ passaram a atuar diretamente na formação de oficiais e deram início a uma série de ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional (Coelho, 1976) buscando modernizar o Exército. Novamente destacamos que esse movimento foi realizado somente por homens abertamente heterossexuais, levando a associação de ‘modernos’, ‘educadores’ e ‘mais bem instruídos’. Contudo, “a designação de jovens turcos tinha um caráter pejorativo e o grupo, composto essencialmente de oficiais subalternos, enfrentou severa oposição dos oficiais superiores” (Svartman, 2006, p. 79). Após esse movimento, houve cada vez mais uma busca pela instrução militar estrangeira.

Na época, as organizações militares com maior notoriedade eram a francesa e a alemã, principalmente devido às guerras⁷ que se desenvolveram no período. Ambas foram fonte de busca pela modernização militar e utilizaram dessa busca como forma de não somente exercer influência como também manter a rivalidade por outros meios (Rouquié, 1984)⁸. Em 1919, a Missão Militar Francesa (MMF), liderada pelo general Gamelin, foi contratada. Embora a aquisição de armamento após esse período tenha marcado as Forças Armadas brasileiras, foi na mudança da organização e do treinamento que a influência francesa foi notável (Rouquié, 1984). Sob a direção de Gamelin, a transformação da instituição militar brasileira foi ampla, iniciando pela criação de escolas especializadas, treinamento de reservas, a promoção hierárquica passa a ser baseada no princípio do mérito e os oficiais passam a adotar uma “doutrina de guerra”⁹ (Domingos Neto, 2007), tornando a educação militar mais técnica e voltada à defesa do país (Carvalho, 2006). A MMF durou cerca de vinte anos e fez com que

⁵ O nome “turcos” faz referência aos militares turcos que fizeram parte da reforma do Império Otomano (McCann, 2009).

⁶ Os “jovens turcos” também foram responsáveis por fundar a revista “A Defesa Nacional”, em 1913, que era utilizada para disseminação das posições adquiridas após a instrução no exterior (Carvalho, 2006; Svartman, 2012).

⁷ Especialmente a Primeira Guerra Mundial.

⁸ “No início do século XX, a Alemanha e a França, em acirrada disputa de mercados para suas indústrias de armamento, tentam obter um contrato para modernizar o Exército brasileiro” (Domingos Neto, 2007, p. 202).

⁹ A “doutrina de guerra” é o conjunto de fundamentos e princípios aplicados em contextos de guerra e voltados à preparação e atuação diante do emprego da força (Domingos Neto, 2007).

em 1937 parte dos oficiais militares de alto comando, todos homens heterossexuais, já tivessem passado pela formação francesa (Rouquié, 1984). Assim, a Missão Militar Francesa atuou como disciplinadora sobre os contingentes militares brasileiros.

A atuação da Missão Militar Francesa, através da importação de técnicas e doutrinas, levou à consolidação das Forças Armadas brasileiras que se viam “em termos ideológicos, diretamente ligado[s] à nação, entidade da qual, mais do que guardião[s], era também formador[as]” (Castro, 2012, p. 85). Apesar disso, reforçamos aqui o exposto por Rouquié (1984, p. 96) “a modernização extrovertida obtida através da compra de técnica e armamentos é reprodutora de uma estreita dependência”, em que não importa-se do estrangeiro somente a técnica como também uma série de outros elementos como a doutrina, comportamentos e estratégia” que não necessariamente são compatíveis com o objetivo do Estado. Essas alterações, além de mudarem o caráter técnico e institucional da instituição militar, foram responsáveis por moldarem profundamente a identidade militar brasileira.

Com a instabilidade e mudança geradas pela Revolução de 1930, o Estado, em vistas de restabelecer a ordem, buscou nas Forças Armadas uma maneira de reinstaurar “o Exército, [que] por mais instável que fosse, era a única instituição nacional que o governo central tinha à disposição, portanto dominá-la era fundamental” (McCann, 2009, p. 384). Para Svartman (2006, p. 56) “a Revolução de 1930 projetou o Exército para o centro do poder nacional de modo que a burocracia militar conquistou uma parcela de poder que não conseguira mais desde 1889”. Durante esse período, tomaram-se ações com o intuito de equipar e fortalecer as Forças Armadas frente ao novo cenário político. Tal iniciativa teve como figura central a de Góes Monteiro, que tinha como máxima o fazer a política *do* Exército e não *no* Exército, visto que esse é fundamentalmente político. É importante destacar que Góes Monteiro¹⁰ também passou pela formação francesa além de ter sido “o principal inspirador e articulador do Estado Novo” (Coelho, 1976, p. 99). A ‘doutrina Góes Monteiro’ sistematiza todas as suas reflexões e considerações sobre o papel das instituições militares para si próprios e para a sociedade.

Também durante os primeiros anos da década de 1930 o ensino e formação dos indivíduos que integravam as Forças Armadas passaram por mudanças. Sob a figura de José Pessoa, “a formação de oficiais passou por uma fase de predomínio dos aspectos profissionais” (Castro, 2012, p. 84) e afastou-se a formação de aspectos políticos que não

¹⁰ Góes Monteiro também fez parte da Comissão Constitucional responsável pela elaboração da Constituição de 1934, apontamos ainda que “Um decreto de 1933 (nº 22.885) tornou o certificado de serviço militar obrigatório para o exercício de cargo público, exigência que foi incorporada à Constituição de 1934 por insistência de Góes Monteiro. Na subcomissão que elaborou o projeto de Constituição, Góes pedira ainda que o serviço militar fosse estendido às mulheres e que se exigisse certificado de reservista para o exercício do voto, como estabelecera uma lei argentina de 1911” (Carvalho, 2006, p. 76).

deveriam ser combinados. Dessa maneira, “em nome da reestruturação do Exército no período pós-revolucionário e da formação de um corpo disciplinado de oficiais, José Pessoa queria em primeiro lugar afastar a política — que divide — e enfatizar a disciplina — que une” (Castro, 2012, p. 120). A reforma da educação militar teve como foco o fortalecimento da identidade militar juntamente com a valorização do generalato militar, tendo como foco a presença de homens, pois somente eles ocupavam esses espaços (Morais, 2009). Apesar disso, com relação à educação militar, McCann (2009, p. 13) expõe que: “Só após 1944, com a criação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o Exército ganharia a homogeneidade de currículo e a experiência que dariam às gerações posteriores de oficiais uma tradição aglutinadora”.

Durante o Estado Novo (1937-1945), para a elite militar, a concepção de Estado Nacional se tornou inseparável da concepção de Exército Nacional, ou seja, “a construção do Estado Novo e a institucionalização da ‘identidade’ do Exército eram uma mesma e única empresa” (Coelho, 1976, p. 97-98). Parte da identidade militar atual passou a ser institucionalizada durante o Estado Novo e tinha como uma das bases a ideia de que há a necessidade de organizar a sociedade como forma de servir às necessidades das Forças Armadas. Isso foi baseado na noção de que não há Forças Armadas organizadas em uma sociedade desordenada (Coelho, 1976; McCann, 2009), então, para disciplinar a população, há que organizá-la a partir do pensamento, estrutura e da organização militar. Assim, caberia às Forças Armadas a função de educadores da sociedade, havendo a construção de identidade militar brasileira como instrumento político. Ou seja, aos homens heterossexuais militares cabia a função de educadores.

Para Góes, as Forças Armadas, como organização nacional, deveriam desenvolver uma política própria (Carvalho, 2006) e as demais instituições nacionais deveriam organizar-se seguindo-a. Góes afirmava que a política das Forças Armadas “deveria ser a preparação para a guerra” (Carvalho, 2006, 106), fazendo com que as Forças Armadas se tornassem mais fortemente um ator político, sendo “uma instituição militar aliviada dos partidarismos civis” (Morais, 2009, p. 317). Em vista disso, “O Estado Novo veio coroar e levar às últimas consequências o modelo visualizado por Góes Monteiro. Ao eliminar totalmente a política partidária na sociedade, permitiu aos chefes da facção hegemônica militar eliminá-la também nas Forças Armadas” (Carvalho, 2006, 110).

Segundo Coelho (1976), a doutrina Góes Monteiro é exatamente igual à Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (ESG), antecipando os

princípios que somente seriam aplicados, cerca de vinte anos depois, no regime militar. Assim, o nexos Segurança-Desenvolvimento seria uma:

[...] versão mais sofisticada, sistematizada e atualizada da ideia desenvolvida por Góes Monteiro de que a defesa nacional é, ao mesmo tempo, fator e resultado de uma política de desenvolvimento nacional que, para ser eficaz, supõe, como condição necessária, uma estratégia global de rígida contenção das forças políticas em luta e de disciplina social (Coelho, 1976, p. 114).

Esse nexos concedeu às Forças Armadas a ideia de que estas seriam responsáveis por estabelecer os “objetivos nacionais permanentes”, justificando a sua usurpação do poder (Rouquié, 1984), constatada no golpe que levou ao regime militar de 1964. A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949¹¹, também atuou como elemento fundamental para a implementação sistemática do plano profissional militar (Svartman, 2006), reafirmando a competência e prestígio militar. A ESG propagava então a noção de que a segurança nacional estava ligada ao “desenvolvimento geral da Nação” de maneira que as instituições responsáveis pela segurança, em especial as Forças Armadas, tinham a prerrogativa de interferir no processo de desenvolvimento (Svartman, 2006). A competência e o prestígio militar, bases da identidade militar, foram normalizadas e naturalizadas como características inerentemente masculinas e heterossexuais devido à ocupação homogênea das Forças.

A ESG teve influência direta de oficiais norte-americanos até pelo menos 1970, ademais, parte do material utilizado na formação dentro da Escola era composto por textos produzidos em organismos norte-americanos. Mas,

Apesar de terem sido positivamente impressionados pela instituição norte-americana, os oficiais brasileiros desenharam a ESG e a versão local da doutrina de segurança nacional extrapolando a temática da defesa, e incluindo reflexões sobre os problemas políticos e econômicos de seu país (Ugarte, 2018).

Especificamente o Curso Superior de Guerra, criado no mesmo ano da ESG e lecionado na mesma instituição, tinha três principais objetivos: a criação de uma Doutrina de Segurança Nacional, a definição de uma Política de Segurança Nacional e o desenvolvimento de Técnicas de Planejamento para a Segurança Nacional (Svartman, 2006). A metodologia da ESG com a qual esses objetivos foram desenvolvidos, ainda que baseada em exemplos norte-americanos, foi original. A política empreendida pela ESG, de Segurança Nacional, se baseia não somente na aplicação apropriada do Poder Nacional “para a obtenção e

¹¹ A ESG tinha um quadro de participantes (discentes e docentes) composto, sobretudo, por homens. Somente em 1973 as primeiras mulheres puderam ser matriculadas e acessarem a instituição, mas, pelo menos até 1978 somente homens podiam lecionar na instituição (Barreira, 2019).

salvaguarda dos objetivos nacionais, mas, também, a preparação daquele poder, como instrumento eficiente da consecução destes objetivos” (Távora, 1989, p. 56).

Havia, através da ESG, a disseminação de que essa instituição seria formadora e educadora de uma elite política, militar, intelectual e técnica (Vieira, 2016, p. 63) que “por sua formação pautada tanto no sacrifício patriótico, tão bem exemplificado pela autorrepresentação dos militares, e nos estudos ‘objetivos’ da realidade nacional [...] seria a elite dirigente por excelência”. O sacrifício patriótico, bem como a disseminação das Forças Armadas como elite, passaram a fazer parte da identidade militar e foram associadas às figuras masculinas e heterossexuais, de forma que

A ideia de sacrifício patriótico foi importante não só para os militares, mas para o grupo de poder que se estruturou ao redor da ESG; portanto, para a constituição da ideia da elite dirigente. Sacrifício é o ato ritual de transferência de algo ou alguém do mundo dos homens para o âmbito do divino. O sacrifício patriótico seria a consagração do corpo individual a serviço do corpo coletivo – a Nação. Esse sacrifício tornaria o patriota, na medida em que ele abdicava de si e de seus interesses mundanos a serviço da Nação, um ente dotado de poderes quase divinos: o patriota, em seu sacrifício, compreenderia a essência nacional melhor do que os outros membros da Nação (Vieira, 2016, p. 63).

Esse sentimento guiou a instauração do regime militar, por homens heterossexuais. Em abril de 1964, passou a governar o Brasil o general Castelo Branco, que anteriormente havia sido diretor do Departamento de Estudos da ESG. Durante o seu governo, houve a reformulação da Constituição, em 1967, que ampliou as funções referentes ao Executivo, principalmente aquelas que tratavam da segurança nacional (Fausto, 2015). No mesmo ano, assumiu o segundo presidente do governo militar, o general Arthur Costa e Silva, que em 1968 instituiu o Ato Institucional (AI) de n.º 5 que vigorou até 1979. O AI 5:

[...] estabelecia, entre outras medidas, poderes excepcionais ao Executivo para determinar o recesso do Congresso Nacional (realizado imediatamente por força do Ato Complementar no 38), das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, bem como a intervenção em Estados e municípios – sem as limitações previstas pela Constituição – e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e das garantias da figura jurídica do *habeas-corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional (Fuccille, 2006, p. 42).

Fausto (2015, p. 410) aponta que “até 1969, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) foi o órgão mais em evidência como responsável pela utilização da tortura”. Ainda em 1969, “o Alto Comando das Forças Armadas escolheu para presidente o general Emílio Garrastazu Médici e para vice-presidente o ministro da Marinha Augusto Rademaker” (Fausto, 2015, p. 411), mantendo o controle governamental nas mãos das Forças Armadas.

Médici já havia sido comandante da Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN). O período de governo de Médici foi o período de maior repressão, sendo conhecido como ‘anos de chumbo’, tendo contado com um número menor de políticos civis integrando as alas do governo (Mathias, 2004).

Após Médici, assume Ernesto Geisel e se dá início ao projeto de distensão. Para Fuccille (2006, p. 46), “o novo presidente general Ernesto Geisel (1974-1979) valeu-se da adição de dois novos instrumentos fundamentais para o projeto de transição ‘lenta, gradual e segura’ que pretendia levar a cabo, a saber, a introdução da temporalidade e a continuidade na mudança”. No início do seu governo, Geisel concentrou em sua figura os poderes militares e políticos, ou seja, foi ao mesmo tempo chefe de Estado, chefe de Governo e comandante das Forças Armadas (Oliveira, 1993). Durante o período de Geisel houve revogação dos atos institucionais e a reforma da Lei de Segurança Nacional (Ribeiro, 2012), com o intuito de conduzir o projeto de distensão. Isso levou à escolha do General João Figueiredo para que desse continuidade ao processo de distensão e finalizasse a abertura do regime, passando o poder ao âmbito civil novamente.

Figueiredo consolidou as iniciativas de abertura tomadas no governo anterior (Mathias, 1995), tendo sido um dos triunfos de Geisel ao deixar a posição de presidente, pois Figueiredo era “um sucessor sintonizado com a estratégia distensionista” (Winand; Saint-Pierre, 2007, p. 4). A abertura foi nomeada de ‘lenta, gradual e segura’, visto que “A orientação dos governos dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo era, pois, a de conduzir a abertura de modo a não permitir que houvesse cisão nas Forças Armadas e que os militares conseguissem manter o máximo controle até o final do processo” (Ribeiro, 2012, p. 5). Houve assim uma ‘transição pactuada’ “na qual as Forças Armadas tiveram papel de protagonista no processo” (Oliveira; Soares, 2000, p. 100). Assim, “A fórmula da transição consistia, portanto, em retirar as FFAA [Forças Armadas] do governo sem abandonar o poder. Os centros sensíveis ou estratégicos não seriam devolvidos: os militares não desalojariam incondicionalmente as estruturas do Estado” (Winand; Saint-Pierre, 2007, p. 4). Dessa forma, o processo brasileiro de retorno à democracia foi completamente planejado, controlado e efetuado pelos militares.

Ainda que tenha tido influência norte-americana, a doutrina francesa assimilada anos antes “permaneceu como ponto de referência no interior das Forças Armadas” (Martins Filho, 2008, p. 48) durante o regime militar. Svartman (2006, p. 73) destaca que:

Esse sistema fechado, cujos traços principais foram consolidados pelas reformas implementadas no Estado Novo nas gestões de Góes Monteiro e

Dutra, não era imune às influências militares estrangeiras. Uma das características que marcam a geração a que pertenciam os generais de 1964 é a influência da Missão Francesa e a posterior recepção do modelo militar norte-americano.

A ESG e seus membros tiveram papel decisivo durante o regime militar estabelecido em 1964, ainda “o período pós-1964 viria a se caracterizar por um grau até então inédito de militarização da vida política e social do país, onde o papel dos militares confundir-se-ia com o do próprio Estado” (Fuccille, 2006, p. 40). O período que se seguiu até 1985 foi um dos momentos de maior interferência das Forças Armadas na política nacional, ocorrendo ao mesmo tempo em que se empenhava em reformular a identidade militar, visando a militarização dos componentes da caserna (Morais, 2009).

Oliveira (1993) considera que a consolidação democrática após o fim do regime militar somente iniciou com a promulgação da nova Constituição em 1988, começando também uma redefinição do papel político assumido pelas Forças Armadas. Entretanto, “no período imediato ao término do regime autoritário, os postulados concernentes à ‘segurança nacional’ são reforçados no meio militar” (Oliveira; Soares, 2000, p. 102), vide, por exemplo, a manutenção do Sistema Nacional de Informações (SNI)¹² sob controle castrense. A reestruturação militar após o fim da ditadura teve como base primordial a manutenção das seguintes prerrogativas: garantia da lei e da ordem e garantia dos poderes constitucionais. Essas questões foram consolidadas com base no fato de que, salvo a Constituição de 1937, todas as outras mencionaram essas prerrogativas como atribuições das Forças Armadas. Nesse sentido, as Forças Armadas passaram a se organizar:

durante o período do Congresso Constituinte, para a permanência do dispositivo constitucional que lhes assegura, além da defesa da pátria e dos poderes constitucionais, a incumbência da manutenção da lei e da ordem. O fato de as Forças Armadas terem tido, principalmente na República, um papel político preponderante dificultava a aceitação de que deveriam restringir suas ações a uma função constitucional que lhes impusesse somente a competência para a defesa externa do país. Portanto, a permanência das atribuições relativas à manutenção da lei e da ordem passou a significar a própria identidade das Forças Armadas, pois estava intrinsecamente ligada à autonomia institucional constituída e a seu papel no sistema político (Oliveira; Soares, 2000, p. 105).

Foi a partir da manutenção dessas prerrogativas que a identidade militar se consolidou e se manteve estável até o momento, isso pois “Por mais liberal que seja o militar, ele não admite que um brasileiro possa achar que sua instituição não seja essencial para o país, na forma e com as atribuições que eles querem” (Carvalho, 2006, p. 167).

¹² O SNI somente deixou de funcionar durante o governo de Fernando Collor de Mello.

Com o término do governo de Figueiredo (1985), Tancredo Neves seria o próximo a assumir a presidência, mas, por ter falecido, não o fez, de maneira que o seu vice, José Sarney, foi o primeiro presidente civil a assumir o cargo após o fim do período militar. O período de governo de Sarney é compreendido como de transição e de ‘tutela militar’. Conforme Fuccille (2006, p. 54), compreendemos a tutela militar como “[...] uma manifestação específica do papel militar na preservação da ordem social num momento em que a corporação castrense não mais se encontra no exercício do poder de Estado sem, no entanto, haver perdido a importância orgânica no conjunto dos órgãos do mesmo”. Assim, durante o governo de Sarney, as Forças Armadas ainda se mantiveram presentes e com poder de influenciar as decisões tomadas no governo civil (Oliveira, 1993).

Durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), primeiro presidente eleito diretamente após o fim do regime militar, foram definidas de forma mais precisa as relações entre o cargo da presidência e as Forças Armadas, de maneira que o cargo passou a decidir diretamente quanto ao emprego das instituições militares. Também durante o governo de Collor de Mello, aprovaram-se “medidas que foram capazes de extinguir burocracias historicamente associadas ao regime militar contidas no bojo do Executivo, ainda que não tenha sido capaz de extinguir os ministérios militares e criar o MD [Ministério da Defesa]” (Barreto, 2021, p. 84). Notoriamente, essas medidas não foram aprovadas sem resistência da caserna, visto que tocavam em questões diretamente ligadas à permanência da identidade militar, especialmente no que diz respeito à hierarquia militar, que, segundo Leiner (1997, p. 50) “é um fenômeno capaz de permanecer estruturalmente estável através do tempo”. No governo de Collor de Mello, o SNI foi substituído pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, além de ter removido o status de ministério do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) (Lima, 2015; Winand; Saint-Pierre, 2007). Além disso, Winand; Saint-Pierre (2007, p. 7) apontam que “as mudanças empreendidas por Collor estiveram mais relacionadas à necessidade de ajuste da política militar às necessidades de política externa e da imagem internacional do país, do que a um plano de reestruturação das relações entre civis e militares”.

Com a saída de Collor de Mello, assumiu a presidência o seu vice Itamar Franco. Oliveira (1993) e Winand e Saint-Pierre (2007) expõem que o governo de Itamar Franco foi marcado pelo retorno a uma tutela militar. Mais, desde o governo de Collor de Mello, as Forças Armadas passavam por uma crise de identidade por se verem ‘sem funções’ em um cenário de pós-Guerra Fria e sem inimigos externos para combater. Essa crise foi aprofundada devido à falta de ações que promovem uma (re)profissionalização dessas Forças, levando em

consideração o cenário político da época (Winand; Saint-Pierre, 2007). A isso, somou-se a utilização das Forças Armadas para atividades de segurança interna, de forma que:

Ao ressentimento dos militares com o governo, agravado dia-a-dia, somou-se o novo diagnóstico militar sobre sua atuação. Para os militares, sua participação, enquanto força policial para coibir o crime organizado e a violência urbana, mostrava a todo o país e, principalmente a eles próprios, a incapacidade civil de resolver seus próprios assuntos e, por conseguinte, recuperavam, gradativamente, a antiga idéia de que nos momentos de crise, os militares sempre serão os grandes salvadores da pátria. Ao perceberem sua equivocada imprescindibilidade em assuntos que não são de sua natureza, as FA entenderam que poderiam manter sua moeda de troca com o governo civil. Assim, podemos dizer que o período marcado por Collor e Franco é responsável pela abertura de uma ‘caixa de Pandora’ com conseqüências para os próximos governos [...] (Winand; Saint-Pierre, 2007, p. 7).

A hierarquia é o princípio geral das Forças Armadas, sendo exposta na Constituição brasileira (Brasil, 1988), norteando “toda a vida da instituição militar, reunindo, de maneira singular, um princípio dado na lei e uma conduta a ela associada” (Leiner, 1997, p. 52)¹³. As resistências relacionadas a uma possível quebra de hierarquia militar também foram sentidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, ainda na sua campanha eleitoral em 1994¹⁴, “expressara sua intenção de criar no Brasil um Ministério da Defesa (MD) que incorporasse a Marinha, o Exército, a Aeronáutica e o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)”¹⁵ (Alsina Jr., 2003, p. 60). Antes da criação do Ministério da Defesa (MD), o governo elaborou a Política de Defesa Nacional (PDN) em 1996. A PDN foi elaborada de maneira inédita, dado que, a política que guiou as ações de política de defesa anteriormente foi a Doutrina de Segurança Nacional (Amorim Neto, 2019; Barreto, 2016).

A PDN de 1996 “pretendia explicitar a adaptação das Forças Armadas ao regime democrático” (Barreto, 2016, p. 32). A Política de Defesa Nacional foi elaborada tendo como

¹³ Ainda conforme Leiner (1997, p. 87): “a hierarquia passa por vários níveis de estruturação da organização social militar: a) como princípio geral, que se aplica a todos os membros das Forças Armadas; b) nas patentes, [...] que se dispõem de forma piramidal em relação à quantidade de membros das Forças; c) nos círculos hierárquicos; d) na distinção entre liderança e comando; e) de pessoa a pessoa, no grau de antiguidade. Todos esses níveis encontram-se imbricados — não há como pensar um sem os outros —, pois fazem parte da hierarquia como um princípio único e segmentador. Além disso, se, por um lado, ele é ancorado numa ordem temporal coletiva e equivalente para todos pelo tempo de serviço, por outro, suporta um princípio de desigualdade dado numa ordem atemporal, calcada numa escala cumulativa de valores em que alguns possuem mais mérito que outros. Desse modo, se o tempo de serviço se encontra numa extremidade, representando um princípio geral, o mérito aparece na outra, representando, no limite, a segmentação”.

¹⁴ Apesar disso, Martins Filho; Zirker (2000) apontam que durante o governo de FHC a cúpula militar estava satisfeita. Isso especialmente devido ao estabelecimento de “uso dos militares em situação de conflito social” (Martins Filho; Zirker, 2000, p. 163) interno, pouca restrição das abas tradicionais militares e resolução das questões relacionadas ao pagamento de militares (Martins Filho; Zirker, 2000).

¹⁵ Entretanto, Fuccille (2006) aponta que a pauta de criação do Ministério da Defesa não constava no Programa de Governo de FHC, “de fato o presidente Fernando Henrique teria feito referência à sua intenção em criar o Ministério da Defesa, o que contudo diferiria enormemente da decisão de criá-lo” (Fuccille, 2006, p. 102)

um dos objetivos “atingir um consenso quanto ao planejamento da Defesa e o controle civil pela administração pública, através de uma articulação mais robusta entre civis e militares, além de buscar um debate mais transparente e democrático” (Passos, 2014, p. 47). Dessa maneira, a PDN constituiu, juntamente com o desenvolvimento do Ministério da Defesa, mais uma maneira de separar e manter distante a relação entre integrantes das Forças Armadas e o cargo da presidência da República (Barreto, 2016; Fuccille, 2006).

O Ministério da Defesa, implantado em 1999, foi tido como um dos “carros-chefe” da política de defesa durante todo o governo de FHC (Amorim Neto, 2019). Fuccille (2006, p. 121) afirma que:

A partir de 1999 o Brasil assistiria à mudança mais radical de sua história no plano da organização da defesa. Tratava-se da criação do Ministério da Defesa, extinguindo os Ministérios Militares e subordinando seus antigos ministros – agora transformados em comandantes – à figura do novo ministro civil.

Desse modo, a instituição do MD representaria, de certa forma, o estabelecimento de um controle civil sobre os militares, cabendo agora à instância política a tomada de decisões que estejam voltadas ao âmbito militar (Fuccille, 2006; Passos, 2014). Junto a isso houve a eliminação da Casa Militar da Presidência, sendo esse substituído pelo Gabinete de Segurança Institucional (Martins Filho, 2000).

A crise da identidade militar continuou no governo de FHC que ampliou a participação das Forças Armadas em atividades voltadas a segurança interna no intuito de diminuir essa crise. Apesar disso, “O trabalho das FA [Forças Armadas] em atividades sociais devolveu a elas a impressão de terem voltado a trabalhar pelo desenvolvimento da Pátria” (Winand; Saint-Pierre, 2007, p. 12). A solução encontrada pelo governo da época foi incentivar a participação do contingente militar em ações voltadas a operações de paz e de estabilidade internacional e à proteção da fronteira, especialmente a Amazônica (Winand, Saint-Pierre, 2007). Contudo, essa solução não pareceu recolocar as Forças Armadas sob o controle civil, pelo contrário, ainda que reformas e instalação de novas políticas tenham sido estabelecidas no âmbito da defesa e segurança, “o resultado final das reformas não esteve perto de dar ao Brasil a condição de país plenamente democrático, com um controle civil sobre os militares garantido” (Winand; Saint-Pierre, 2010, p. 13).

Com a saída de FHC, inicia-se o período dos dois governos consecutivos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). Segundo Lima (2015, p. 62), “Visões de mundo apresentadas no período de campanha pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, convergiram com algumas das demandas dos

setores militares”. Entretanto, as visões não foram convergentes durante o governo. Com a entrada de Lula, alargou-se a atuação das Forças Armadas no âmbito interno e as demandas relacionadas a reaparelhamento e ajustes salariais foram adiadas devido a questões relativas à política econômica empreendida (Lima, 2015). Além disso, a PDN¹⁶ foi replanejada e atualizada e houve breves menções à produção de um Livro Branco de Defesa (Lima, 2015; Winand; Saint-Pierre, 2007).

O período do governo Lula foi marcado por tensões entre a cúpula política e a cúpula militar. Aqui damos enfoque a duas delas. A primeira ocorreu em 2004, quando foram divulgadas fotos do jornalista Vladimir Herzog¹⁷, que havia sido assassinado pelo Exército em 1976 em sua cela. Isso levou a uma renúncia de José Viegas do cargo de ministro da Defesa, devido a enfrentamentos deste com o ministro do Exército, visto que o primeiro havia sido implicitamente indiciado pela má conduta do Exército (de Oliveira, 2010). Outra crise que destacamos diz respeito à paralisação dos controladores de voo do tráfego aéreo civil, em sua maioria pertencentes à Aeronáutica, entre 2006 e 2007 (de Oliveira, 2010; Lima, 2015). Disso extraímos que a condução das questões relativas às Forças Armadas não foram prioridades até meados de 2007 (Martins Filho, 2010), “ainda que, no início do mandato, houvesse anunciado medidas pertinentes e necessárias, as quais, todavia, não prosperaram” (Oliveira, 2009, p. 72). Para Zague e Mathias (2022, p. 10), “A falta de esforço do governo Lula em exercer autoridade em relação aos militares, autoridade esta necessária ao processo de construção do regime democrático” foi vista durante as crises citadas.

Reafirmamos assim o exposto por Winand e Saint-Pierre (2010, p. 4):

Portanto, ainda que formalmente as Forças Armadas mantenham a subordinação ao Presidente, não se provoca o exercício de teste da mesma, isto é, o exercício efetivo de mando civil. Na verdade, tanto o controle civil sobre todos os aspectos da Defesa, incluindo o orçamentário, assim como o exercício de mando é, na prática, inexistente, o que invalida a afirmação da existência de uma obediência material das Forças Armadas à autoridade civil constitucionalmente constituída.

Com o fim do governo Lula, quem assumiu a presidência foi Dilma Rousseff em 2011. No mesmo ano, com a renovação da Política de Defesa Nacional, que se chamaria a partir daquele ano de Política Nacional de Defesa (PND), se propôs o lançamento do primeiro Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)¹⁸. O LBDN foi lançado em 2012 e merece destaque por

¹⁶ A Política de Defesa Nacional elaborada em 2005 “aprofunda o conteúdo da PDN de 1996, oferecendo políticas diretivas mais detalhadas” (Amorim Neto, 2019, p. 14).

¹⁷ Após a apuração das fotos foi atestado que elas não mostravam o corpo de Herzog, mas sim de um padre que também havia sido perseguido (Winand; Saint-Pierre, 2007).

¹⁸ Conforme Barreto (2021, p. 109): “Livros Brancos de Defesa são um tipo de documento oficial que os Estados nacionais publicam com o intento de manifestar internacionalmente suas intenções externas, em termos de sua

ter sido o documento governamental e público que apresentava de maneira completa as diretrizes da política de defesa do Brasil (Barreto, 2016). Na mensagem presidencial exposta no LBDN, a presidente expõe que “o livro Branco de Defesa Nacional amplia o acompanhamento dos temas militares pelo conjunto da sociedade, ao apresentar as potencialidades e as necessidades de nossa Defesa ao debate público” (Rousseff, 2012, p. 7). Rousseff também aponta para uma maior democratização e aumento do controle civil amparados por meio do documento “A publicação deste livro é mais um passo no processo de consolidação da liderança civil e do pleno conhecimento dos assuntos da Defesa pela sociedade [...]. O Livro Branco de Defesa Nacional é mais um fruto da evolução democrática do Brasil” (Rousseff, 2012, p. 7).

Contudo, a utilização das Forças Armadas em questões relacionadas à segurança pública foi maior no governo de Rousseff (Fuccille, 2019). A maior utilização e atuação das Forças Armadas em contextos de segurança pública, juntamente com o contingente policial, levou a percepção de obtenção de maior autonomia militar. Mathias *et al.* (2019) apontam que essas ações levaram a uma maior militarização da segurança pública¹⁹, mais:

Tomando cada uma das dimensões de militarização, não é exagero dizer que houve um processo de aprofundamento da militarização no âmbito da segurança pública, não apenas com maior presença física das Forças Armadas em regiões específicas do território nacional, mas principalmente pela transferência para o trato com o cidadão comum da mesma lógica do comportamento frente ao inimigo (Mathias *et al.*, 2019, p. 162).

Por isso que apontamos uma certa incongruência quanto as ações planejadas e executadas no âmbito das Forças Armadas durante o período de Rousseff, visto que, enquanto o LBDN apontava para um maior controle civil das Forças, algumas das ações governamentais apontavam para uma maior autonomia na atuação das Forças em contextos de segurança pública. Como destacado por Mathias *et al.* (2019, p. 164), “O pior de tudo isso é que tanto elas quanto os governos que as empregam veem isso com orgulho, esquecendo-se de que, ao transformá-las em forças de segurança, abre-se mão das forças de defesa”.

Durante o seu segundo mandato, Rousseff foi submetida a um processo de *impeachment* que resultou na sua saída do governo e na entrada de seu vice, Michel Temer,

política armada. O Brasil nunca tivera um Livro Branco de Defesa antes e sua publicação foi considerada como uma medida de transparência condizente com a participação do País no Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, que era um arranjo de cooperação em Defesa”.

¹⁹ Para aprofundar em questões específicas relacionadas à utilização das Forças Armadas em atividades de segurança pública ver MATHIAS, S. K.; ZAGUE, J. A.; SANTOS, L. F. S. A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. *Opinião Pública*, vol. 25, no 1, p. 136–168, 2019 e MATHIAS, S. K.; CAMPOS, B. S.; SANTOS, L. F. S. “Política militar del gobierno de Rousseff: reflexiones sobre la actuación de las Fuerzas Armadas en las UPP y la Minustah”. *Iconos – Revista de Ciencias Sociales*, n° 55, p. 115-138. Quito (Equador), maio, 2016.

como Presidente da República. O governo de Michel Temer foi o primeiro a indicar e oficializar um militar, o general Joaquim Silva e Luna, como Ministro da Defesa²⁰ (Fernandes, 2018). O governo Temer foi marcado por uma maior autonomia fornecida às Forças, por meio de medidas como a revogação do Decreto nº. 8.151 de 2015, que, entre outras ações, retirava do âmbito militar atribuições relacionadas a pessoal como promoções e exonerações (Penido *et al.*, 2021). Além disso, houve uma nítida incongruência entre as ações de política externa e as ações previstas na PND,

Neste sentido, houve um retrocesso significativo durante o governo Temer ao promover uma desconexão entre a atuação do país em operações de paz e a orientação geral da Política Externa Brasileira, levando a uma perigosa e indesejável independência das Forças Armadas para a definição da atuação do país em PKO. Se, durante os governos petistas, esta participação era entendida como parte de uma estratégia mais ampla de inserção internacional do Brasil, no governo Temer acabou sendo tomada pelos interesses corporativistas da classe militar no país, além de criar uma esquizofrenia identitária internacional brasileira. Ao remover as demais instâncias do processo decisório sobre PKO, a gestão Temer criou diversos problemas (Fuccille, *et al.*, 2018, p. 220).

Temer também restaurou e concedeu *status* ministerial ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), extinto durante o governo de Dilma Rousseff, e colocou na posição de ministro do GSI o general Sérgio Westphalen Etchegoyen (Fuccille, 2020). Houve também uma revisão e reavaliação da PND e do LBDN (Fuccille, 2019; 2020).

Com o fim do mandato presidencial de Temer, quem assumiu o cargo foi Jair Bolsonaro, em 2019. Bolsonaro havia integrado as fileiras do Exército como capitão paraquedista, mas “Apesar da frequência com que alude às virtudes militares da disciplina e da hierarquia, não foi um exemplo de nenhuma dessas duas virtudes quando na caserna”²¹ (Martins Filho, 2019, p. 183). Souza (2020) fala em politização das Forças Armadas, nítida no governo Bolsonaro devido à alta ocupação militar em cargos políticos e administrativos públicos, “São oficiais-generais, superiores, subalternos e praças, na ativa e na reserva, que ajudam o capitão a governar como se fosse, de fato, um ‘governo militar’” (Souza, 2020, p. 120).

[...] em junho de 2020, nove dos 22 ministros, incluindo o da Defesa, eram militares. Três deles ainda estavam na ativa. No entorno imediato de Bolsonaro e nas demais funções-chave do governo, é possível notar não apenas o aspecto geracional, mas a relevância da formação nos cursos de paraquedismo e Educação Física. Implícita está a ideia de que militares de confiança são capazes de resolver os problemas de profunda complexidade

²⁰ Desde a criação do Ministério da Defesa nenhum militar havia sido ministro da pasta.

²¹ Em 1986, Jair Bolsonaro escreveu um artigo, publicado na Revista Veja, em que apontava para os baixos salários recebidos pelos militares e em 1987, planejou a explosão de bombas em quartéis do Rio de Janeiro, cometendo atos de indisciplina e deslealdade (O artigo [...], 2017).

do país e de que, por terem um sentimento nacional forte, estariam blindados da corrupção (Santos, 2020, p. 160).

Assim, ao assumir a presidência, Jair Bolsonaro integra as Forças Armadas ao campo político de forma democrática. Bolsonaro e a bancada militar passaram a representar e reforçar a identidade militar anos antes construída de ‘cidadãos modelo’. Como destacado por Rodrigues; Khalil (2022, p. 29) com a presença das Forças Armadas nos centros de poder político exporta-se também “[...] doutrinas, pensamentos e valores típicos das instituições castrenses. Prevalece, assim, o militarismo como guia de ações e políticas governamentais. Todavia, é importante ter em mente que o militarismo atual não se restringe e tampouco se origina no atual governo”. Juntamente a tudo isso, tem-se que as Forças Armadas enxergam sua profissão através de uma devoção completa ao serviço público e abdicação de ‘confortos’ materiais não pertencentes ao âmbito militar. Assim, há um senso de superioridade das Forças Armadas frente à sociedade geral, visto que esta precisaria ser controlada e a elite política somente age com base nos interesses próprios, sem considerar o restante da população. Deste modo, os militares seriam o modelo de cidadão ideal. O gradual retorno das Forças Armadas a locais de poder civil levou à consolidação da imagem e identidade como instituições confiáveis e seguras, reforçando a noção de ‘modelo ideal a ser seguido’ e ‘defensores dos princípios da nação’.

Finalmente, destaca-se aqui que “o grande medo dentro de um Exército sem funções de defesa externa é o de sua inutilidade até mesmo como instrumento de política interna” (Coelho, 1976, p. 139) esse ponto, diretamente atrelado com a noção de “imagem pública” é fundamental na definição da identidade militar. E, apesar de se referir a década de 1930, as considerações de McCann (2009, p. 9) seguem atuais ao mencionar que “a tradição militar no Brasil incluía normas tácitas que norteavam o comportamento em situações extraleais”. O acompanhamento histórico feito aqui deixa nítido que a identidade militar, que se manteve constante, imutável e segue sendo compartilhada através das gerações de militares e em todas as instâncias militares, é uma, se não, a mais forte base das instituições militares.

2.2 Elementos históricos da formação militar argentina

Nesse tópico, dedicamos especial atenção à formação da identidade militar argentina que, assim como a identidade militar brasileira, tem construções históricas, passando por reconstruções e adaptações frente ao cenário político. Essas reconstruções também foram muito baseadas na concepção que a população, em geral, tinha das Forças Armadas e da sua função em momentos de conflitos ou em momentos pacíficos. Esses movimentos foram

essenciais não somente na construção da identidade como também na reafirmação da importância do contingente militar como ‘salvadores e guardiões da pátria’ e associação dessas características a homens heterossexuais. Até 1862, as forças militares da Argentina eram majoritariamente organizadas por meio das *Guardias Nacionales*²² que eram “milícias locais integradas pela população civil inscrita pelo poder local” (Badaró, 2006, p. 7). Por meio dessa organização, o governo nacional tinha certa dificuldade de organizar as forças militares nacionais que pudessem servir aos interesses nacionais e não somente aos interesses das elites locais.

A Argentina declarou guerra ao Paraguai em maio de 1865, momento em que assinou o Tratado da Tríplice Aliança. Para Baratta (2014, p. 41) a Guerra “significou a consolidação do Estado nacional liberal centrado em Buenos Aires e abriu uma etapa de progresso para o país”. Além disso, “A guerra proporcionou uma oportunidade para silenciar a dissidência interna e consolidar o Estado nacional centralizado e as suas representações sobre a nacionalidade argentina” (Baratta, 2013, p. 100). O recrutamento para a atuação direta no conflito aconteceu em todo o território argentino, ainda que tenha sido realizado com resistências, e a presença das Forças Militares argentinas foi expressiva até 1868 (Baratta, 2013). Conforme Rouquié (1984, p. 83), “Dizem também que a Argentina ‘embranqueceu’ graças a essa guerra, enviado na primeira linha dos batalhões os pardos, resolvendo assim, definitivamente, seu ‘problema’ negro”, visto que parte do Exército era composto por pessoas negras que haviam sido escravizadas (Baratta, 2013; Salles, 1990). No início da guerra, cerca de 25 mil militares faziam parte do contingente argentino, no entanto, devido a divergências internas territoriais quanto à presença argentina na guerra, esse número diminuiu para cerca de 4 mil nos últimos anos da guerra (Salles, 1990). Em comparação ao Brasil e Uruguai, a Argentina teve a maior quantidade de baixas, especialmente devido à pouca preparação militar (Baratta, 2013).

A institucionalização das Forças Armadas iniciou na integração entre a *Guardia Nacional* e os demais grupos militares que estavam espalhados pelo território nacional (Moreno, 2010). Essa integração deu seguimento ao surgimento de um Exército permanente argentino²³, que até 1901, momento em que houve o estabelecimento do alistamento obrigatório, coexistia com a *Guardia Nacional* (Sabato, 2010). A criação do Colégio Militar da Nação (CMN), em 1869, foi um fator relevante na organização do Exército argentino e que

²² Manteremos a escrita em espanhol ao longo do texto buscando diferenciar da Guarda Nacional brasileira.

²³ Segundo Sabato (2010, p. 86): “Estabeleceu-se assim a formação de um Exército Nacional constituído pelo exército de linha, de caráter profissional; as milícias provinciais, para garantir a ordem local, e uma nova instituição, a Guarda Nacional, baseada no princípio da cidadania armada”.

acabou impactando não somente nos projetos de governos presidenciais como também na forma de organização da educação (Badaró, 2006).

Dentre as ações que ultrapassavam as atividades estritamente militares, a participação direta dos contingentes militares na projeção e produção dos mapas territoriais argentinos foi a que levou a ligação em maior grau da identidade militar com a identidade nacional. A tarefa de levantamento, mapeamento e fabricação da cartografia da Argentina elevou a condição social das Forças Armadas argentinas (De Privitellio, 2010; Salvi, 2013). A produção cartográfica incutiu nas Forças Armadas uma consciência de desbravadores da pátria e educadores da nação, associando essas características aos homens heterossexuais que integravam a instituição. “Desta forma, a Força passou a ocupar um lugar central naquela que viria a ser uma das componentes básicas da identidade territorial, nomeadamente, a identificação da nação com um contorno e conteúdos cartográficos” (De Privitellio, 2010, p. 138), mais, para uma Nação que ainda caminhava em direção à consolidação e afirmação da sua independência frente ao Sistema Internacional, as definições relacionadas ao mapeamento territorial se faziam importantes também para o fortalecimento da identidade nacional.

Até esse momento, as tropas iniciais das Forças Armadas eram compostas por voluntários e condenados de crimes comuns, para os quais o serviço militar era visto como uma condenação (Rouquié, 1981). Esse método de recrutamento acabava relacionando as Forças Armadas a um lugar de desprestígio. Essa visão se estendeu até 1901 com a lei de Serviço Militar Obrigatório (SMO), momento em que as Forças Armadas tiveram a tarefa “que tinha forte significado nacional e civilizatório: incutir a consciência nacional e o sentimento patriótico numa população masculina com forte presença de imigrantes”²⁴ (Salvi, 2013, p. 4). A implantação do SMO foi um dos primeiros passos rumo à profissionalização militar e corroborou com o pensamento de que “o exército de cidadãos seria o espelho da nação” (Rouquié, 1981, p. 86) reforçando a ideia das Forças Armadas como formadoras não somente da identidade nacional como também educadoras da própria população. Com o SMO, o Colégio Militar da Nação (CMN) se tornou “fonte exclusiva de recrutamento e formação de oficiais” (Badaró, 2006, p. 7).

O programa de profissionalização das Forças Armadas argentinas foi endossado durante a presidência de Julio Roca (1898-1904) e, inicialmente, teve influência francesa e alemã (García Molina, 1995), mas a partir de 1900 as Forças Armadas alemãs passaram a ter predominância. García Molina (1995, p. 168) aponta que o primeiro impulso para a criação e

²⁴ Sobre a influência da imigração no Exército argentino ver Cornut (2012), Devoto (2009) e Soprano; Mellado (2018).

profissionalização das Forças Armadas argentinas partiu “como uma resposta às dificuldades que plantaram o curso das relações argentino-chilenas”, com isso Roca expandiu seus esforços. A partir de 1904, houve o envio de oficiais argentinos para estagiar nas Forças Armadas alemãs, fazendo com que o processo de germanização fosse completo (Rouquié, 1984), reforçando que “a profissionalização se converteu em sinônimo de germanização” (García Molina, 1995, p. 168). Era esperado que as tropas argentinas fossem homogeneizadas após passarem pelo treinamento inteiramente alemão. A influência alemã levou à consolidação da ‘mentalidade militar’ e do sentimento patriótico (García Molina, 1995) e nacionalista nas fileiras militares argentinas, criando e endossando a imagem de que as Forças Armadas, ou seja, os homens heterossexuais, seriam os salvadores da Nação devido a completa dedicação e devoção a essa.

Com o Colégio, os militares foram encarregados novamente da missão política e social de formar a identidade nacional (Badaró, 2006; Rouquié, 1981), fazendo com que a identidade militar se desenvolvesse em associação a essas características à população masculina. Isso os colocou na posição de superioridade frente à sociedade argentina, como se fossem professores formadores de uma escola de princípios e nacionalidade. Dentro das instituições de ensino militar argentinas, existia uma série de testes que buscavam verificar, avaliar e estabelecer as “virtudes morais do homem” e seu “comportamento correto” (Frederic; Soprano; *et al.*, 2010, p. 390) frente à sociedade, visto que este carrega consigo a imagem da instituição militar. Apesar disso, até 1920, as Forças Armadas se apoiavam mais em questões práticas, técnicas e corporais para validar e afirmar sua identidade, conforme Badaró (2006, p. 10):

Em 1916, por exemplo, as condições de ingresso que os candidatos tinham de cumprir não estavam relacionadas com dimensões religiosas, confessionais, educativas ou sociais, mas sim com aspectos físicos. A condição essencial para ingressar no CMN era demonstrar bom desempenho físico.

Foi somente com a instauração da Lei Sáenz Peña, em 1916, que esse cenário começou a sofrer mudanças. A Lei previa o sufrágio secreto e obrigatório para a população masculina e utilizaria de padrões militares (Moreno, 2010a; Rouquié, 1981), ou seja, as Forças Armadas foram diretamente responsáveis pela elaboração e intervenção durante todo o processo eleitoral (Badaró, 2006). Esse movimento inseriu os militares nas esferas políticas da sociedade argentina e também foi responsável pelo aumento de contingente no CMN. Ainda, para Potash (1994, p. 21) “As autoridades militares queriam fortemente manter a proporção de

jovens de vinte anos convocados para o serviço em relação ao crescimento da população total” sendo esse outro motivo para o aumento do contingente militar da época.

Esses acontecimentos, juntamente com a reorganização das Forças Armadas dos últimos anos, deram-lhes mais força e vigor, levando à organização de um movimento que contou com parte das forças militares e retirou do poder o presidente Hipólito Yrigoyen²⁵, em 1930. Essa organização contou com somente parte das forças militares e não do conjunto, deixando explícito que, apesar do crescimento da importância das Forças Armadas dentro da sociedade argentina e do profissionalismo intensificado, as Forças não eram completamente coesas, harmônicas e partilhavam de uma só unidade (Potash, 1994).

A Igreja Católica foi uma das principais responsáveis pela maior aglutinação das Forças Armadas (Badaró, 2006). A interação e influência da Igreja levaram à consolidação da identidade nacional argentina como uma nação católica e ligada aos valores conservadores e tradicionais com base no cristianismo (Cersósimo, 2014; Zanatta, 1996). Além disso, a relação com as Forças Armadas levou à consolidação de uma identidade missionária das Forças, como responsáveis por levar adiante esses valores tradicionais (Zanatta, 1996). Zanatta (1996) nomeou esse movimento de “mito da nação católica”²⁶, ou seja, a política empregada pela Igreja Católica de cristianização da nação, levando a transformação do catolicismo na ideologia nacional argentina através da construção identitária de ‘cidadão cristão/católico’ como a verdadeira identidade nacional.

A construção e disseminação da verdadeira identidade nacional também deveria ser conduzida pelas Forças Armadas, visto que seus integrantes (homens e heterossexuais) seriam a ‘reserva moral da nação’ (Badaró, 2006; Salvi, 2013; Soprano; Mellado, 2018). Esse conservadorismo tradicional estava muito próximo e, em alguns momentos, se confundia com aquilo que era disseminado pela ideologia da Igreja Católica. Os integrantes das Forças Armadas passaram a ser treinados com base no sentimento cristão e patriótico, sendo inseparáveis e necessários para o crescimento, desenvolvimento, proteção e salvação da nação. Conforme Salvi (2013), esse treinamento também foi responsável pelo desenvolvimento de uma noção de ‘superioridade moral’ das Forças Armadas diante do restante da sociedade.

²⁵ Assim como Potash (1994, p. 15) “o sobrenome de Yrigoyen era frequentemente escrito na forma ‘Irigoyen’; mas o líder radical, talvez para se diferenciar, insistiu nesta forma peculiar quando assinou. Sua preferência foi respeitada neste livro”.

²⁶ O ‘mito da nação católica’ “identificava a Nação com uma ordem católica integral, que considerava o Exército como uma instituição que precedeu a existência da Nação” (Plotkin, 2010, p. 202).

As Forças Armadas e a Igreja Católica seriam assim guardiões da moralidade, conhecimento e do sentimento patriótico de defesa da Nação, sendo responsáveis por disseminar essas ideologias e combaterem o restante que não correspondesse a essas questões. Atuando como ‘protetores’ da Nação, ambas as instituições caminharam juntas para a consolidação de uma identidade argentina nacional. Toda essa ação começou a ser empreendida nos quartéis e academias militares, que passaram a ter diversos cursos, palestras e aulas ministradas por integrantes da Igreja (Badaró, 2006). A partir de 1935, passou a ser responsabilidade da Igreja Católica a formulação dos programas de ensino referentes às áreas de formação moral e intelectual (Badaró, 2006). Se produzia a noção de militar ideal segundo moldes católicos que se espalhava pelo restante da vida em sociedade, produzindo também a noção de cidadão argentino ideal, ambos baseados na figura masculina heterossexual.

Durante esse período, a relação entre Forças Armadas, Igreja Católica e a construção da Nação argentina se tornou tão indissolúvel que, em 1944, passou-se a exigir dos aspirantes a certidão de batismo católico, um documento que comprovasse o de pertencimento à Igreja Católica e o nome da igreja em que o aspirante foi batizado (Badaró, 2006; Buchrucker *et al.*, 1999). Essas exigências foram retiradas no ano seguinte²⁷, mas, “o regulamento do CMN estabelecia que cabia ao diretor conceder ou negar a admissão de candidatos ao instituto” (Buchrucker *et al.*, 1999, p. 13). A importância das Forças Armadas como propagadoras e exemplo de moralidade nacional levou à institucionalização desse grupo como parte de uma elite política (Soprano; Mellado, 2018) que também seria responsável por conduzir os processos políticos nacionais. Junto a isso, formou-se a trinca família - Forças Armadas - Nação (Badaró, 2006), levando à formação do pensamento de que esses três componentes seriam a base da identidade nacional argentina genuína, elevando a posição social das Forças Armadas, que foi mantida de forma mais ou menos intacta por mais de 40 anos.

Em 1946, ascende ao cargo de presidente Juan Perón,²⁸ que havia estudado no Colégio Militar da Nação. Perón durante “Seu governo contribuiu para aprofundar as mudanças ocorridas desde 1930 nas formas institucionais de definir simbolicamente a carreira militar” (Badaró, 2006, p. 14), especialmente porque o peronismo²⁹ foi entendido como um projeto

²⁷ Apesar disso, “a exigência de apresentação da certidão de batismo católica foi restabelecida em 1959 e foi formalmente mantida nos folhetos de registro do CMN por mais de trinta anos” (Badaró, 2006, p. 12).

²⁸ Perón se formou no Colégio Militar e estudou na Escola Superior de Guerra, atuando como professor da instituição anos depois. Perón viajou diversas vezes à Europa em missões militares e chegou ao cargo mais alto da instituição militar, se tornando coronel.

²⁹ Movimento liderado por e em torno da figura de Juan Perón. O movimento peronista é um movimento populista e estabeleceu fortes vínculos com o movimento trabalhista/operário, de forma que o último teve “um papel decisivo na consolidação do próprio regime peronista” (Torre, 1989, p. 14). Para Acha (2004, p. 202): “A peronização da classe trabalhadora e de grande parte dos setores populares, além disso, criou uma visibilidade do Estado nacional que não se entende apenas pelo seu crescimento burocrático e institucional. O Estado como

desenvolvido e executado pelas Forças Armadas, de modo geral, e pelo Exército em si, de modo restrito (Bianchi, 2022). Invocou-se, a partir da ligação Forças Armadas - Nação - Igreja Católica, a noção de Nação católica já disseminada anteriormente, mas com algumas diferenciações, visando essencialmente a materialização do ‘mito nacional católico’ (Zanatta, 1999). Durante esse período, Perón buscou aumentar as diferenças entre militares e o restante da sociedade, colocando os primeiros em um lugar de destaque e de superioridade e reafirmando o papel desses diante da formação da Nação argentina (Soprano; Mellado, 2018).

Destaca-se o papel de Perón na inclusão, dentro da identidade militar, as noções de ‘estrategista’, ‘expedicionário’ e ‘cientista’, além de evidenciar o papel das Forças Armadas no “desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo da nação” (Salvi, 2013, p. 7). Assim, através das ações de Perón, associaram-se essas características a figura masculina heterossexual. Dentre as ações tomadas em prol do aumento do reconhecimento social das Forças Armadas, tem-se que:

Em setembro de 1947, o Congresso Nacional aprovou a Lei 13.024, que facilitou o acesso aos colégios militares aos filhos de suboficiais, operários e empregados por meio de bolsas de estudo oferecidas pelo Estado. Ao conseguirem concluir o ensino médio em um colégio militar, esses jovens das camadas populares poderiam alistar-se como oficiais da reserva ou ingressar no CMN; esta medida ameaçou assim dissolver a divisão férrea existente entre oficiais e suboficiais e democratizar uma instituição que estava majoritariamente reservada à classe média e, em menor medida, à classe alta (Badaró, 2006, p. 14).

Além dessas ações estarem intrinsecamente ligadas à construção da identidade militar, elas reforçam a primazia que a educação militar tinha frente à educação não-militar. A partir disso, insere-se dentro da identidade militar a noção de ‘honra’ (Badaró, 2006): honra ao vestir o uniforme militar, honra ao servir à Nação, honra em ser disseminador dos ideais nacionais, honra em representar a Nação, honra em ser o principal guardião da tradição e identidade nacional. Perón, que havia sido influenciado pela construção identitária ocorrida a partir dos anos 1930, com a influência da Igreja Católica (Plotkin, 2010), não mediu esforços em intensificar essa aliança. A partir de 1953, o governo de Perón atuou mais fortemente dentro das instituições militares visando fazer com que seus integrantes se tornassem cada vez mais devotos à figura do presidente. Essas ações foram chamadas de ‘políticas de doutrinação’ e tinham o objetivo de “garantir a ‘lealdade’ dos fardados à figura de Perón, que

totalidade orgânica tornou-se objeto da mentalidade popular ao ser identificado com o presidente Perón”. Através do peronismo, logrou-se uma série de direitos trabalhistas para a população argentina o que levou a maior popularidade de Perón (Lago, 2021). Além disso, durante o regime peronista houve forte expansão e modernização das instituições militares, de maneira que Perón esteve empenhado em “satisfazer as demandas e aspirações do corpo de oficiais” (Rouquié, 1983, p. 75).

ao expressá-la abertamente eram beneficiados, em muitos casos, com regalias como a premiação de carros ou promoções” (Badaró, 2006, p. 16). Com isso, a lealdade total ao cargo da presidência passa a integrar a identidade militar.

Contudo, independentemente dos esforços de Perón, esses não foram suficientes para impedir que parte das Forças Armadas organizassem um movimento que levou à sua retirada do poder em 1955 (García Holgado, 2016). A retirada de Perón foi chamada de Revolução Libertadora e teve, além da participação das Forças Armadas, a participação da Igreja Católica (Bianchi, 2022). Segundo Badaró (2006), com a queda de Perón, produziu-se e disseminou-se a noção de ‘desinteresse’ nas carreiras militares e fez parte de um movimento maior, o de desperonização das Forças Armadas. Se anteriormente à chegada de Perón ao poder e durante sua estadia, os jovens eram conclamados a se inscrever nas Forças visando algum tipo de ascensão social, recebimento de benefícios materiais e acesso a outras camadas da sociedade, a partir de 1955 “os jovens foram chamados a optar por uma atividade ‘altruista’, que encontrava a sua justificação nos valores morais e não nos benefícios materiais e simbólicos que ela poderia oferecer devido à sua proximidade com o poder político” (Badaró, 2006, p. 17-18). A isso também se seguiu a intenção de desvincular a imagem das Forças Armadas do peronismo, bem como sua identidade. Foi assim que, inspiradas pelo cenário internacional de Guerra Fria, as Forças Armadas se voltaram gradualmente a uma luta contra um ‘inimigo interno’ que estava ligado a ideários comunistas (Rouquié, 1983).

A partir desse momento, as Forças Armadas seriam as principais guardiãs da liberdade e da democracia ocidental. A datar dos anos 1960, “o ‘perigo comunista’ estava na ordem do dia na mídia conservadora” (Rouquié, 1983, p. 156-157), bem como das funções das Forças Armadas argentinas. Também a partir de 1960, a Argentina passou por uma sucessão de governos militares, em que as Forças Armadas intervieram como um ‘partido militar’. Desse momento em diante, as instituições militares passaram a usar da força e atuar não somente em situações extraordinárias, mas também em situações em que buscavam fazer valer “a política que a opinião pública não escolheu” (Rouquié, 1984), ou seja, a política dos militares. E até 1973, momento em que Perón retornou ao poder, a Argentina ficou sob esse mesmo tipo de governo, chamado de ‘governo das Forças Armadas’ (Roquié, 1983; 1984). Ao mesmo tempo que as instituições militares se preparavam para defender o país externamente e se inseriram mais na vida política do país, também se preparavam para combater o ‘inimigo interno’ que ameaçava a Argentina, isso pois “a guerra e a política andam de mãos dadas na preservação da ordem interna” (Ollier, 2010, p. 244). A isso se seguiu a instauração novamente de um governo autoritário e, dessa vez, mais repressivo em 1976.

A ditadura argentina (1976-1983) foi chamada de Processo de Reorganização Nacional e teve primazia do Exército sobre as outras duas Forças (Aeronáutica e Marinha) devido ao maior número de efetivos (Canelo, 2011). As mudanças ocorridas na Argentina seguiram o Estatuto do Processo de Reorganização Nacional e colocaram os militares (todos homens) nos cargos mais altos da administração política. Além disso, a Argentina foi dividida em jurisdições que também foram repartidas entre as três partes das Forças Armadas visando combater o ‘inimigo interno’. Para Rouquié (1983, p. 156) “[...] a luta contra a ‘subversão comunista’, contra um inimigo interno, consequentemente, legitimou o poder militar ao apagar qualquer fronteira entre a defesa nacional e o ativismo político”, dessa forma, cabia aos homens militares a salvação da Nação do ‘inimigo interno’.

Com isso, implantou-se a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) que, assim como no regime militar brasileiro, teve influência direta do governo norte-americano (García, 1995). A DSN argumentava a partir de “um novo tipo de guerra, permanente e não declarada, que apagou as fronteiras territoriais, substituindo-as por fronteiras ideológicas” (Divinzenso, 2016, p. 72). Assim, a ordem geral da DSN era o aniquilamento total do inimigo e daqueles que eram considerados subversivos, levando ao período de maior violência do país e fazendo com que as noções de ‘guardiões da Pátria’ e ‘defensores da Nação’ fossem reforçadas na identidade militar. Esse pensamento também reforçou a ideia de ‘Nós’ e ‘Eles’ apontando para a necessidade das Forças Armadas reorganizarem e refundarem o país, o colocando ‘nos trilhos’ (Souza, 2013).

A repressão durante o regime militar argentino foi maior no início (Magalhães, 2013; Teles, 2014) e “A partir do golpe argentino de março de 1976, a repressão deixou de girar ao redor dos cárceres, tendo como eixo de sua atividade repressiva o desaparecimento de pessoas, levado a efeito nos campos de extermínio” (Teles, 2014, p. 101). Em 1976, com a instauração do regime militar, o general Jorge Rafael Videla assume o cargo de presidente, que a todo momento em seus discursos destacava a importância das Forças Armadas para o futuro político da Argentina. Apesar disso, para Videla, o objetivo a curto prazo das Forças Armadas no poder era relacionado à implementação de planos de disciplina social e de ajustes e reformas econômicas (Quiroga, 2005). Quanto ao âmbito social, “foi organizado um plano altamente repressivo para eliminar as organizações guerrilheiras e as vozes de protesto e modificar o comportamento dos atores políticos e sindicais” (Quiroga, 2005, p. 40).

Em 1978, durante a Copa do Mundo que aconteceu na Argentina, Videla discursou apontando que o evento era a demarcação de uma nova era na história argentina (Magalhães, 2013), fortalecendo a imagem das Forças Armadas. O general Videla foi o presidente militar

que ocupou o cargo por mais tempo, o exercendo até março de 1981, momento em que o general Roberto Viola assumiu o poder. Apesar de ser o militar preferido para assumir a presidência durante 1981 e 1984, Viola somente ocupou o cargo por cerca de oito meses, sendo destituído em dezembro de 1981 e levando a uma crise interna do regime militar (Quiroga, 2005). A destituição de Viola já estava sendo premeditada antes que assumisse o poder, partindo principalmente de parte das fileiras militares descontentes com sua indicação (Quiroga, 2005). O restante da organização militar temia que Viola se voltasse para um movimento de abertura política, levando ao maior descontentamento daqueles militares que também estavam no governo. Assim, diante das decisões políticas de Viola

[...] quando sopravam os ventos da liberalização para a atividade política e sindical, surgia também uma abertura na esfera da cultura devido à gravitação dos mesmos acontecimentos. Havia um evidente clima de relaxamento na sociedade civil e os meios de comunicação social, escritores, artistas, intelectuais começavam a fazer ouvir as suas reivindicações em favor da liberdade de opinião e de expressão. A Argentina do início de 1981 começou a mobilizar-se. Uma sociedade que tinha sido diminuída e culturalmente pisoteada começava a reconstruir um espaço democrático e a recuperar o respeito próprio, após vários anos de autoritarismo militar (Quiroga, 2005, p. 67).

As ações de Viola foram, dessa forma, entendidas como o início de uma abertura política e transição para a democracia, ainda que esse não fosse o objetivo. O mal-estar gerado entre Viola e o restante da Junta Militar que governava a Argentina levou à substituição do primeiro pelo general Leopoldo Galtieri, que no momento das movimentações era o chefe do Exército. Galtieri não era “uma figura irritante para os políticos argentinos, pois mantinha boas relações nos meios políticos e, além disso, contava com o apoio da Marinha e do governo dos Estados Unidos” (Quiroga, 2005, p. 71).

Galtieri permaneceu como presidente até junho de 1982 e, através de uma cúpula militar de governo homogênea, visou recuperar a força que o governo militar tinha no início do regime. Galtieri deixou nítido que não seria durante o seu governo que seria iniciada a transição para a democracia, dado que o maior objetivo era retomar a boa imagem da instituição militar, como única capaz de reorganizar e educar a população argentina. Todavia, “Os militares sabiam – e Galtieri não negava – que estavam diante da última carta do regime militar” (Quiroga, 2005, p. 73). Quando Galtieri assume, as Forças Armadas se veem desprestigiadas devido à instabilidade do governo e ao mau desempenho econômico, fazendo com que o movimento que buscava deslegitimar o governo militar aumentasse. Dentro desse contexto, a Junta Militar visualizou no conflito das Malvinas uma maneira de retomar a legitimidade e confiança nas Forças Armadas. Devido ao fato da abertura política ser

inevitável, no final do seu governo, Galtieri iniciou um movimento de elaboração de regimes de regulação de grupos políticos.

Enquanto a ditadura argentina ocorria, as Forças Armadas também se voltavam para o conflito das Ilhas Malvinas. A Guerra das Malvinas, iniciada em 1982, juntamente com o fracasso argentino, alteraram a identidade das Forças Armadas, bem como a visão que tinham de si e a visão que a sociedade argentina tinha. Lorenz (2009) expõe que dentro das três Forças existiam noções diferentes da guerra e sobre como ela ocorreu, e isso gerou certa cisão dentro das Forças. Essa cisão foi ocasionada especialmente devido às diferentes participações, visto que no Exército houve uma nítida distinção entre aqueles que lutaram em campo e aqueles conhecidos como “oficiais de escritório ou políticos” (Lorenz, 2009, p. 105). Na Marinha, a derrota significou que a luta não havia ocorrido, mesmo com as várias baixas, e para a Aeronáutica a guerra havia sido um sucesso devido à “excelente imagem social” (Lorenz, 2009, p. 106) dos pilotos. Isso levou a uma enorme crise de identidade, que foi mais profunda no Exército, “que se descrevia como ‘invicto’ e que, ao contrário da Marinha e da Aviação, desde 1930 funcionava como ‘garantia institucional’ e reserva moral da pátria” (Lorenz, 2009, p. 105). Conforme Lopez (2001, p. 108):

[...] o que enterrou definitivamente toda a possibilidade de diálogo e alterou sobremaneira a transição, foram a Guerra das Malvinas e, especialmente, a derrota das tropas argentinas. O colapso político do governo militar se produziu precisamente como consequência daquela derrota.

Dessa maneira, a derrota no conflito aprofundou as crises do regime autoritário e levou ao afastamento de Galtieri poucos dias após o fim do conflito e a ruptura da Junta Militar, com a retirada da Aeronáutica e da Marinha. Quiroga (2005, p. 79) aponta que “Os cinco dias que decorreram entre a demissão de Galtieri e a nomeação de Bignone foram reveladores da desintegração do mais alto órgão do poder militar”, a derrota na Guerra das Malvinas veio a coroar e aprofundar a unidade interna das Forças Armadas. Firmou-se que o próximo presidente militar seria “um governo de transição que terminaria com a ‘plena institucionalização do país nos primeiros meses de 1984’” (Quiroga, 2005, p. 80). Assim, em julho de 1982, o general Reynaldo Bignone assume a presidência, onde permanece até o final de 1983.

Bignone assume a presidência em um momento de retirada desalinhada das Forças Armadas e enfrenta um movimento de depreciação e desvalorização das Forças frente à crise interna e à grande quantidade de denúncias de violações de direitos humanos, juntamente com o aumento do protagonismo de partidos políticos civis. “Contudo, os militares, que estavam dispostos a ceder o poder, exigiam, no mínimo, um acordo sobre duas questões fundamentais:

a responsabilidade pelas consequências da guerra suja e a inserção no futuro governo civil” (Quiroga, 2005, p. 81). Esse acordo foi veementemente recusado. A Junta Militar também exigiu que não houvesse revisões quanto à atuação direta das Forças Armadas no combate e aniquilamento de subversores, o que também foi recusado devido ao descrédito das Forças e o inevitável fim do regime militar. O fim do regime militar ocorreu, dessa maneira, por colapso e de maneira desordenada. A cúpula militar não conseguia mais sustentar e conter a crise interna, bem como o aumento do movimento político que exigia sua retirada do poder.

A crise de identidade gerada durante o conflito das Malvinas foi intensificada com o fim do período ditatorial. Para Quiroga (2005), o auge do período militar argentino residiu na presidência de Videla, dado o contexto político da Argentina. Após a saída de Videla, nem Viola e nem Galtieri

[...] conseguiram, com diferentes tentativas, renovar o impulso criativo de um regime que, apesar da sua fraqueza ‘fundacional’, insistiu tenazmente em subsistir. Nenhum deles encontrou, portanto, no seu governo as mesmas condições históricas e possibilidades políticas que Videla teve para tentar fundar um novo sistema institucional. A crise do regime autoritário, que levou à sua decomposição após a derrota da guerra das Malvinas, começou na verdade no último ano do governo Videla (Quiroga, 2005, p. 65).

Raúl Alfonsín ganha as eleições organizadas pelos militares e, em dezembro de 1983, há a dissolução da Junta Militar. Com a transição, as eleições ficaram divididas entre duas forças políticas: o peronismo e o radicalismo. Alfonsín ganhou as eleições com cerca de 52% dos votos, marcando a vitória do radicalismo. Alfonsín, ainda durante sua campanha eleitoral, discursava a favor da democracia e contra a ditadura, apontando para a impunidade dos militares frente às violações de direitos humanos. Para Quiroga (2005, p. 96) “Durante os primeiros anos, o governo Alfonsín viu-se, por um lado, ameaçado pelo persistente passado autoritário e, por outro, foi encorajado pelas exigências de participação e pela necessidade imperiosa de consolidar a democracia”, com isso deu-se início ao processo de aumento da participação política, levando ao julgamento da Junta Militar. O governo de Alfonsín ficou marcado pela instauração de duas leis que tratavam da Anistia, a *Ley de Punto Final* (Lei nº 23.492/1986) e a *Ley de Obediencia Debida* (Lei nº 23.521/1987).

A *Ley de Punto Final* tratava da diminuição do tempo para julgamento, estabelecendo um prazo de 60 dias para a promulgação de ações de julgamento de militares por violações de direitos humanos durante o período ditatorial, levando a satisfação de líderes militares que, devido à demora dos processos, não seriam julgados (Canelo, 2015). A *Ley de Obediencia Debida* “estabelecia a presunção geral e *a priori* de que os militares que praticaram atos de violação aos direitos humanos o fizeram cumprindo ordens e sob um clima psicológico de

terror, o que justificaria a não punibilidade dos mesmos” (Quinalha, 2012, p. 174). “Simultaneamente, as leis da Devida Obediência e do Ponto Final, promovidas pela pressão dos militares rebeldes, comprometeram a continuidade dos julgamentos militares – limitando a ação da Justiça – e prejudicaram a credibilidade presidencial” (Quiroga, 2005, p. 97). De forma que, as Forças Armadas não se submeteram completamente ao poder civil no governo de Alfonsín, apesar disso, as medidas de Alfonsín relacionadas ao julgamento da Junta Militar representaram um marco na América Latina pós-regimes militares, visto que, esse movimento constituiu o primeiro desse tipo no continente, diferentemente do que foi decidido em outros Estados latino-americanos, como o Brasil. Especialmente com a criação da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP). “A criação da CONADEP inseria-se na série de medidas tomadas por Alfonsín para concluir o processo de transição política e, assim, atender às demandas da população por justiça e verdade” (Bauer, 2008, p. 4) e deu origem ao relatório *Nunca Más* que reuniu informações sobre as ações repressivas das Forças Armadas durante o regime ditatorial.

A forma de transição democrática desenvolvida na Argentina impactou diretamente na imagem e identidade militar. A transição ocorreu por colapso, “uma vez que as condições de uma transição ‘acordada’ nunca se concretizaram” (Canelo, 2015, p. 16). Além disso, com a restauração da democracia, houve uma redução do contingente militar presente na administração política do país, diminuição do orçamento e, o mais importante, para a mudança da imagem das Forças Armadas³⁰,

[...] o julgamento e condenação de militares acusados de violações dos direitos humanos durante a última ditadura militar e a implementação pelo novo governo democrático de diversas medidas que visavam alcançar maior subordinação das Forças Armadas ao poder político civil (Badaró, 2006, p. 22).

Com a saída de Alfonsín, Carlos Menem se torna presidente em 1989 e se mantém no cargo até 1999, participando do processo de transição democrática argentina. Buscando fazer valer a subordinação militar ao poder civil, Menem aplicou diversos indultos visando também diminuir as revoltas militares e “a possibilidade de continuar com os julgamentos e manter firmes as sentenças de condenação dos responsáveis pelas violações de direitos humanos” (Quiroga, 2005, p. 120). Para que a transição democrática fosse completa e resultasse na consolidação da democracia, era necessária a reestruturação das relações entre civis e

³⁰ Devido a essas mudanças, entre 1987 e 1990, houveram alguns levantes militares contra o novo modelo de submissão das Forças Armadas ao poder civil-político e visando restaurar a honra e a imagem de ‘reservas morais’ da Nação argentina (Badaró, 2006; 2013), mas essas tentativas não obtiveram sucesso. Os levantes foram chamados de ‘levantes carapintadas’. Ver mais em Sain, M. Los levantamientos carapintada. 1987-1991 Buenos Aires. Centro Editor de América Latina, 1994.

militares, o que foi realizado por meio das políticas de indultos, que eram vistas como recursos indispensáveis para a transição (Quiroga, 2005).

Num sinal da possível mudança histórica na relação das Forças Armadas com a sociedade, em 25 de abril de 1995, tornou-se conhecida a autocrítica do General Martín Balza. A autocrítica do Exército foi seguida pela mensagem da Marinha e da Aeronáutica. Sem dúvida, a atitude assumida pelo General Balza é a que quebrou o silêncio hermético de anos de proteção contra crimes. As palavras do chefe do Exército, que enfatizou o reconhecimento das atrocidades cometidas, produziram uma mudança no tratamento da questão dos direitos humanos ao romper com as posições tradicionais das Forças Armadas estabelecidas em seus documentos e discursos (Quiroga, 2005, p. 123).

Em 1999, Fernando de la Rúa assume a presidência argentina e se mantém no cargo até 2001, momento em que renuncia devido à situação econômica do país. De la Rúa foi sucedido por Rodriguez Saá que permaneceu cerca de 7 dias no poder e foi sucedido por Eduardo Duhalde que permaneceu no poder entre 2002 e 2003. O governo de Fernando de la Rúa atuou de forma contrária ao governo de Menem, conduzindo uma política de cumplicidade com as exigências militares, representando, de certa maneira, um retrocesso na construção de um controle civil das Forças Armadas (Badaró, 2013). Assim que assumiu o governo, de la Rúa substituiu o general Balza pelo general Brinzoni no comando do Exército, este, desde o início, se colocou totalmente contrário às falas e críticas institucionais de Balza, tentando impedir que mais militares sofressem processos por crimes cometidos no regime militar (Badaró, 2013). Além disso, Brinzoni também forneceu apoios econômicos e institucionais àqueles militares que haviam sido presos para o julgamento de crimes e entoou as críticas quanto aos cortes orçamentários feitos nas Forças Armadas. O posicionamento do general Brinzoni continuou no governo de Duhalde, momento em que, diante da morte do general do governo militar, Galtieri, endossou e parabenizou as ações do general em vida.

Em 2003, Néstor Kirchner assumiu a presidência e, desde o início, buscou manter os militares sob seu comando, aprovando medidas que os impactam diretamente, como a substituição de Brizoni por Roberto Bendini do comando do Exército. Além disso:

[...] assinou um decreto que aposentou quase 75% dos generais do Exército e 50% dos chefes da Marinha e da Aeronáutica; justificou as reivindicações históricas de ‘memória, verdade, justiça’ das organizações de direitos humanos; manifestou-se a favor da ratificação da nulidade das ‘leis do perdão’ (Obediência Devida e Ponto Final) e nomeou José Pampuro, dirigente peronista que tinha boas relações com as Forças Armadas, como Ministro da Defesa (Badaró, 2013, p. 36).

Essas ações deixam nítidas o posicionamento de Kirchner quanto às Forças Armadas, exigindo total subordinação e disciplina à figura presidencial. Como maneira de intervir na

imagem formada pelas Forças Armadas durante o regime ditatorial, Kirchner, em diversas cerimônias ocorridas em instituições militares, mandou retirar os quadros daqueles militares que haviam atuado no regime e cometido crimes de direitos humanos. Além disso, Kirchner atuou de forma muito próxima com as instituições e ativistas de direitos humanos, promovendo lugares que haviam sido utilizados como centro de tortura e prisão em centros de memória e proteção dos direitos humanos (Badaró, 2013). Kirchner também “fez um discurso no qual pediu desculpas em nome do Estado argentino à sociedade pela última ditadura militar” (Badaró, 2013, p. 39) e, na metade do seu mandato, nomeou Nilda Garré como Ministra da Defesa, a primeira mulher a ocupar o cargo³¹. Garré, além de estabelecer uma série de regulamentos quanto às questões de gênero na caserna³², “eliminou, modificou ou proibiu as normativas e práticas institucionais que conferiam aos militares direitos e obrigações diferentes do conjunto de cidadãos” (Badaró, 2013, p. 44).

Ao fim do governo de Néstor Kirchner, Cristina Fernández de Kirchner assume o cargo em 2007, onde permanece até 2015, e mantém Garré como ministra da Defesa. Dentre as primeiras medidas de Cristina Kirchner que afetaram diretamente os militares destacamos a anulação do ‘segredo de Estado’ que era imposto pela Lei de Inteligência Militar e a desclassificação de documentos do período militar considerados ‘secretos’, levando a reabertura de processos de julgamento (Badaró, 2013; Saín, 2010). Esse movimento também deixou nítido o posicionamento de Cristina, similar ao de Néstor, quanto aos militares, aumentando o controle civil sobre a esfera militar.

Em 2015, Mauricio Macri assumiu a presidência e, no ano seguinte, impulsionou políticas de combate ao narcotráfico e ao crime organizado, sendo essas as principais questões do seu governo. Além disso, estabeleceu estado de emergência de segurança pública e forneceu aval para a atuação militar nas fronteiras (Saín, 2018; Succi Jr., 2020) e em questões de segurança interna. Macri também concedeu às Forças Armadas outras funções, como a de monitoramento do espaço aéreo. Essas ações levaram a

um processo de militarização da segurança interna marcado por uma *ênfase discursiva exacerbada* e impulsionado pela indisposição oficial para fortalecer a estrutura militar deteriorada e aumentar os sórdidos gastos militares. Consequentemente, a intervenção militar nestas questões foi vista como uma *alternativa funcional viável* sem a vontade de investir neste sentido ou, melhor ainda, de ajustar o orçamento militar a extremos sem precedentes. Tudo isto ocorreu num quadro em que, para o governo macrista, as questões defensivo-militares são assuntos de pouca relevância (Saín, 2018, p. 78).

³¹ Garré foi a segunda mulher na América Latina a ocupar o cargo, a primeira foi Michelle Bachelet, em 2002 no Chile.

³² Esses regulamentos serão explorados com maior profundidade nos próximos capítulos.

Por fim, em 2019, Alberto Fernández assume a presidência até 2023 e tem como vice Cristina Kirchner. Fernández estabeleceu o Decreto nº 571/2020 que firma que conceder às Forças Armadas novas tarefas, como as relacionadas à atividade policial, vai contra as normativas construídas desde o final do período militar e colocam em risco o funcionamento das estruturas militares. Houve a aprovação da *Directiva Política de Defensa Nacional* (DPDN) que trata das prioridades das Forças Armadas e dá maior enfoque à indústria de defesa, além do constante repúdio às ações militares durante o período de governo militar que ao final do mandato de Fernández havia completado 40 anos.

Assim, a identidade militar que relacionava os militares a ‘salvadores da Nação’ e ‘reserva moral da pátria’ que começou a ser construída “desde 1930, consolidou-se no final da década de 60 e perdurou sem grandes modificações até meados da década de 80” (Badaró, 2006, p. 8), não foi capaz de ser sustentada com o retorno da democracia. A perda de protagonismo das Forças Armadas rebaixou a instituição e mudou a forma com que se coloca na sociedade desde os anos 1990, retirando também o prestígio que lhe era atribuído (Badaró, 2013; Salvi, 2013). Junto a esses acontecimentos, em 1994, houve a implantação do Serviço Militar Voluntário no lugar do Serviço Militar Obrigatório devido ao assassinato de um recruta durante o treinamento³³.

A busca pela reinserção na sociedade argentina levou as Forças Armadas a aplicar novas políticas que estivessem voltadas a mudar a identidade militar, composta por categorias simbólicas e conceituais que levaram mais de 50 anos para serem construídas, legitimadas e transmitidas. Essas políticas tiveram como maior enfoque duas questões: a mudança da compreensão da carreira militar, na intenção de fazê-la ser reconhecida como uma ‘carreira profissional’, e o âmbito educacional militar, que passou por mudanças curriculares, de recrutamento e de slogan (Badaró, 2006; 2013). Essa busca permanece até a atualidade, sendo aprofundada a partir dos anos 2000 com a tentativa de associar as Forças Armadas ao desenvolvimento científico do país (Salvi, 2013).

As Forças Armadas passaram também a advogar em prol de melhores condições para o desempenho das suas tarefas, visto a escassez de recursos que passaram a enfrentar após o final da ditadura (Badaró, 2013; Salvi, 2013). Passou a disseminar a imagem do “desempenho das suas tarefas como uma ‘luta’” (Salvi, 2013, p. 8), não somente devido às más condições

³³ O chamado “Caso Carrasco” ocorreu quando um soldado sofreu maus-tratos durante o treinamento e veio a óbito. Carrasco era o sobrenome usado pelo soldado.

de trabalho como também devido à abdicação de uma vida confortável em prol da defesa da Nação. Essas questões são instrumentalizadas de maneira que:

As condições econômica e tecnicamente desfavoráveis da profissão militar são, portanto, moralizadas através da figura militar do sacrifício. E é justamente por essa condição sacrificial, pelo fato de ‘estar disposto a passar por muitas coisas’, que faz com que os militares se sintam ‘diferentes dos desafios da população civil’ (Salvi, 2013, p. 8).

As mudanças ocorridas nas Forças Armadas, na identidade e na imagem, somente foram possíveis devido à maneira como se conduziu o retorno à democracia. Dificilmente as instituições militares enfrentariam o desprestígio e perda de protagonismo na sociedade se não tivessem passado por processos de julgamento, em que foram expostos os crimes cometidos durante o último regime militar argentino.

Neste capítulo buscamos fazer uma breve definição de identidade e compreender como a identidade militar foi institucionalizada e modificada (ou não) no Brasil e na Argentina. Por meio disso, as questões levantadas neste capítulo pretendem dar embasamento para o que será discutido nos próximos capítulos. Especialmente quanto ao próximo capítulo, faremos uma discussão sobre a construção da masculinidade e seus entrelaçamentos com as identidades aqui discutidas.

3 MASCULINIDADES

As Relações Internacionais são compreendidas como uma arena neutra e objetiva e que não sofreria impactos de questões relacionadas a gênero e sexualidade. Apesar disso, neste capítulo expomos como as Relações Internacionais foram estabelecidas com base em normas de gênero e sexualidade, fazendo com que as compreensões de poder, segurança e defesa fossem ligadas a ideais masculinos. Através da compreensão do gênero como categoria analítica e da conceitualização de masculinidades, explicamos como as dinâmicas na arena da política internacional são sustentadas pela exclusão de indivíduos não masculinos que detêm o poder e têm sido responsáveis pelas tomadas de decisões internacionalmente.

A corrente de pensamento feminista foi a primeira a inserir o ‘fator gênero’ dentro das análises relacionadas à estrutura de poder mundial, especialmente nas Relações Internacionais (RI). Aqui compreendemos o gênero como uma construção social, cultural e política, em que todas as noções previamente estabelecidas de feminino, masculino e da binaridade de gênero são relacionais e só existem devido à diferença. Outras compreensões que busquem superar essas dinâmicas, a partir da apresentação de novos tipos de existência, da recomposição ou da abolição do gênero, são compreendidas como disruptivas, visto que, o Sistema Internacional e as lógicas de poder foram construídas com base em noções normativas de gênero e sexualidade. Ou seja, a estrutura de poder - a nível internacional e a nível nacional - partem do pressuposto de que existe uma norma e um padrão de gênero e sexualidade a serem seguidos (Richter-Montpetit, 2018).

Conforme Scott (1995, p. 85), “A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX”, ou seja, a inclusão do gênero como elemento criado e criador de relações sociais dentro das abordagens teóricas somente apareceu no final dos anos 1900. O gênero e a sexualidade são elementos fundamentais das relações sociais e das relações de poder e os estudos de gênero nas RI buscam questionar e desconstruir os pressupostos e conceitos em que essas relações de poder se baseiam (Narain, 2014; Tickner, 1997). Devido a isso, que

As feministas defendem que se vá além dos quadros de conhecimento que constroem a teoria internacional sem atenção ao gênero e que se procure mais profundamente encontrar formas pelas quais as hierarquias de gênero sirvam para reforçar instituições e práticas socialmente construídas que perpetuam expectativas de papéis diferentes e desiguais, expectativas que contribuíram para desigualdades fundamentais entre mulheres e homens no mundo da política internacional. Portanto, incluir o gênero como categoria central de análise transforma o conhecimento de uma forma que vai além da adição de mulheres; importante, mas frequentemente mal compreendido, isto

significa que as mulheres não podem ser estudadas isoladamente dos homens (Tickner, 1997, p. 621).

E que os homens, bem como as demais variações de gênero e de sexualidade não podem ser estudados sem a inclusão das mulheres e as demais variações de gênero e sexualidade. Trazer luz a essas temáticas leva à compreensão de como o campo das Relações Internacionais se moldou com base em normas de gênero e sexualidade. Mais, coloca-se em tela que a construção das hierarquias de gênero, através da maior atenção que foi dada aos conhecimentos construídos e vividos por homens, “permite ver que são essas experiências que formaram a base da maior parte de nosso conhecimento sobre política internacional” (Tickner, 1992, p. XI), por meio da exclusão total do conhecimento vindo de outras variações de gênero. É a partir dessas concepções que se firma a ideia de que somente a produção masculina de questões relacionadas à esfera internacional é legítima e válida, com isso “Somos socializados a acreditar que a guerra e a política de poder são esferas de atividade com as quais os homens têm uma afinidade especial e que, portanto, suas vozes ao descrever e prescrever para esse mundo são mais propensas a serem consideradas autênticas” (Tickner, 1992, p. 4-5). Assim, as Relações Internacionais sempre estiveram marcadas pelo gênero e pela sexualidade.

Apesar disso, desde o início do desenvolvimento das RI houve certa ‘neutralidade’ no campo da política internacional (Scott, 1995; Tickner, 1992), devido à suposta inexistência corpórea de um sujeito. Isso pois o poder é considerado racional e ponderado, características que, geralmente, são associadas a corpos masculinos. Tickner (1992, p. 8) afirma que

A razão para isso, acredito, não é que o campo seja neutro em termos de gênero, o que significaria que a introdução do gênero é irrelevante para seu assunto, como muitos estudiosos acreditam, mas que ele é tão completamente masculinizado que o funcionamento dessas relações hierárquicas de gênero está oculto.

Por isso, afirmamos que as Relações Internacionais e o cenário político internacional são concebidos a partir do *men's world*. Utilizamos *men's world*, na tradução para o português: mundo de homens, a partir da perspectiva de que o Sistema Internacional é em suma masculino, é um mundo de homens, pensado por homens e para homens (Parpart; Zalewski, 2008; Zalewski, 2018). Devido a isso, haveria certa ‘neutralidade’, pois todos os sujeitos seriam homens, não havendo a necessidade de postular questões de gênero.

Além da neutralidade, há uma naturalidade em pensar a política internacional a partir de homens. São os homens que ocupam a maioria (senão todas) as posições de tomadores de decisão, ocupam todas as arenas de *high politics* e todos os outros temas considerados centrais

nas relações internacionais³⁴. A construção do que significa ser um ‘homem verdadeiro’ em contraposição a ‘mulher verdadeira’ são crenças comuns, formadas nas relações internacionais, “e encontram seu caminho através de imagens, metáforas e símbolos de masculinidade, feminilidade e sexualidade” (Zalewski, 2018, p. 2). Assim, as questões relativas à política internacional sempre foram formuladas por homens.

Quando tratamos do gênero como uma categoria analítica nas relações internacionais, tratamos da inserção não somente da mulher, mas todos aqueles indivíduos dissidentes que não têm espaço quando se trata de política internacional. O espaço internacional é construído com base em oposições binárias e hierárquicas (Monte, 2013) que sustentam e têm o intuito de manter a posição daqueles (homens) que construíram e comandam esses espaços. Partimos não somente do questionamento de como esse espaço é construído e como as normas são fixadas, como também de quem é responsável por liderar essa construção. Assim,

Quando compreendemos que a diferenciação entre masculino e feminino não é apenas uma característica individual, mas um conjunto de normas e significados que perpassa os indivíduos, ao mesmo tempo que oferece a esses elementos para a construção de suas identidades, podemos entender o gênero como categoria também presente em discursos e instituições, e em diferentes níveis da vida social – inclusive no nível internacional (Monte, 2013, p. 69).

As hierarquias de gênero são, dessa forma, mantidas e naturalizadas pela reprodução de símbolos e normas que justificam, em graus maiores ou menores, a dominação masculina sobre os outros indivíduos não masculinos, ou que não se encaixam dentro das normas de masculinidade. A inserção de gênero põe em destaque que a construção das RI e das relações internacionais partiu também de uma construção política binária dos gêneros, especificamente, o masculino e o feminino. A inclusão de outras variáveis de gênero, na análise das estruturas de poder mundial, leva ao questionamento da hierarquia e hegemonia de gênero existente. Ainda, conforme Tickner (2001), as relações internacionais nunca foram somente sobre as relações entre Estados, pois a política envolve outros indivíduos não estatais e esses indivíduos são responsáveis por conduzir as decisões políticas.

Para Scott (1995), a compreensão do gênero como elemento essencial das relações sociais envolve quatro partes que se relacionam e se influenciam: as representações simbólicas femininas e masculinas; os conceitos que dão significado a essas representações; a compreensão da construção binária de gênero e; como as instituições mantiveram essas concepções que permaneceram quase que intocáveis através das décadas e a construção das

³⁴ Usamos “Relações Internacionais” para nos referir ao campo de estudo e “relações internacionais” para nos referir aos eventos ocorridos no cenário internacional.

identidades que são subjetivas. Todas essas quatro partes também atingem o território político internacional e justificam a manutenção das hierarquias de gênero. Visto que:

A construção política dos gêneros implica uma valorização superior do masculino e das atividades masculinas e resulta em uma organização da atividade social e política hierarquizada, fazendo com que identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens, ou de características masculinas, tenham maior prestígio, diante de identidades e atividades associadas às mulheres ou a características tidas como femininas (Monte, 2013, p. 70).

O gênero como categoria analítica joga luz sobre as vozes dos outros indivíduos que fazem parte ou são afetados com as decisões tomadas em âmbito internacional e que não se encaixam no espectro masculino, pois não são consideradas legítimas (Tickner, 2001). A partir disso, concordamos com Narain (2014, p. 187) ao dizer que “As questões que as RI têm feito desde que a disciplina foi estabelecida centraram-se no comportamento de busca de segurança de Estados poderosos num ambiente anárquico”, de forma que essas análises e a inserção do gênero como ferramenta analítica chegam ainda mais tardiamente na área de Segurança e Defesa dentro das RI's. Ocorre que também há uma neutralidade de gênero e objetividade nos estudos de Segurança e Defesa (Narain, 2014; Tickner, 1997), especialmente através da ‘despersonalização’, ou seja, “Embora os seres humanos sejam os objetos de segurança, eles se destacam pela sua ausência no discurso de segurança” (Narain, 2014, p. 189). Ainda, nem todos os indivíduos, a depender da sua identidade, são considerados objetos de segurança.

Um dos objetivos ao inserir o gênero dentro da área de Segurança e Defesa é buscar uma definição mais extensa, real e inclusiva de segurança e assimilar como gênero e segurança não somente são co-constitutivos como também interagem e se auto influenciam (Sjoberg, 2021). A partir da segurança e do gênero, como categoria analítica, é possível não somente identificar maneiras em que a violência estrutural atinge aqueles corpos como também compreender como as masculinidades moldaram o campo da segurança (Blanchard, 2003; Enloe, 1993; Tickner, 1992).

Para Tickner (2001, p. 37) “A guerra e a paz são frequentemente retratadas como conceitos de gênero; embora às vezes das mulheres raramente tenham sido concedidas legitimidade em questões de guerra e segurança nacional, elas têm sido estereotipadamente associadas a versões idealizadas de paz”. As vozes daqueles que não se encaixam no padrão masculino propagado pelo Sistema Internacional também não têm sido consideradas, especialmente porque “A fraqueza é sempre considerada um perigo quando estão em jogo questões de segurança nacional” (Tickner, 1992, p. 3). As hierarquias de gênero também são

reforçadas quando se estabelece tacitamente que os homens devem servir como protetores em situações de conflito, de maneira que:

Embora a maioria das mulheres apoie o que consideram ser chamados legítimos para a ação estatal em prol da segurança internacional, a tarefa de definir, defender e promover os interesses de segurança do estado é uma questão masculina, uma tarefa que, por meio de sua associação com a guerra, tem sido especialmente valorizada e recompensada em muitas culturas ao longo da história (Tickner, 1992, p. 28).

Enloe (1993) expõe a inconsistência quando se trata de questões de segurança estatal, pois quanto mais relevância e prioridade essa tiver, menor será a probabilidade de mulheres poderem participar não somente da construção dessas políticas, apontando questões de segurança que as atingem, como também de se sentirem seguras. O mesmo ocorre com as demais dissidências de gênero e sexualidade que, por vezes, não têm suas vidas reconhecidas como objeto a ser protegido. Isso ocorre pois:

Os padrões são especificados sobre o que significa ser um Estado (homem) adequado no contexto da política internacional. Estes padrões fornecem os parâmetros para o que pode ser considerado um Estado (homem), mas permitem a discriminação entre atributos e ações mais ou menos majestosos (masculinos). Além disso, proporcionam um meio de identificar quando um Estado está sendo ou a comporta-se de uma forma que contradiz a sua 'Estateidade' (tornando-se pouco viril ou emasculado) (Hutchings, 2008, p. 32).

Dessa maneira, as hierarquias de gênero têm efeitos intensos em questões de paz e segurança, levando à normalização do militarismo e da guerra (Wright, 2020), colocando os demais indivíduos não masculinos e que não correspondem à norma de gênero, mulheres e crianças não heterossexuais, “numa posição subordinada de dependência e obediência” (Young, 2003, p. 2). É com base nisso que inserimos o debate de masculinidades, visto que as dinâmicas do pessoal são políticas e, conseqüentemente, internacionais (Enloe, 2004, 2014; Narain, 2014; Valdivieso, 2023). Mais, “aplicado às RI, o estudo das masculinidades oferece *insights* sobre as práticas que sustentam a segurança” (Blanchard, 2003, p. 1304).

Partimos da definição de masculinidade em que está “é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade” (Connell, 1995b, p. 188). Compreendemos que há mais de uma forma de estabelecimento e reconhecimento da masculinidade e que nem todas têm o mesmo poder e peso social, por isso falamos em masculinidades. Connell (1995a, p. 37) reforça que:

Reconhecer a diversidade nas masculinidades não é suficiente. Devemos também reconhecer as relações entre os diferentes tipos de masculinidade: relações de aliança, dominação e subordinação. Estas relações são

construídas através de práticas que excluem e incluem, que intimidam, exploram, e assim por diante. Existe uma política de gênero dentro da masculinidade.

Assim como nas identidades, que se constroem e se determinam na diferença, em que o Eu somente existe quando o Outro existe, as masculinidades operam sob a mesma norma. Ou seja, “o conceito é inerentemente relacional. A masculinidade somente existe em contraste com a feminilidade” (Connell, 1995a, p. 68). Em outros termos, “o que significa ser um ‘homem de verdade’ é não exhibir fraquezas ‘femininas’” (Tickner, 1997, p. 4). Dessa forma, a masculinidade faz parte e é elemento de uma estrutura maior, a estrutura de gênero, visto que “nenhuma masculinidade surge, exceto em um sistema de relações de gênero” (Connell, 1995a, p. 71). As masculinidades, de maneira geral, são forjadas a partir da socialização e construção de práticas sociais conectadas aos papéis de gênero supostamente assumidos por homens e mulheres:

A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (Connell; & Messerschmidt, 2013, p. 250).

Ou seja, as masculinidades somente podem existir em sistemas em que o gênero é a estrutura principal e é a estrutura maior que guia as relações sociais. Frisamos aqui que a masculinidade não está atrelada à construção biológica de um homem, mas sim a atributos que são designados aos sujeitos que têm corpos e individualidades associadas ao masculino, o que põe foco no fato de que os processos globais, ainda que sejam supostamente neutros em questões de gênero, estão intrinsecamente ligados às políticas da masculinidade (Beasley, 2008). Além disso, “A segurança nacional e a manutenção dos seus interesses continuam a ser um domínio quase exclusivamente masculino” (Narain, 2014, p. 188), o que deixa nítido que as dinâmicas de masculinidade são onipresentes em todos os âmbitos da vida social e política. Particularmente quanto às questões relacionadas à segurança e defesa:

Entre as suas muitas consequências questionáveis, a absorção da ideia de que vivemos num mundo perigoso serve para reforçar a primazia de formas particulares de masculinidade, ao mesmo tempo que subordina a maioria das mulheres e a própria feminilidade. Os homens que vivem num mundo perigoso são geralmente considerados os protetores naturais. As mulheres que vivem num mundo perigoso são alegadamente aquelas que necessitam de proteção. Aqueles relegados à categoria de protegidos são comumente considerados seguros ‘em casa’ e, portanto, incapazes de avaliar realisticamente os perigos ‘fora de casa’ (Enloe, 2014, p. 30).

Isso reforça que aqueles indivíduos identificados socialmente como masculinos seriam os mais compatíveis para a formulação de políticas, visto que força, poder e racionalidade, características frequentemente associadas a indivíduos masculinos e a masculinidade, costumam ser as características mais valorizadas naqueles que são colocados na posição de formuladores de políticas (Tickner, 1992). As masculinidades “habita[m] tanto o espaço físico e simbólico, da cultura, da representação, como o das estruturas de linguagem, que operam no âmbito subjetivo” (Valdivieso, 2024), sofrendo mudanças ao longo do tempo. Isso reforça que “as noções de masculinidade não são idênticas entre gerações ou entre fronteiras culturais” (Enloe, 2014, p. 30), por isso que aqui teremos como foco dois tipos principais de masculinidades: hegemônica e não hegemônica. Nos debruçaremos também em algumas ramificações dessas, como as masculinidades dissidentes e as masculinidades militares.

3.1 Masculinidades hegemônicas

As masculinidades hegemônicas podem ser descritas como uma forma idealizada de masculinidade³⁵. Estas consistem na dominação contínua e coletiva utilizada por homens³⁶ através de discursos, práticas, símbolos e ideologias (Barrett, 1996). Ou seja, as masculinidades hegemônicas não necessariamente representam um único tipo de homem, mas sim “uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas” (Connell; & Messerschmidt, 2013, p. 257), mas não somente discursivas. Assim, falamos em masculinidades hegemônicas devido à compreensão de que existem múltiplas maneiras destas existirem, variando conforme a região, a cultura, classe, etnia, por exemplo. Essa forma de masculinidade é vista como a mais valorizada e respeitada, definindo as normas e expectativas em relação ao comportamento masculino (Carrigan *et al.*, 1985).

Tendo em consideração que “o gênero é uma instituição que estrutura as relações sociais e mantém e reproduz regras e padrões de expectativas” (Barrett, 1996, p. 130), as masculinidades hegemônicas também são uma instituição que estrutura e determina as relações sociais e sexuais. Essas relações são baseadas em papéis sociais e sexuais estabelecidos socialmente, em que:

³⁵ Esse é um conceito em disputa, pois além de partir da divisão entre sexo e gênero, deixa de lado o âmbito corporal, no entanto, optamos por utilizar o conceito por entender que as Forças Armadas também partem de uma divisão de sexo e gênero.

³⁶ Muitas vezes esses homens estão dentro do que chamamos de “modelo ideal” e se utilizam da dominação contínua, através da masculinidade hegemônica, sobre os demais “modelos não ideais”. O “modelo ideal” tem comumente as seguintes características: homem, branco, heterossexual, cisgênero, que perfoma uma masculinidade fortemente atrelada a brutalidade, força, virilidade, violência e poder e que segue preceitos cristãos. Compreendemos que, por existirem diversas formas pelas quais a masculinidade hegemônica pode se manifestar, esse não é o único “tipo ideal”, entretanto, para o estudo aqui elencado, nos baseamos nesse “tipo ideal” para compor nosso argumento.

[...] ser homem ou mulher significa representar um conjunto geral de expectativas associadas ao sexo de alguém [...] há sempre dois papéis sexuais em qualquer contexto cultural, um masculino e um feminino. A masculinidade e a feminilidade são facilmente interpretadas como papéis sexuais internalizados, produtos da aprendizagem social ou ‘socialização’ (Connell, 1995a, p. 22).

Geralmente os papéis sexuais são definidos e afirmados com base em convenções ligadas a designação biológica que é atribuída durante a gestação dos indivíduos (Connell, 1995a). A designação biológica também é construída e fomenta a hierarquia de gênero. Dessa maneira, fica nítido que as masculinidades hegemônicas ou não, assim como a feminilidade, são conceitos criados, concebidos e afirmados de forma inteiramente relacional. As masculinidades hegemônicas somente são definidas pela e na diferença, ou seja, somente se definem aspectos ligados a essas quando se definem aqueles aspectos considerados negativos ligados à masculinidade não-hegemônica ou a feminilidade. Isso ocorre com o intuito de gerar um distanciamento de tudo aquilo que poderia comprometer a existência das masculinidades hegemônicas.

Fica claro a partir de tais estudos que as definições de masculinidade estão profundamente enredadas na história das instituições e das estruturas econômicas. A masculinidade não é apenas uma ideia na cabeça, ou uma identidade pessoal. Ela também se estende no mundo, fundida em relações sociais organizadas (Connell, 1995a, p. 29).

A partir dessa construção, partilha-se a noção de que para ser um ‘homem real’ tem que ser profundamente forte, viril e masculino. Essa ideia coloca os homens, atingidos pelas masculinidades hegemônicas e que buscam performá-la, em uma posição, quase que intocável, que assume a função de ser protetor e é indomável, insubmisso, insuperável e invicto. Conforme Barrett (1996, p. 130) “estas estruturas [o gênero e as masculinidades hegemônicas] não têm validade senão através das práticas e ações diárias em que as pessoas se envolvem”, isso pois a prática não acontece no vácuo e “sempre responde a uma situação, e as situações são estruturadas de maneiras que admitem certas possibilidades e não outras” (Connell, 1995a, p. 65). As masculinidades hegemônicas são patriarcais e cheias de privilégios e “muitos homens sentem que a vida será ameaçada se esses privilégios lhes forem tirados, já que não estruturam qualquer identidade essencial significante” (hooks³⁷, 2021, p. 107).

A *performance* se torna mais do que essencial para que as masculinidades hegemônicas tomem forma e perdurem, especialmente porque as masculinidades se

³⁷ bell hooks grafa seu nome em letras minúsculas devido ao objetivo de deslocar a atenção da figura autoral para as suas ideias.

estabelecem por meio de práticas (Connell; & Messerschmidt, 2013). As *performances* não necessariamente correspondem a todos os requisitos das masculinidades hegemônicas, mas buscam ao máximo se aproximar dela, visto que poucos homens se encaixam totalmente no padrão hegemônico, “No entanto, a maioria dos homens ganha com a sua hegemonia, uma vez que beneficiam do dividendo patriarcal” (Connell, 1995a, p. 79). Os privilégios recebidos pela *performance* colocam esses indivíduos em situação de vantagem em relação aos demais, especialmente em relação às mulheres e aos demais indivíduos que performam outros tipos de masculinidades, visto que as masculinidades hegemônicas seguem uma série de padrões. As masculinidades hegemônicas existem, assim, como uma relação de poder (Carrigan *et al.*, 1985). Essa relação muitas vezes não é explícita, visto que, privilégios advindos dela são constantemente normalizados e tidos como naturais.

As masculinidades hegemônicas são normativas e “incorpora[m] a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (Connell; & Messerschmidt, 2013, p. 245). Ou seja, as masculinidades hegemônicas são vistas como uma qualidade a ser conquistada. “A ‘masculinidade hegemônica’ não é um tipo de carácter fixo, sempre e em todo lado igual. É, antes, a masculinidade que ocupa a posição hegemônica num determinado padrão de relações de gênero, posição sempre contestável” (Connell, 1995a, p. 76). Isso retoma ao fato de que as masculinidades hegemônicas são construídas para afirmar o local de poder que determinados homens ocupam na sociedade, legitimando e produzindo relações de dominação com aqueles que não estão dentro do espectro hegemônico. Em outros termos, isso não se restringe somente ao controle e subordinação de corpos femininos ou alinhados ao feminino, mas também ao controle e subordinação de outros homens que não estão dentro do ideal hegemônico (Donaldson, 1993).

A partir disso, reafirmamos que “A masculinidade não é uma qualidade essencial ou estática, mas uma manifestação histórica, uma construção social e uma criação cultural” (Vigoya, 2003, p. 37). Por meio disso e da socialização hiper-masculina é que as masculinidades hegemônicas tomam forma (Mosher; Tomkins, 1988). Portanto, as masculinidades hegemônicas também seriam definidas em um modelo de oposição ao que estaria dentro do ‘universo feminino’ ao mesmo tempo em que somente conformam o tipo de masculinidade que se encontra dentro da norma. Envolvendo, nesse sentido, nitidamente um jogo de poder em relação ao ‘universo feminino’ e em relação às masculinidades não hegemônicas. Argumentamos que “A sociedade está organizada em torno de uma

diferenciação generalizada entre os papéis dos homens e das mulheres, e esses papéis são internalizados por todos os indivíduos” (Carrigan *et al.*, 1985, p. 578).

As masculinidades hegemônicas têm grande aversão por aquilo que é socialmente associado ao ‘universo feminino’, estando numa busca constante por afirmar a sua posição de ‘macho’³⁸ (Mosher; Tomkins, 1988), em contraposição àqueles que não estão dentro e/ou associados ao ‘universo masculino’. Dessa forma, as definições de masculinidades hegemônicas são construídas por meio de associações de diferença e essas masculinidades dependem de várias definições contrastantes de feminilidade (Barrett, 1996). As masculinidades hegemônicas têm como base a definição de ser um indivíduo ‘macho’ em que “O roteiro ideológico do machão é herdado socialmente dentro de uma cultura machista em virtude de ser homem [...] os afetos são divididos em contrastes antagônicos de ‘superior e masculino’ ou ‘inferior e feminino’” (Mosher; Tomkins, 1988, p. 64).

As masculinidades hegemônicas reconhecem que indivíduos ‘machos’ são superiores, em contraste aos femininos que são inferiores. A partir dessa concepção, a masculinidade é fruto de uma pressão social (Carrigan *et al.*, 1985) que exige que os homens comportem-se de acordo com as expectativas e exigências sociais. Essas expectativas desejam que esses homens sejam viris, másculos, fortes, de maneira que, por exemplo, “uma pessoa não masculina comportar-se-ia de forma diferente: seria pacífica em vez de violenta, conciliadora em vez de dominadora, dificilmente capaz de chutar uma bola de futebol, desinteressada na conquista sexual, e assim por diante” (Connell, 1995a, p. 67).

Em vista disso, o ‘policiamento da heterossexualidade’ (Connell; & Messerschmidt, 2013, p. 251) faz parte das discussões elencadas dentro das masculinidades hegemônicas. Isso ocorre pois indivíduos não heterossexuais estão dentro do quadro de masculinidades subordinadas (Carrigan *et al.*, 1985) - que também são múltiplas. Assim, conforme Donaldson (1993, p. 645):

Um elemento fundamental da masculinidade hegemônica, então, é que as mulheres existem como objetos sexuais potenciais para os homens, enquanto os homens são negados como objetos sexuais para os homens. As mulheres fornecem validação sexual aos homens heterossexuais, e os homens competem entre si por isso.

A heterossexualidade, bem como sua constante afirmação, é utilizada para endossar as masculinidades hegemônicas, pois a heterossexualidade é uma das características mais relevantes dessa masculinidade (Carrigan *et al.*, 1985). Isso acontece porque “Uma

³⁸ “O estereótipo do machão exclui tais dinâmicas subjetivas, fazendo com que os indivíduos acreditem que os homens são feitos de uma série de absolutos: nunca choram, devem ser os melhores, devem competir sempre, devem ser fortes, não devem ser afetivamente envolvidos, e eles nunca devem recuar” (Vigoya, 2003, p. 30).

característica central da masculinidade hegemônica é o heterossexismo, apenas os homens heterossexuais seriam plenamente homens” (Olavarria, 2002, p. 13). Ocorre assim a construção de todos aqueles que não são heterossexuais como pervertidos, pois a atração sexual deveria ser direcionada somente entre homens e mulheres e deveria ser direcionada à reprodução humana. Isso além de estabelecer uma ordem hierárquica entre corpos que foram designados biologicamente como femininos e masculinos, reforça a imagem construída do homem que tem instinto selvagem, reforçando que:

Entre as interpretações a que a masculinidade dominante recorre, para dar um carácter ‘natural’ à sua construção, está a afirmação de que os homens, como todos os animais, têm ‘instintos’, entre eles o de reproduzir. O desejo sexual, portanto, seria um instinto determinado biologicamente, que aumenta na medida em que não é satisfeito e leva os homens a conquistar e penetrar nas mulheres para possuí-las (Olavarria, 2002, p. 13).

Por isso, enfatizamos que as masculinidades hegemônicas são relacionais e somente são sustentadas e fortalecidas em oposição a masculinidades não-hegemônicas e às feminilidades (Narain, 2014).

Essas questões levam à compreensão de que as masculinidades hegemônicas não necessariamente são um padrão na vida dos homens, visto que a hegemonia opera, em parte, por meio da criação de exemplos de masculinidade, ainda que boa parte dos homens não sejam minimamente parecidos com esses exemplos (Carrigan *et al.*, 1985; Connell; & Messerschmidt, 2013). Apesar disso, esse modelo de masculinidade aponta então para uma manutenção do *status quo*, ou seja, para manter nas posições de dominância aqueles que performam um dos modelos de masculinidades hegemônicas. Especialmente dentro de instituições estatais, como as Forças Armadas, esses modelos ganham maior peso.

Essa forma de masculinidade aponta para uma forma idealizada do que é ser homem e do papel masculino. Então, explicitamos para o fato de que afirmar que determinada masculinidade é hegemônica é sustentar que seu enaltecimento é construtor e mantém uma ordem de dominação, controle e opressão de gênero. Donaldson (1993) afirma que a exaltação dos padrões de masculinidades hegemônicas se apoiam constantemente em figuras construídas como heróis. O que reforça o fato de que não necessariamente todos os homens se encaixem ou busquem se encaixar nos padrões de masculinidades hegemônicas, mas de alguma maneira buscam segui-lo e propagá-lo como modelo ideal. Esse modelo ideal se torna alvo de desejo, pois a propagação dele significa a manutenção do *status quo*. Com essas compreensões, partimos para o entendimento de outras masculinidades fora do espectro hegemônico.

3.2 Masculinidades não-hegemônicas

As masculinidades não-hegemônicas são diversas e são criadas na outridade, ou seja, em oposição às diversas masculinidades hegemônicas. As masculinidades não-hegemônicas podem também levar o nome de subordinadas e/ou marginalizadas. Visto que as masculinidades hegemônicas são construídas sob o manto da heterossexualidade, o não conformismo com essa sexualidade se encaixa dentro das masculinidades não-hegemônicas. As masculinidades não-hegemônicas também são configurações de práticas e, de certo modo, necessitam de autorização a partir das masculinidades hegemônicas para existirem (Connell, 1995a). São as relações entre esses dois quadros de masculinidades que sustentam as estruturas de gênero, enquanto as masculinidades hegemônicas são normalizadas, concebidas como naturais e parte da estrutura das relações sociais mundiais, as masculinidades não-hegemônicas são consideradas anormais, estranhas e antinaturais. Ainda expomos aqui que as masculinidades não-hegemônicas também podem causar a opressão de mulheres e outros indivíduos fora do espectro masculino (Donaldson, 1993).

Com isso, destacamos que

[...] as masculinidades são construídas simultaneamente em dois campos inter-relacionados de relações de poder – nas relações de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações dos homens com outros homens (desigualdades baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc.). Assim, dois dos elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia (Kimmel, 1998).

Dentro das masculinidades não-hegemônicas, os indivíduos não são considerados ‘masculinos o suficiente’, sendo associados a características como: passivos, feminilizados, vulneráveis e fracos. Parte dessas características, se não todas, são comumente associadas a indivíduos alinhados ao feminino que são considerados os Outros. Por isso que as masculinidades hegemônicas são contestadas por aqueles homens, mulheres e demais indivíduos fora do espectro hegemônico (Connell, 1995a; Jefferson, 2002).

As masculinidades não-hegemônicas são produzidas e construídas de forma simultânea às masculinidades hegemônicas. O estabelecimento das masculinidades não-hegemônicas leva ao completo policiamento daqueles que estão na hegemonia (Carver, 2008), para não saírem da posição de *status quo*. Assim sendo, as masculinidades não-hegemônicas são disruptivas e têm capacidade de estremecer a posição dominante das masculinidades hegemônicas. A sexualidade é uma das categorias essenciais que definem a

marginalização ou não de uma masculinidade. É a partir disso que detemos nosso foco em um tipo de masculinidade não-hegemônica: as masculinidades dissidentes.

3.2.1 Masculinidades dissidentes

A construção hierárquica de gênero e sexualidade posiciona todos os que estão fora da norma heterossexual na base, visto que, a dissidência é “o repositório de tudo o que é simbolicamente expulso da masculinidade hegemônica” (Connell, 1995a, p. 78). Partindo do pressuposto de que os conceitos de gênero e sexualidade são construídos socialmente, consideramos aqui as masculinidades dissidentes como aquelas que são construídas em oposição às masculinidades hegemônicas e que são subordinadas por estas. As masculinidades dissidentes têm sua formação diretamente ligada às *performances* (Albuquerque, 2023). Argumentamos que essa dissidência parte de um lugar político e representa a produção de uma identidade tomada por homens, heterossexuais ou não, que performam, conscientemente ou não, comportamentos classificados socialmente como femininos.

As masculinidades dissidentes não representariam os ‘homens verdadeiros’ e invocariam uma diferenciação entre aqueles ‘homens verdadeiros’ associados a heterossexualidade e aqueles ‘não-homens’ associados a não conformidade heterossexual. Esse tipo de masculinidade, além de não estar dentro das normas de masculinidades, não se busca projetar de alguma maneira para essa classificação. A norma estabelecida socialmente diz respeito ao que não é esperado dos homens (Albuquerque, 2023), ou seja, que ele seja feminino, passivo, dócil, fraco e frágil. Assim, homens que performem ou sejam associados a feminilidade e não agressividade não são ‘homens verdadeiros’.

“A masculinidade gay é a mais conspícua, mas não é a única masculinidade subordinada. Alguns homens e meninos heterossexuais também são expulsos do círculo de legitimidade” (Connell, 1995a, p. 79). Geralmente, se encaixam nas masculinidades dissidentes aqueles que não estão dentro das normas de gênero e sexo, apesar disso, os indivíduos que estão dentro dessas normas podem ser enquadrados sob o véu das masculinidades dissidentes apenas por não performarem conforme as masculinidades hegemônicas, ainda que sejam heterossexuais. “Aqueles que não performam de acordo com as masculinidades hegemônicas são constantemente associados a ‘passividade sexual’, em contraste com a característica compulsoriamente ativa dos ‘homens reais’, leia-se dominadores, viris e másculos” (Albuquerque, 2023, p. 42). Assim, os homens não

hegemônicos são vistos como objeto de desprezo, pois são associados a uma posição social inferior e a portadores de gênero e sexualidade dissidentes. Por isso, afirmamos que “a hegemonia precisa marginalizar outros tipos de masculinidades para conseguir se sustentar. Isso fica mais evidente se forem levadas em consideração questões que dizem respeito à sexualidade, à raça e à classe dos homens em questão” (Albuquerque, 2023, p. 82).

Assim, a defesa das masculinidades hegemônicas é baseada na posição dominante política, econômica e sexual de homens heterossexuais (Connell, 1995a). Conforme Vigoya (2003) destaca, em um estudo sobre perspectivas latino-americanas contemporâneas sobre masculinidade, até os anos 1980, os homens eram considerados neutros em termos de gênero, tornando o privilégio masculino. Além disso, a autora também aponta que “Na América Latina há uma tendência de associar a masculinidade à heterossexualidade e de associar a homossexualidade à feminilidade e à passividade” (Vigoya, 2003, p. 48) e isso ocorre independente da dissidência sexual e/ou de gênero que é assumida pelo indivíduo. Por isso, afirmamos que a construção da masculinidade, seja ela hegemônica ou não, está diretamente associada à sexualidade (Kimmel, 1997). As características que remetem ao ‘universo feminino’ são frequentemente abordadas como repulsivas (Albuquerque, 2023) para as masculinidades hegemônicas, sendo diretamente associadas às masculinidades dissidentes. Portanto, do ponto de vista das masculinidades hegemônicas, a homossexualidade é facilmente assimilada à feminilidade (Connell, 1995a, p. 78) e à masculinidade dissidente.

As masculinidades dissidentes fogem do padrão que é socialmente esperado dos homens e, por isso, são definidas pelo que se é e não pelo que não se é, ao contrário das masculinidades hegemônicas que são definidas pelo que não se é. Além disso, as masculinidades dissidentes não são vistas como uma aspiração final, em oposição às masculinidades hegemônicas, visto que o desejo final e, muitas vezes, central na vida dos indivíduos, não é vinculado a estar dentro das normas de masculinidades dissidentes. Ainda que não tenham como fim o desejo de figurar dentro das masculinidades dissidentes, os indivíduos são compulsoriamente definidos e encaixados dentro dela (Wetherell; Edley, 1999). As masculinidades dissidentes passam por um processo de dupla definição: o social e o individual. Nesse processo, o social tem um peso maior e pode suprimir a verdadeira masculinidade assumida pelos indivíduos, baseando-se quase que completamente em expectativas sociais.

Devido a isso que as masculinidades dissidentes são repudiadas, não somente por serem associadas ao feminino, mas também pelo receio de homens hegemônicos a serem associados e/ou percebidos como não heterossexuais.

Isso porque, na sua perspectiva, não é que os homens heterossexuais simplesmente repudiem a homossexualidade, mas eles também têm aversão à ideia de serem vistos como homossexuais, já que para eles os homossexuais se assemelham a mulheres e na cadeia de gênero binária a posição subordinada é a feminina (Albuquerque, 2023, p. 99).

Esse medo leva os homens hegemônicos a performarem cada vez mais características e comportamentos “exageradamente masculinos” (Kimmel, 1997, p. 59), a fim de explicitar ao restante da sociedade que são heterossexuais, ou seja, que são ‘homens verdadeiros’. Mais, os homens que não seriam ‘verdadeiros’ não são viris e, de fato, não poderiam ser considerados homens. Assim, as masculinidades dissidentes são forjadas sob a premissa da homofobia e do controle social heterossexual que endossa as hierarquias de gênero e sexualidade vigentes (Frank, 1987). Dessa forma, essas masculinidades são capazes de tensionar o poder das masculinidades hegemônicas, em maior ou menor grau.

3.3 Masculinidades militares

Para Barrett (1996, p. 129) as “forças armadas são um candidato privilegiado para o estudo da masculinidade, não só porque são uma instituição povoada por homens, mas também porque desempenham um papel fundamental na formação de imagens de masculinidade”. A masculinidade exercida dentro das instituições militares costuma ser a masculinidade hegemônica explicitada anteriormente, porém de modo mais específico. Visto que as masculinidades hegemônicas operam através da formação de símbolos e ideais, dentro das instituições militares isso se traduz na figura de heróis (Jesus, 2014) por meio da imagem do soldado vencedor que luta pela Nação. Por isso que as Forças Armadas são vistas como locais de produção de uma masculinidade nacional ideal. Isso é endossado pela “busca de uma ‘conduta superior’ por parte dos oficiais que deveriam desenvolver ‘o comando’ se baseava no sacrifício pessoal e na renúncia, para alcançar também a ‘qualidade do herói’” (Barragán, 2023, p. 7) da Nação.

Na caserna, a produção de masculinidades é completamente voltada para as expectativas sociais de como os homens heterossexuais deveriam se comportar. A pressão para que isso ocorra é maior devido à noção de que os indivíduos que compõem as Forças Armadas são a representação e o exemplo do país, ou seja, eles representam o ideal a ser perseguido. Figueroa Perea (2005), em um estudo sobre sexualidade e saúde e as formas de aprendizagem sobre ser homem, elege as Forças Armadas como objeto de estudo por serem majoritariamente ocupadas por homens. O autor (2005) também aponta que na instituição os códigos de conduta são baseados em subordinação, disciplina e lealdade, além do uso da

força, e relaciona a masculinidade militar com essas características. A masculinidade militar também é baseada em exercer o patriotismo, a honra, a coragem e a disciplina comumente associados à profissão militar (Figueroa Perea, 2005).

A dureza e o sacrifício são incorporados pelos militares do sexo masculino, de forma a fazer com que os ideais masculinos hegemônicos de coragem e bravura tornem-se o conteúdo do caráter do ‘cidadão-soldado’, defendam-se as honras pessoal e patriótica a fim de se evitar a vergonha e se criem narrativas culturais e pessoais de incorporação de masculinidades militares pautadas na força nacional e na determinação (Jesus, 2014, p. 341).

A partir disso, a construção da masculinidade hegemônica, dentro das Forças Armadas acaba se tornando um projeto pessoal que se desenvolve ao longo do tempo e em que a estrutura social, as mudanças institucionais e a vida pessoal se encontram em busca do modelo ideal de identidade masculina. Isso ocorre pois as atividades desenvolvidas dentro das instituições militares são programadas para socializar os homens dentro do papel de gênero masculino, além de construir uma identidade militar que esteja acima da própria identidade do indivíduo (Arkin; Dobrofsky, 1978). Assim, a formação de um status heroico, baseado em resistência física, sacrifício, força, bravura, findam por formar as masculinidades militares (Barragán, 2023).

As instituições militares, ao serem instituições formadoras de concepções de gênero (Barrett, 1996; Enloe, 1993), também atuam na socialização dos indivíduos. Especialmente quanto aos homens, o ingresso nas Forças Armadas serve como um rito de socialização em que os ‘meninos’ terão a oportunidade de se tornarem ‘homens’ (Arkin; Dobrofsky, 1978; Barrett, 1996; Jesus, 2014). E, para Arkin e Dobrofsky (1978, p. 155), esse movimento também é visto como “um momento oportuno para os militares transformarem os meninos em homens”. Isso ocorre através da separação da vida social e da vida profissional como integrante das Forças Armadas, momento em que há a completa modelação, padronização e normalização dos indivíduos masculinos (Jesus, 2014). Sucede-se então à implantação de um tipo de masculinidade, a militar, para controlar e definir os comportamentos daqueles que ingressam no exercício militar.

Por isso, afirmamos que as Forças Armadas constituem não somente uma instituição totalizadora formadora de concepções de gênero como também uma instituição de gênero, pois “sua estrutura, práticas, valores, ritos e rituais refletem as noções aceitas de masculinidade e feminilidade” (Barrett, 1996, p. 141). Como as Forças Armadas têm suas funções voltadas à proteção do Estado:

[...] o exercício da violência, um dos elementos predominantes na configuração da identidade dos agentes das Forças Armadas no tempo,

construiu subjetividades voltadas para a percepção de como separar o mundo militar do resto da vida social e o exercício de um modo específico de masculinidade (Barragán, 2023, p. 7).

Peterson (2010) aponta para uma hipermasculinização presente nas Forças Armadas, pois os êxitos em termos de guerra dependem de qualidades que são associadas ao masculino, como “força física superior, vínculo masculino incomparável, tomada de risco heroica, violência extrema e prontidão para sacrificar a própria vida pela causa” (Peterson, 2010, p. 23). As Forças Armadas têm função fundamental na socialização de diversos homens (Arkin; Dobrofsky, 1978), estejam esses dentro ou fora desta instituição. Isso nos leva à questão de que “a hegemonia masculina não se refere apenas aos vários grupos de homens e aos ideais que defendem. Refere-se também ao processo pelo qual esses grupos e ideais se formam, as situações organizacionais e as restrições que moldam e constroem esses ideais e grupos” (Barrett, 1996, p. 130).

Devido a isso que, ainda que mulheres integrem as Forças Armadas, “dadas as expectativas tradicionais de hipermasculinidade viril e agressiva, os militares são lugares traiçoeiros para qualquer um que seja feminizado. As mulheres, especialmente — mas não exclusivamente — estão em risco” (Peterson, 2010, p. 24). Essa hipermasculinização segrega e põe em risco a participação feminina (Peterson, 2010; Valdivieso, 2023) e de demais indivíduos que não estejam dentro das normas de masculinidade hegemônica, bem como das normas de gênero e sexualidade, sob a justificativa de que os espaços militares devem ser exclusivamente ocupados por ‘homens verdadeiros’. Especialmente porque a masculinidade militar está diretamente ligada a segurança do Estado, visto que, um contingente militar não masculino significa um contingente militar fraco que seria incapaz de defender sua Nação, pois “Em termos simbólicos, o envolvimento na guerra é frequentemente considerado a expressão mais clara da ‘agressão’ natural e duradoura dos homens, bem como do seu desejo masculino de servir o seu país e ‘proteger’ as mulheres” (Hooper, 2001, p. 81).

Isso retorna à questão do recrutamento militar, que cria a divisão entre ‘homens’ e ‘meninos’ (Jesus, 2014), atuando como uma ‘prova de masculinidade’ (Enloe, 1993), especialmente em Estados em que o serviço militar figura como obrigatório para a população masculina.

E, de fato, as ideias populares sobre ‘tornar-se um homem’ em muitas sociedades dificultam que um jovem encontre linguagem e imagens que lhe permitam resistir ao recrutamento militar sem comprometer seu status de masculino, não apenas aos olhos de seu pai, mãe e amigos homens e mulheres, mas muitas vezes aos seus próprios olhos também (Enloe, 1993, p. 53).

A instalação do serviço militar obrigatório faz com que aqueles que não desejem seguir a carreira sejam considerados menos ‘masculinos’ ou ‘menos homens’ (Conway, 2008). A virilidade atua assim como característica essencial para a integração ao serviço militar, o que coloca todos os corpos femininos e que não performam a masculinidade hegemônica militar na categoria de ‘corpos estranhos’ que não deveriam integrar as Forças Armadas. A partir disso, reforça-se a noção de que homens seriam os mais aptos a ocuparem posições de liderança política, principalmente quando se trata de questões de segurança e defesa, por serem mais racionais (Via, 2010).

Via (2010) aponta para a militarização das estruturas políticas internacionais. A militarização ocorre quando valores e ideais comumente associados às Forças Armadas, como forte hierarquia, disciplina, cumprimento das leis, são postos em uso (Valdivieso, 2023; Via, 2010). Esses ideais fortalecem as hierarquias de gênero e promovem a institucionalização de masculinidades hegemônicas idealizadas (Hooper, 2001; Via, 2010). Isso leva à institucionalização de simbologias na construção da masculinidade militar que se estendem ao:

[...] corpo e os acessórios relacionados ao universo militar – como uniformes concebidos como extensões do ‘corpo militarizado’ e armas que trazem a idealização simbólica e real da agressão – representam regiões em que as identidades masculinas – especialmente as hegemônicas – são praticadas e construídas nessa instituição (Jesus, 2014, p. 341).

A noção dentro das instituições militares de que “os ‘homens’ são fisicamente capazes de ser soldados e a incapacidade física de ser soldados é feminizada” (Via, 2010, p. 44) sustenta uma agenda baseada em concepções binárias de gênero (masculino e feminino) e da heterossexualidade. Durante o treinamento nas instituições militares, o corpo constitui parte primordial para a determinação da masculinidade, pois é a partir do corpo e através da modelagem física e social que o corpo masculino é preparado para alcançar o máximo da sua eficiência (Hooper, 2001). Isso reforça a ideia de que “A vida de soldado é caracterizada como uma atividade masculina que requer os traços ‘masculinos’ de força física, ação, resistência, capacidade de violência e, para oficiais, resolução, conhecimento técnico e pensamento lógico ou estratégico” (Hooper, 2001, p. 47). Além disso,

[...] o aparato militar incorpora um código de honra que define uma série de virtudes supostamente masculinas, como a bravura, o risco, a honra, a coragem, o espírito aventureiro e o heroísmo, e reflete ideais masculinos no Ocidente, como a liberdade e a fraternidade. Na construção da ‘maturidade emocional’ dos membros das Forças Armadas, a admissão da vulnerabilidade emocional não é tolerada em face de seu potencial de ameaça ao moral militar. Assim, o corpo do indivíduo do sexo masculino é concebido como ‘seco’, ‘limpo’, ‘ereto’ e ‘rijo’, mas sempre sujeito à

contaminação pela ‘sujeira’ dos indivíduos do sexo feminino, cujos corpos são tratados como ‘abertos’, ‘selvagens’, ‘promíscuos’ e ameaçadores da ‘integridade masculina’ em face do desejo que provoca no soldado homossexual do sexo masculino (Jesus, 2014, p. 343-344).

Com isso, as Forças Armadas se constituem um santuário de masculinidades e masculinização. A possibilidade de feminização nesses espaços, seja através da inserção de corpos femininos, de corpos que não estejam dentro da masculinidade hegemônica militar ou do afastamento das normas de masculinidades, provoca ansiedade (Enloe, 2016). Isso acontece pois a feminização está associada à diminuição e desprezo dos indivíduos feminizados. As masculinidades militares naturalizam o posicionamento da figura masculina homossexual, “como dominante a partir da demonstração física e violenta da força” (Valdivieso, 2023, p. 38). Com essa naturalização, ocorre uma exclusão dos corpos femininos e daqueles que performam outros tipos de masculinidade que não a hegemônica.

Para Arkin e Dobrofsky (1978), a militarização tem papel fundamental na construção e na permanência da masculinidade hegemônica no contexto militar, visto que é por meio da militarização que os indivíduos militares são socializados, baseando-se na ideia de que a guerra e o militarismo pertencem ao âmbito dos papéis de gênero masculinos. A partir disso, expomos que as definições sociais das masculinidades hegemônicas estão “incorporadas na dinâmica das instituições [...] tanto quanto na personalidade dos indivíduos” (Carrigan *et al.*, 1985, p. 591). Com isso, as masculinidades hegemônicas militares apontam para uma conservação e reforço do *ethos* militar. Para Antunes (2017) e Thomaz *et al.* (2021), o *ethos* militar expõe práticas que definem e refletem os objetivos e valores da vida militar, ou seja, o *ethos* militar, configura a formação de uma imagem da instituição para a sociedade e de si para e como parte da instituição.

As instituições militares, ao transformar a identidade militar em identidade pessoal, moldam aqueles que ingressam nessas instituições em um *ethos* hipermasculinizado (Valdivieso, 2023), pois, conforme Thomaz *et al.* (2021), o *ethos* militar está diretamente associado ao *ethos* de masculinidade. Mais, enquanto as Forças Armadas servem como socializadoras do processo masculino de transformar ‘meninos’ em ‘homens’, ignorando a presença feminina nesses espaços, também socializam as mulheres como reprodutoras e mães que estariam dispostas não somente a gerar a próxima geração de soldados patrióticos como também estariam dispostas a sacrificar sua prole (homens) com base na defesa e segurança do Estado (Eichler, 2014). Dessa forma, a única maneira que as mulheres poderiam integrar o serviço militar seria atuando como mães patrióticas.

Por isso, Enloe (1989, p. 531) afirma que a maior parte do contingente militar é composto por homens como efeito de tomadas de decisões políticas “bastante autoconscientes, sugerindo que os funcionários do Estado, sendo eles próprios, principalmente homens, criam um vínculo explícito entre as propriedades presumidas da masculinidade e as necessidades institucionais dos militares como uma organização”. Assim sendo, a estrutura hierárquica de gênero, bem como as construções patriarcais de feminilidade e masculinidade, contribuem para a manutenção do militarismo (Wright, 2020). Como a participação de homens na política internacional é, por vezes, considerada neutra devido a uma suposta naturalidade, na maioria das vezes a defesa das masculinidades hegemônicas militares também não é evidente. “Dado que homens heterossexuais socialmente selecionados para a masculinidade hegemônica comandam as corporações e o Estado, a manutenção rotineira dessas instituições normalmente fará o trabalho” (Connell, 1995a, p. 212).

Dessa maneira, é nítido que as Forças Armadas têm uma estrutura baseada e que reflete valores ligados à masculinidade e feminilidade, além de participar do processo de criação de identidades de gênero (Barrett, 1996). A socialização dentro dos ambientes militares perpetua e reafirma que requisitos como agressividade, resistência física, racionalidade, dureza, virilidade e disciplina compõem a integridade militar que é esperada daqueles que fazem carreira nas Forças Armadas. Ao mesmo tempo, esses valores são associados aos corpos masculinos que performam masculinidade hegemônica. Isso opera como instrumento de bloqueio à inserção de outros corpos que podem perturbar essa ordem, como corpos femininos e LGB. Assim sendo, como as masculinidades hegemônicas podem ser analisadas em nível local, regional e global (Connell; & Messerschmidt, 2013), buscamos, na próxima seção, analisar a incorporação da população LGB nas Forças Armadas brasileiras e argentinas, tomando como base a construção da identidade militar e a irradiação das masculinidades hegemônicas.

4 POPULAÇÃO ABERTAMENTE LGB NAS FORÇAS ARMADAS

A partir do exposto anteriormente, chegamos ao capítulo final onde buscamos unir elementos identitários da formação das Forças Armadas com as hierarquias de gênero e sexualidade e a presença da população abertamente LGB nessas instituições. Tentamos visualizar elementos que neste capítulo nos ajudam a construir a resposta da pergunta levantada inicialmente: existem ações no Ministério da Defesa para garantir a presença de pessoas abertamente LGB nas fileiras militares argentinas e brasileiras?. Também buscamos apontar elementos que fundamentam nossa hipótese.

O exercício da atividade militar foi historicamente restrito e dominado por homens heterossexuais, sobrando quase nenhum espaço para a integração de outros indivíduos. Isso ocorreu, pois a prática de guerra foi constituída como uma prática inerentemente masculina e supostamente afastada de questões de gênero e sexualidade (Sjoberg, 2009; Tickner, 2001; Via, 2010). A imagem de outros sujeitos, que não homens heterossexuais, participando de um cenário de guerra como combatentes, parece ser quase impossível de conceber, especialmente devido à inserção tardia do ‘fator gênero’ e do ‘fator sexualidade’ na literatura sobre guerra (Tickner, 1997; Valdivieso, 2023). Isso levou a concepção da guerra e dos combatentes como um fenômeno neutro em gênero e sexualidade e a concepção de que os valores necessários para o triunfo na guerra, como força, racionalidade, coragem, autonomia e ferocidade, como valores inerentemente masculinos e associados a masculinidades (Tickner, 1992; Via, 2010). Ao mesmo tempo, valores como fraqueza, irracionalidade, covardia, dependência e complacência, foram associados ao lado perdedor e concebidos como valores femininos (Tickner, 1992; Via, 2010), levando a uma hierarquização de gênero em que a masculinidade tem aspectos superiores à feminilidade (Connell, 1995).

“A guerra era — e para alguns ainda é — o cerne da disciplina de Relações Internacionais” (Pettman, 1996, p. 62). A construção do campo tomou como base as experiências masculinas, de maneira que “a produção de masculinidades é tornada invisível porque um exame das interconexões entre o mundo internacional e o privado da personalidade é desencorajado — descartado como fora do escopo da disciplina” (Hooper, 2001, p. 92). Assim, dentro do campo de estudo, questões relacionadas à orientação sexual são assumidas como aspectos privados, levando a uma cegueira das hierarquias de gênero e sexualidade no campo (Hooper, 2001). Essa cegueira é seletiva, dado que somente existe quando questões não relacionadas a homens heterossexuais são revisitadas, especialmente porque como

fenômenos relacionais o gênero e a sexualidade são difíceis de serem notados quando somente o masculino heterossexual está presente (Acker, 1990).

A masculinidade hegemônica está tão intrínseca que

Modelos particulares de masculinidade estão ocultos nos métodos; eles habitam as teorias como subtextos obscuros para o assunto declarado, e rivalidades entre diferentes masculinidades informam debates paradigmáticos e metodológicos — tudo em uma arena internacional glamorosa que é simbolicamente separada do resto da sociedade como uma esfera exclusivamente masculina (Hooper, 2001, p. 219).

Por isso que apontamos para a superação dos limites público/privado e internacional/nacional, pois é baseado nesses limites que as questões relacionadas à orientação sexual, ao serem classificadas como pertencentes ao âmbito privado, ficam fora do campo de estudo (Hooper, 2001). Para além do âmbito da guerra, “As masculinidades são valorizadas na liderança política e militar, mesmo quando essa liderança é exercida por mulheres” (Via, 2010, p. 43) ou por outros sujeitos que não homens heterossexuais.

Até os anos mais recentes, as Forças Armadas eram locais de homosociabilidade masculina devido à presença exclusiva masculina nesses locais. O trabalho militar forneceu e continua a fornecer aos homens “[...] recursos únicos para a construção de uma identidade masculina definida pelo controle emocional, desejo heterossexual manifesto, aptidão física, autodisciplina, autoconfiança, disposição para usar agressão e violência física e tomada de riscos [...]” (Hinojosa, 2010, p. 180). Recursos tais que estão diretamente ligados a qualidades esperadas por aqueles que decidem integrar as Forças. As Forças Armadas, por meio desses recursos, oferecem a possibilidade real de construção e reivindicação de uma identidade masculina hegemônica desejada (Hinojosa, 2010). Além disso, essas qualidades estão diretamente ligadas a instrumentos que são utilizados para “[...] forçar outros, Estados-Nação e indivíduos, a se submeterem a vontade e a política militar [...]” (Hinojosa, 2010, p. 180).

Concordamos com Via (2010, p. 43) ao afirmar que

A reivindicação de um homem (ou de qualquer pessoa) à masculinidade, portanto, é uma reivindicação posicional em oposição a um outro feminino que a sociedade construiu para ser o menor dos dois binários. Sem a existência de um indivíduo ou grupo que possa ser rotulado como a parte mais fraca, as normas sociais masculinas não teriam conteúdo.

Conforme Carreiras (2006), somente mais recentemente outros sujeitos ocuparam lugares no palco da guerra na posição de guerreiros. Esse local foi construído e solidificado como um domínio totalmente masculino, dado a existência da noção de que o serviço militar seria a maior e mais relevante demonstração de masculinidade (Hooper, 2001). Ou seja, “[...] a vida militar está relacionada e é inseparável da masculinidade, onde a masculinidade é

provada pela vida militar, que depende da masculinidade preexistente (assumida)” (Via, 2010, p. 44).

Assim, partindo da compreensão das masculinidades como práticas e valores, é possível assimilar de quais maneiras essas questões são criadoras de hierarquias de poder, especialmente aquelas vinculadas a gênero e sexualidade. Com isso, apontamos que “A heterossexualidade e a homofobia são os alicerces da masculinidade hegemônica, e qualquer entendimento de sua natureza e significado é baseado na perspectiva de que, em geral, a relação entre o gênero masculino e o feminino é opressora” (Jesus, 2014, p. 321). As hierarquias que atribuem vantagens aos sujeitos heterossexuais são comumente invisíveis e tidas como naturais por aqueles que recebem essas vantagens. Com base nisso, inserimos a presença da população abertamente LGB nas Forças Armadas.

Neste capítulo pretendemos explorar a incorporação da população LGB nas Forças Armadas brasileiras e argentinas. Para isso, iremos nos concentrar em comissões nacionais e medidas de gênero tomadas no âmbito do Ministério da Defesa (MD) de ambos os países. Além disso, pretendemos dedicar especial atenção para características formativas da identidade militar que podem fazer obstáculos à permanência de pessoas abertamente LGB nas Forças Armadas, buscando compreender como essas reforçam o padrão masculino hegemônico na caserna.

4.1 Medidas de gênero e sexualidade tomadas no âmbito do Ministério da Defesa do Brasil

No cenário brasileiro, historicamente, as Forças Armadas sempre foram ocupadas por homens. A primeira mulher a integrar as Forças Armadas, ainda que de forma não oficial, foi Maria Quitéria de Jesus Medeiros, em 1823. Maria Quitéria participou das lutas pela independência do Brasil e se incorporou às tropas combatentes com vestes consideradas masculinas e sob o nome de ‘soldado Medeiros’ (Chambouleyron; Resende, 2006; Schwether, 2016). Somente após ter sua identidade revelada, Maria Quitéria passa a integrar formalmente a instituição militar brasileira, tendo recebido o título de patrona do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro no final dos anos 1990.

A entrada de mulheres nas Forças Armadas ocorreu com a Lei n.º 6.807 em 1980, que autorizava o acesso de mulheres no Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) (Brasil, 1980), tornando a Marinha a primeira das Forças a realizar a integração. Em 1988, há a integração feminina permanente aos Corpos e Quadros da Marinha e extinção

do CAFRM (Schwether, 2016). Somente em 2014 as mulheres passam a ser admitidas na Escola Naval (EN) no Corpo de Intendentes da Marinha (CIM) e, em 2017, através do Projeto de Lei da Câmara nº 147 (Brasil, 2017b), podem escolher os demais Corpos da Marinha: Corpo da Armada (CA) e Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

Em 1981, por meio da Lei n.º 6.924 a entrada feminina é permitida na Aeronáutica por meio da criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA) (Brasil, 1981) que integrou o Quadro Feminino de Oficiais (QFO) e o Quadro Feminino de Graduadas (QFG). Além disso, a Academia da Força Aérea (AFA), em 1996, foi a primeira das escolas de formação de oficiais das Forças Armadas a permitir a entrada feminina, possibilitando a chegada ao posto mais alto da carreira (Chambouleyron; Resende, 2006; Schwether, 2016). Contudo, atualmente, a entrada feminina somente é permitida nos Cursos de Formação de Aviadores e Intendentes, estando a Infantaria fora do escopo permitido às mulheres (FAB, 2024).

Por fim, em 1989, há a criação do Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO) com a Lei n.º 7.831 (Brasil, 1989) fazendo com que o Exército fosse a última Força a realizar a integração feminina aos seus quadros. Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia (IME) abre as portas para a primeira turma com mulheres e a Escola de Saúde do Exército (EsSEx) formou a primeira turma de mulheres que integrou o Quadro de Saúde do Exército. Entretanto, somente em 2017 a primeira turma mista adentrou as portas da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) por meio da Lei n.º 12.705 de 2012, que estabelecia a entrada feminina, em até cinco anos, na linha militar bélica, possibilitando o acesso ao generalato (Brasil, 2012). Assim, conforme Schwether e Pagot (2021, p. 16) “[...] a modernização das forças foi fundamental para consolidar a presença feminina, por meio da criação de cargos administrativos e burocráticos possibilitou-se a entrada das mulheres”, que ao longo dos anos se estendeu a abertura para as mulheres em outros âmbitos das Forças Armadas. Apesar desse avanço, o mesmo não é notado no que diz respeito à integração de indivíduos abertamente LGB.

Em 2014, através da Portaria nº 893/MD de 14 de abril, houve a criação da Comissão de Gênero do Ministério da Defesa (CGMD), primeira iniciativa relacionada a gênero no âmbito da defesa. A CGMD tinha caráter consultivo e era composta por integrantes das Forças Armadas e do Ministério da Defesa. Conforme o Regimento Interno publicado no Diário Oficial da União (Brasil, 2014c; 2015e), tinha como objetivo “incorporar a perspectiva de gênero na formulação e execução das políticas públicas na área de competência do Ministério da Defesa”. O Regimento também explicita as seguintes atribuições da Comissão:

- I - acompanhar a Política Nacional para as Mulheres e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro relativos às questões de gênero, identificando as implicações para a área de Defesa;
- II - estudar e emitir pareceres sobre questões de gênero que afetem ou possam afetar a área de Defesa;
- III - propor ações, inclusive de divulgação e de sensibilização e capacitação de servidores e dirigentes, observadas as peculiaridades das Forças Armadas; tais ações serão consubstanciadas em um plano de ação quadrienal, articulado com o Plano Plurianual previsto no art. 165 da Constituição Federal, e aprovado pelo Ministro de Estado da Defesa;
- IV - prover a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Defesa com os dados atualizados das atividades da CGMD;
- V - contribuir para a formulação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, propondo e articulando parcerias com outros órgãos e instituições governamentais e não governamentais;
- VI - promover a articulação entre os entes representados, na implementação das ações dos planos referidos nos incisos III e V deste artigo;
- VII - acompanhar e avaliar a implementação das ações dos planos referidos nos incisos III e V deste artigo, elaborando e submetendo relatórios anuais e quadrienais ao Ministro de Estado da Defesa;
- VIII - propor reajustes nas metas, prioridades e ações dos planos referidos nos incisos III e V deste artigo;
- IX - cooperar com as comissões ou outros mecanismos das Forças Armadas que tratem do tema; e
- X - decidir, na última reunião do ano, o calendário de atividades do próximo período (Brasil, 2015e).

O Plano de Ação para o primeiro ano de funcionamento da CGMD foi publicado em maio de 2015 e propunha sete ações:

- a. Ação I - Elaborar e desenvolver projeto de pesquisa para diagnosticar as questões de gênero relevantes no âmbito da Defesa [...];
- b. Ação II - Conduzir a implementação das ações/PNPM sob a responsabilidade do MD, articulando os órgãos envolvidos [...];
- c. Ação III - Estudar e propor parâmetros para a implementação da Resolução nº 1.325, de 2000, do Conselho de Segurança/ONU [...];
- d. Ação IV - Contribuir para a participação qualificada do MD na 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres [...];
- e. Ação V - Contribuir para a participação qualificada do MD/Brasil no Seminário de Gênero/CDS/UNASUL/2015 [...];
- f. Ação VI - Criar uma 'área' no sítio do MD para a CGMD [...];
- g. Ação VII- Planejar e conduzir o II Seminário de Capacitação da CGMD (Brasil, 2015f).

Por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), obtivemos acesso às memórias de reunião da Comissão. A primeira Memória de Reunião corresponde à 1ª Reunião Ordinária da Comissão, que ocorreu em 06 de novembro de 2014 (Brasil, 2014b). Foram abordados temas relacionados a participação de militares em eventos³⁹ sobre a proteção de mulheres em

³⁹ O evento mencionado foi o Workshop “Proteção de Mulheres em Operações de Manutenção da Paz da ONU” e corresponde a um compromisso assumido com a Associação Latino-Americana de Centros de Treinamento para Operações de Paz (ALCOPAZ).

operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), a realização de pesquisas sobre a composição de gênero na ESG e a inserção feminina em cargos do Ministério da Defesa e a participação de militares no II Encontro de Ministras e Líderes de Defesa (realizado na Venezuela). Além disso, houve o debate da minuta do Regimento Interno da Comissão e debate sobre o Projeto Perfil do Profissional de Defesa (PPD) e a manutenção do eixo “Percepção Social - Gênero” dentro do Projeto. O eixo foi retirado do PPD durante a reunião sob a alegação de escassez de tempo, devendo ser planejado para a aplicação de questões sobre a percepção de gênero em 2015 (Brasil, 2014b).

A segunda Memória de Reunião corresponde à 2ª Reunião Ordinária que ocorreu em fevereiro de 2015 (Brasil, 2015a). Tratou-se da tramitação da publicação do Regimento Interno da CGMD, de questões relacionadas à inserção e maior abertura das portas da caserna às mulheres, sob uma perspectiva de gênero, e há menções sobre a preservação da família (no caso de mulheres militares que se casam com homens militares, o contrário não é mencionado). Destacou-se o propósito da Comissão de incorporar a perspectiva de gênero (mulheres) nas políticas relacionadas a Defesa e seguir avaliando, de forma quantitativa, o sexo dos ingressantes em concursos para a carreira militar. No entanto, diversas vezes, aponta-se o caráter consultivo da Comissão, levando a compreensão de que as decisões ali tomadas não reverberariam no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas (Brasil, 2015a).

A 3ª Reunião Ordinária, que ocorreu em abril de 2015, tratou majoritariamente da adaptação dos ambientes militares a inserção das mulheres, da mudança dos padrões aplicados nos processos de aptidão por meio da desvinculação ao sexo e da inserção do gênero no Planejamento Político/Estratégico 2016-2019 (Brasil, 2015b). Tratou-se da inserção do gênero e alinhamento ao Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (SISPED) na composição dos seguintes documentos: Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), Política Setorial de Defesa (PSD), Estratégia Setorial de Defesa (ESD) e Plano Estratégico de Defesa (PED). Destacamos que, durante a reunião, resolveu-se criar uma ‘área’ dentro do site eletrônico do Ministério da Defesa para a atualização das atividades da CGMD, no entanto, a área não está mais disponível de forma *online*, impossibilitando o acesso a outras atividades da Comissão.

A 4ª Reunião Ordinária ocorreu em julho de 2015 e teve a participação da Secretária Executiva da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) que destacou a importância de ter comissões de gênero dentro dos Ministérios. Houve menção ao discutido na última reunião, tendo destaque o debate sobre igualdade, assédio e a inserção de cotas para mulheres, tratou-se da necessidade de ter aprovação das camadas mais altas da

hierarquia das Forças Armadas no que concerne a realização de pesquisas sobre a inserção de gênero (Brasil, 2015c). Decidiu-se solicitar um consultor jurídico para assessorar a Comissão em assuntos que envolvem a inserção de gênero. A 5ª Reunião Ordinária ocorreu em setembro de 2015 e destacou que os Comandantes das Forças trataram com o Ministro da Defesa questões relacionadas a perguntas sobre assédio sexual na pesquisa proposta pela Comissão, em que o Ministro determinou que o assunto não fosse tratado de maneira direta de forma a induzir respostas (Brasil, 2015d). A 6ª Reunião Ordinária ocorreu em junho de 2016 e tratou das atribuições e importância da Comissão para o estabelecimento de uma visão de gênero (Brasil, 2016a). A 7ª Reunião Ordinária abordou a participação brasileira na Conferência Internacional em Trinidad & Tobago em 2016 e destacou que, dentre os países participantes, o Brasil estava entre os mais atrasados em relação à inserção feminina nas Forças (Brasil, 2016b) e a questão de transferências de militares cônjuges (Brasil, 2016b). A 8ª Reunião Ordinária, ocorrida em 2017, foi a última reunião registrada e abordou a inserção efetiva de mulheres nas áreas antes inacessíveis nas Forças Armadas e questões relacionadas à maternidade (CGMD, 2017a).

Após a análise dos documentos, conclui-se que, ainda que a Comissão tenha corroborado para o avanço das questões de gênero dentro do Ministério da Defesa, isso somente se traduziu em ações que levaram em consideração as mulheres. De maneira geral, destacamos as alegações da escassez de tempo para a realização de pesquisas dentro da Comissão, o caráter unicamente consultivo dessa e a não localização do site eletrônico mencionado. Para Schwether (2020), devido às grandes divergências entre os membros que faziam parte da Comissão, os resultados das ações que buscavam ser empreendidas no âmbito da CGMD não tiveram força, apontando para o caráter consultivo da Comissão. Chama a atenção que, durante as reuniões, menciona-se a possibilidade de quebra da coesão masculina a partir da entrada de mulheres e o readequamento das instituições para que essa inserção fosse positiva (Brasil, 2015a). Desde a 8ª Reunião, não existem mais registros de outras reuniões ou atividades realizadas pela Comissão.

A partir dessas passagens, destacamos que, apesar de se tratar de uma Comissão de Gênero, que buscava inserir a temática de gênero dentro da defesa brasileira, somente as mulheres são mencionadas explicitamente. Além disso, há menções a ‘gênero’ como um termo guarda-chuva, sem considerar os indivíduos masculinos, e não existem menções a população LGB ou a orientação sexual em nenhum dos documentos encontrados. Isso leva à compreensão de que gênero é sinônimo de mulher e que homens não estariam dentro da norma de gênero. Apesar da CGMD ser uma inovação dentro do Ministério da Defesa, quanto

às questões de gênero, as ações tidas no âmbito da mesma não foram consistentes ao incluir a população LGB dentro das ações de gênero previstas.

Isso nos leva ao ponto de que a presença da população LGB nas Forças Armadas do Brasil é uma questão pouco analisada e abordada dentro e fora da caserna, entretanto destaca-se o caso que ocorreu com Laci de Araújo e Fernando Alcântara. Em 2008, por meio de uma matéria publicada na revista *Época*, os dois sargentos de infantaria falaram abertamente sobre constituírem um casal dentro das Forças Armadas e sobre a perseguição que passaram a sofrer dentro do Exército desde que o fato se tornou público na caserna (Figueiredo, 2008). A matéria e o depoimento fornecido a Roldão Arruda (Figueiredo, 2008) destacam que as perseguições, evidenciadas pelo rebaixamento das posições que ocupavam no trabalho, envio de cada uma das partes do casal para estados diferentes e adoção de uma postura de desconsideração, eram motivadas por homofobia. Essas perseguições, pela forma como aconteciam, eram veladas (Figueiredo, 2008). A perseguição velada é definida “como uma sanção profissional aplicada por um superior a seu subordinado por razão aparentemente não relacionada à discriminação sexual, embora esteja claro para este subordinado que se trate disso” (Costa, 2015, p. 77).

As perseguições a Laci e Fernando culminaram na prisão de ambos, sendo acusados de comportamento antiético e culpados pelo crime de difamação à instituição militar (O que aconteceu [...], 2017; Sargento [...], 2008; Verbicaro Soares, 2020). Durante a prisão, enquanto seu companheiro Fernando recorria às autoridades tentando reverter a decisão das autoridades militares, Laci foi submetido a torturas e teve o seu horário de visita reduzido. Conforme Figueiredo (2008, p. 169):

Eu [Fernando Alcântara] me sentia constrangido até em aparecer para as visitas, que tinham uma hora de duração, por causadas humilhações que lhe impunham. A cada vez que saía da cela, para receber uma visita, tomar banho de sol, ou qualquer outra atividade, ele era submetido a minuciosa revista íntima. Diante de um grupo de militares, a maioria soldados, retirava e sacudia a roupa, mostrava a palma das mãos e a sola dos pés, estendia os braços, abria a boca para que olhassem dentro, agachava e levantava várias vezes. Não era só com ele que faziam isso. Mas havia uma particularidade em seu caso: o ar de reprovação e deboche, decorrente da sua homossexualidade.

Além disso, Laci teve seu acesso a remédios e agasalhos necessários restringido, era impedido de dormir (Figueiredo, 2008) e:

Desde o telefonema no qual falara com o repórter do *Fantástico*, denunciando maus-tratos, ele não pôde mais ligar para fora - o que era permitido aos outros prisioneiros. A cada dia aparecia uma novidade. Uma piora. Trocavam inesperadamente o horário de visitas, para que eu [Fernando

Alcântara] não pudesse chegar a tempo. Esqueciam-se de lhe servir comida (Figueiredo, 2008, p. 173).

Para o casal, as restrições e punições mais severas somente tinham uma justificativa: a orientação sexual não-heterossexual de ambos (Figueiredo, 2008). O que encontramos no caso de Laci de Araújo e Fernando Alcântara é que “mesmo que não demonstrada de forma explícita, a intolerância geralmente ocorre cotidianamente na caserna” (Verbicaro Soares; Costa, 2021, p. 240), ou seja, a discriminação, violência e perseguições eram cotidianas e veladas. De forma que “[...] perseguições são comuns nas Forças Armadas. A diferença foi que nós, a princípio por desespero e depois pela consciência de nossos direitos, reagimos. Na maior parte das vezes, tudo fica oculto sob o manto do silêncio verde-oliva” (Figueiredo, 2008, p. 192). Ambos realizaram o pedido de baixa das fileiras militares após saírem da prisão (Figueiredo, 2008), no entanto, não receberam integralmente todo o benefício da aposentadoria (O que aconteceu [...], 2017).

A situação da população trans, especialmente transgêneros masculinos, é mais sensível devido ao fato de que somente em 2016 puderam participar do alistamento militar obrigatório em Instituições Militares, através da utilização do nome social, da mesma forma como já ocorria de maneira obrigatória com homens cisgêneros brasileiros (Brasil, 2016; Verbicaro Soares, 2018). Esse movimento foi endossado pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Rio de Janeiro ao pontuar que a transexualidade não deve ser considerada como uma condição incapacitante para a atuação nas Forças Armadas (Verbicaro Soares, 2018). Quanto à população transgênero feminina, a obrigatoriedade do alistamento não existe se estas houverem realizado a mudança de nome e demais dados pessoais no registro civil antes de completar dezoito anos (Verbicaro Soares; Pereira, 2019).

Além do caso acima, destacamos a fala do general Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, que pouco antes de ser indicado à presidência do Supremo Tribunal Militar (STM), apontou que pessoas pertencentes a população LGB seriam incapazes de comandar o conjunto militar (Senado, 2010; Tropa [...], 2010; Verbicaro Soares *et al.*, 2023). Esse, por sua vez, não obedeceria às ordens de um superior LGB por considerá-lo inferior e fraco. Além disso, Cerqueira Filho mencionou que a população LGB é incompatível com a atividade militar (Senado, 2010; Tropa [...], 2010; Verbicaro Soares *et al.*, 2023).

Ainda no que concerne à população LGB nas Forças Armadas, merece destaque o antigo artigo 235 do Código Penal Militar (CPM)⁴⁰, localizado no Capítulo VII - Dos Crimes Sexuais, que originalmente destacava:

Pederastia ou outro ato de libidinagem

Art. 235. Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar.

Pena - detenção, de seis meses a um ano.

(Brasil, 1969).

Para Verbicaro Soares *et al.* (2020, p. 95), a menção explícita de ‘homossexual’ no artigo leva a uma interpretação determinante e excludente que criminaliza a orientação sexual de pessoas LGB “como se ela[s] fosse[m] mais grave[s] e digna[s] de sofrer[em] algum tipo de repressão”. Além disso, o termo ‘pederastia’, que anteriormente seria utilizado para nomear relações entre um homem maior de idade e um homem menor de idade, na redação inicial do artigo 235 “seria utilizado para se referir a qualquer relação entre indivíduos do mesmo sexo, independentemente da idade” (Verbicaro Soares; Costa, 2021, p. 242). Ambos os termos explicitamente condenavam apenas as orientações não heterossexuais. Somente após uma ação em 2015, o artigo foi considerado inconstitucional devido à utilização dos termos ‘pederastia’ e ‘homossexual ou não’ (STF, 2015). Com isso, através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 291, o texto foi reescrito para:

Ato libidinoso

Art. 235. Praticar ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso em lugar sujeito à administração militar.

Pena - detenção de seis meses a um ano (STF, 2015).

O mesmo texto teve sua redação modificada pela Lei n.º 14.688 de 2023, em que houve a adição de “ou no exercício de função militar” (Brasil, 2023) após “lugar sujeito à administração militar”. Assim, atualmente, com a mudança do artigo 235 do CPM, não existem regulamentos, leis formais ou recomendações que explicitamente proíbam a integração da população abertamente LGB nas Forças Armadas brasileiras. No entanto, como exposto anteriormente, a partir do que ocorreu com Laci Araújo e Fernando Alcântara, existem obstáculos que prejudicam a permanência dessa população nas Forças, esses obstáculos parecem estar ligados ao *ethos* militar, como será exposto a seguir.

⁴⁰ O Código Penal Militar (CPM) foi escrito durante a última ditadura militar brasileira.

4.2 Medidas de gênero tomadas no âmbito do Ministério da Defesa da Argentina

Na Argentina, as Forças Armadas também foram compostas apenas por indivíduos masculinos. A participação de mulheres nas Forças Armadas ocorreu pela primeira vez durante as invasões inglesas (1806-1807) e a guerra de independência (1810-1816) (Schwether, 2016), momentos em que as mulheres exerciam majoritariamente funções de logística e apoio às tropas. Além disso, algumas mulheres, assim como Maria Quitéria no Brasil, se vestiam com roupas consideradas masculinas para atuarem em posição de combate. A exemplo disso, tem-se Manuela Pedraza, *la tucumanesa*, considerada a primeira mulher argentina a atuar na posição de combate em 1806 (Newton, 2008). Na guerra de independência, outras duas mulheres, Juana María e Juana Augustina, tiveram as mesmas ações (Newton, 2008).

Após esses momentos, “a presença feminina no âmbito castrense não se manteve constante e durante grande parte do século XX pouco se viu de sua atuação” (Schwether, 2016, p. 130). Somente em 1960 há uma mudança a partir da criação da *Escuela de Enfermeras del Ejército*, as enfermeiras formadas na *Escuela* atuaram na Guerra das Malvinas e após alguns anos foram integradas como oficiais e suboficiais do corpo de saúde. Em 1965, as mulheres passaram a ter a autorização para lecionar no *Colegio Militar de la Nación*, ambiente que até então somente permitia o cadastramento de homens como professores.

Somente em 1976 e em 1978 inicia-se o processo de integração feminina as armas das Forças Armadas através da Marinha que criou o *Liceo Naval Militar*, a *Escuela de Enfermería* e a *Escuela Nacional de Náutica Gral Manuel Belgrano*, instituições que integravam, de maneira precursora, as mulheres, ainda que na posição de reserva e sem os mesmos direitos que os homens nas mesmas posições (Schwether, 2016). A atuação feminina regulamentada no *front* de guerra ocorreu durante o conflito das Malvinas, a partir de 1980⁴¹, que após a guerra foram promovidas a oficiais. Em 1997, as mulheres passaram a integrar o *Colegio Militar de la Nación* tendo acesso a quase todas as armas de formação, com exceção das armas de infantaria e cavalaria. A partir dos anos 2000, as primeiras mulheres ingressam na *Escuela de Aviación*. Em 2002, é permitida a entrada feminina nos corpos de comando e profissional da divisão de intendência da *Escuela Naval Militar*, levando a uma readequação

⁴¹ Para Schwether (2016, p. 132): “Depreende-se então que o processo de inserção das mulheres nos corpos profissionais das Forças argentinas, ocorreu em meio ao conflito das Malvinas, o que gerou um caráter de urgência à ação e, por essa razão, as mulheres se depararam com uma instituição ainda despreparada estruturalmente para sua recepção”, além do despreparo estrutural havia o despreparo institucional, por exemplo, no que diz respeito a regulamentação de uniformes.

de normativas e regulamentos relativos à progênie dessas. O fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO), em 1994, também abriu as portas da caserna para as mulheres, visto que a Argentina passaria a operar em um sistema de recrutamento voluntário.

As questões de gênero, principalmente a inserção de outros indivíduos nas Forças Armadas, especialmente as mulheres, tiveram mais protagonismo com a ascensão de Néstor Kirchner, em 2003, à presidência da Argentina e a nomeação de Nilda Garré, em 2005, ao Ministério da Defesa (MD) (Schwether, 2016). Garré permaneceu à frente do cargo até 2010 e, além de dar mais destaque às questões de gênero nas Forças Armadas, foi responsável pela modernização da educação militar, regulamentação da Lei de Defesa⁴² e reforma do Código de Justiça Militar.

Em 2006, lançou-se a Resolução Ministerial n.º 849/06 (Argentina, 2006a) que versava sobre a permanência de mulheres grávidas, mães, lactantes nas Forças Armadas e a Resolução Ministerial n.º 1435/06 (Argentina, 2006b) que visava anular a regulamentação existente que trata dos requisitos de ingresso e/ou permanência relacionados a concepção de filha/os antes, durante ou depois da integração às Forças. Ainda quanto a integração feminina, em 2007 há a criação do *Observatorio sobre la Integración de la Mujer en las Fuerzas Armadas* (Argentina, 2007b), responsável pelo acompanhamento e avaliação da integração de mulheres às Forças Armadas, e a criação do *Consejo de Políticas de Género para la Defensa* visando fomentar e coordenar ações que permitissem a igualdade de oportunidades para homens e mulheres (Argentina, 2007c). O último era composto por integrantes das três Forças, acadêmicos, funcionários do Ministério da Defesa e de outros Ministérios (Argentina, 2007), que se reuniam mensalmente para tratar sobre as questões de gênero nas Forças Armadas (Schwether, 2016). No entanto, apesar de se constituir um Conselho de Políticas de Gênero, não existem menções à população LGB em nenhum dos documentos produzidos e publicados.

Outra ação do Ministério da Defesa foi o lançamento da publicação *Equidad de Género y Defensa: Una Política en marcha*, que até o momento tem 10 edições⁴³. Ao consultar as edições⁴⁴, depreendemos que não existem menções relacionadas a população

⁴² Segundo Diamint (2008, p. 101) “Em abril de 1998, foi promulgada a Lei da Defesa, que estabeleceu claramente que a atividade das Forças Armadas se centrava na defesa externa e limitava a sua participação nas questões internas. Esta lei marca uma diferença importante em relação a outros países da região, uma vez que proíbe os militares de lidar com questões de segurança interna”. Apesar de ter sido sancionada em 1998, somente em foi regulamentada durante a gestão de Nilda Garré.

⁴³ A primeira edição foi lançada em 2007, a segunda em 2008, a terceira em 2009, a quarta em 2010, a quinta em 2011, a sexta em 2012, a sétima em 2013, a oitava em 2014, a nona em 2015 e a décima em 2023.

⁴⁴ Foram consultadas todas as edições, com exceção da edição de número 7, lançada em 2013, que não foi disponibilizada digitalmente.

LGB nas primeiras cinco edições (2007-2011) (Argentina, 2007a; 2008b; 2009; 2010a; 2011). A 6ª edição de 2012 menciona brevemente ‘orientação sexual’⁴⁵ para se referir a um dos temas que teve um plano de treinamento desenvolvido e aplicado (Argentina, 2012). Na 8ª edição, há a menção de atividades de formação militar que abordaram temas relativos à ‘diversidade sexual’, há menções a Lei de Matrimônio Civil Igualitário (Lei n.º 26.618) e a Lei de Identidade de Gênero (Lei n.º 26.743) (Argentina, 2014).

A 9ª edição menciona ‘identidade sexual’ em um dos textos introdutórios da publicação que aborda relatos relacionados a gênero e também menciona ‘gênero sexual’ e ‘identidade sexual’⁴⁶ (Argentina, 2015). Em outro texto introdutório, há a menção da ‘diversidade sexual’ como parte dos direitos humanos e a obrigação do Estado de conceber esses direitos. Na mesma edição, dentre as ações tomadas pelo Ministério da Defesa, há destaque para o curso que fornecia diploma em Gênero e Gestão Institucional, em que um dos eixos temáticos aborda ‘políticas de diversidade sexual no domínio da segurança cidadã’ e outro eixo aborda ‘bissexualidade e gênero’. Além disso, foi realizada uma capacitação sobre os ‘direitos do coletivo LGBT’, desenvolvida em conjunto pela *Oficina de Género de la Fuerza Aérea, Dirección de Políticas de Género* e a *Federación Argentina de Lesbianas, Gays, Bisexuales y Trans* com o objetivo de formar militares sobre a legislação ligada a ‘comunidade LGBT’ visando erradicar violências e discriminações com base na ‘orientação sexual’. A capacitação também abordou a diferenciação entre os conceitos de ‘sexo’, ‘gênero’ e ‘orientação sexual’ e as Leis de Matrimônio Civil Igualitário e de Identidade de Gênero⁴⁷. Outra ação desenvolvida foi a *Cartilla de Derechos Humanos Básicos del Personal Militar y Civil de las Fuerzas Armadas* que trata da não discriminação com base na ‘orientação sexual’. Por último, nas reflexões finais, o documento menciona a ‘comunidade LGBTTTQ’ como uma comunidade que sofre discriminações (Argentina, 2015).

Na 10ª⁴⁸ edição do documento, há duas menções ao *Plan Integral de Políticas de Género*⁴⁹ que busca resolver desigualdades que afetam grupos de ‘diversidade sexual’ e

⁴⁵ Usamos apóstrofes para demarcar quais e como são mencionados os termos relacionados à população LGB na publicação.

⁴⁶ Ainda na mesma edição, outro texto introdutório faz um breve relato sobre a inserção de gênero nas Forças Armadas da Bolívia e menciona a nova constituição do país que proíbe e sanciona toda forma de discriminação baseada em ‘orientação sexual’.

⁴⁷ Ambas leis também são mencionadas na cartilha no sentido de garantir a aplicação das mesmas como parte dos direitos dos militares que também são sujeitos de direitos civis.

⁴⁸ A publicação também menciona que as normas internacionais foram seguidas visando garantir as ‘diversidades sexuais’ o acesso aos seus direitos e a uma vida igualitária. Os direitos da comunidade de ‘diversidade sexual’ são mencionados novamente ao tratar do Marco normativo internacional, regional e nacional.

⁴⁹ Duas outras menções ao *Plano* destacam que planos e programas de gênero buscam resolver problemas relacionados a desigualdades específicas que afetam grupos de ‘diversidade sexual’ e que esses mesmos grupos fizeram a agenda de gênero avançar na Argentina.

integrar plenamente o grupo da ‘diversidade sexual’ no campo da defesa⁵⁰. O documento também abordou uma série de formações com perspectivas de gênero, dentre elas a *Especialización en Políticas de Género en la Gestión Institucional* (Instituto Nacional de Derecho Aeronáutico y Espacial - Facultad de la Fuerza Aérea - Universidad de la Defensa Nacional) que propõe uma formação voltada à resolução de problemas e questões ligadas à ‘diversidade sexual’. Também houveram articulações entre o Ministério da Defesa e organizações descentralizadas do mesmo Ministério, como a *Universidad de la Defensa Nacional* que elaborou um protocolo de abordagem para casos de violência ou discriminação de ‘orientação sexual’. Com o assessoramento de autoridades do Ministério da Defesa a *Fabricaciones Militares (FMSE)*, empresa de Defesa e Segurança vinculada ao MD, teve ações visando facilitar o ingresso de ‘pessoas trans’ na FMSE, devido à Lei n.º 27.636 sobre o acesso de pessoas trans e travestis ao emprego formal (Argentina, 2023).

Ainda que não diretamente relacionado a questões nas Forças Armadas, a publicação também menciona a copresidência argentina na *Coalición por la Igualdad de Derechos* (*Equal Rights Coalition*) que busca proteger os direitos das ‘pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e intersexuais’. Menciona o pioneirismo argentino ao modificar seus regulamentos internos a fim de reconhecer o ‘matrimônio igualitário’ e a incorporação de questões relacionadas à educação sexual nos currículos das escolas buscando incluir a ‘diversidade sexual’. A 10ª edição também conta com um manual de procedimentos para tratamento de denúncias por razões de gênero e ‘diversidade sexual/diversidade de gênero’ que menciona termos do glossário de termos específicos os quais destacamos: ‘diversidade sexual’ e ‘diversidade de gênero’. O documento também determina a revisão, a partir de uma perspectiva de gênero, das imagens e símbolos institucionais no âmbito da defesa dando mais destaque no papel profissional⁵¹. Em resoluções expedidas pelo ministro da defesa, anexadas ao documento, há duas menções a Lei n.º 26.743 e a Lei n.º 27.610⁵². A publicação também trata do desenvolvimento de um programa de formação de replicadores para a implementação

⁵⁰ Além dessa menção, há outras duas iguais.

⁵¹ O documento destaca que: “A simbologia de gênero no campo da defesa é fortemente marcada pela marca da masculinidade, que se manifesta em gestos, arengas, hinos, manuais e canções institucionais. Consideramos que a promoção da plena integração de mulheres e homens exige a redefinição da identidade militar. A atualização de imagens e símbolos institucionais, com ênfase no papel profissional e não numa identidade de gênero muitas vezes estereotipada, fazem parte desta redefinição. Um exemplo positivo nesse sentido é o grito de guerra da Escola Complementar de Formação do Exército Brasileiro, que foi reformulada para incluir homens e mulheres. Há uma responsabilidade institucional neste ponto dado que, a partir de crenças, preconceitos e da construção de imagens de gênero, constroem-se formas de integração ou exclusão” (Argentina, 2023).

⁵² A lei visa “regular o acesso à interrupção voluntária da gravidez e à atenção pós-aborto, em cumprimento aos compromissos assumidos pelo Estado argentino em matéria de saúde pública e direitos humanos das mulheres e pessoas com outras identidades de gênero com capacidade para gerar [...]” (Argentina, 2023).

da Lei Micaela⁵³ no Ministério da Defesa, salientando que a violência de gênero é um fenômeno que afeta pessoas pertencentes a ‘comunidade LGBTI+’⁵⁴ (Argentina, 2023). De forma geral, depreendemos que a Argentina, com o passar dos anos, empreendeu ações que buscavam integrar questões relacionadas a população LGB ao cotidiano da caserna. As ações, por meio de cursos, planos de treinamento, capacitações sobre orientação sexual e diversidade sexual, apontam para um movimento de incorporação dentro das Forças, demonstrando certo avanço argentino.

Outra ação tomada pelo governo argentino foi a extinção da Justiça Militar e do Código de Justiça Militar (CJM), em 2009. O CJM passou a vigorar em 1951 e dispunha que a jurisdição militar deveria ser exercida por tribunais e autoridades militares, de forma que os militares somente poderiam ser julgados, por qualquer crime cometido, a partir do Código (Argentina, 1951). Conforme o CJM:

Art. 508. Constitui crime militar qualquer violação dos deveres militares que tenha pena prevista neste código e demais leis militares, que não esteja incluída na indisciplina; e, ainda, qualquer ato punível pelas partes que ditem as autoridades militares autorizadas para esse fim, em tempo de guerra (Argentina, 1951).

Dentre os crimes militares expostos no Código, destacamos o artigo 765, classificado dentro do rol de crimes contra a honra militar:

Art. 765. O soldado que praticar atos desonestos com pessoa do mesmo sexo dentro ou fora de posto militar será rebaixado e condenado à prisão, se for oficial; reprimido com pena de prisão menor e demitido, se suboficial ou classe; e se for soldado será condenado a pena de prisão menor. Quem exercer violência, ameaças, abuso de autoridade ou qualquer outro meio de intimidação ou coação, para a prática do ato referido no número anterior, será punido com degradação e pena de prisão de oito a quinze anos, se for oficial; com reclusão de cinco a dez anos e demissão, se suboficial ou classe; e, com maior prisão se fosse soldado (Argentina, 1951).

Assim, o artigo 765 do Código de Justiça Militar, de forma similar ao caso brasileiro, aponta para a condenação de orientações sexuais que não a heterossexual, dentro ou fora das instituições militares, visto que o artigo não menciona nenhum tipo de punição para a prática de ‘atos desonestos entre pessoas de sexos diferentes’. O artigo leva a interpretação, ainda que implícita, de que pessoas LGB não seriam permitidas, de maneira aberta ou não, dentro das instituições militares. Somente por meio da Lei n.º 26.394 de agosto de 2008 (Argentina, 2008a) há a revogação total do CJM. Segundo D’Araújo (2003b, p. 82),

⁵³ A Lei n.º 27.499/2019 (Lei Micaela) estabelece como obrigatória a capacitação em gênero e violência de gênero para todos os funcionários públicos.

⁵⁴ O documento também faz citações diretas de documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que mencionam ‘pessoas LGBTI+’.

Desde 1999, por proposta inicial do chefe do Exército argentino, Martín Balza, vêm sendo sugeridas reformas no Código de Justiça Militar de forma a descriminalizar a conduta homossexual privada dos militares. O que se pleiteia é que militares não sejam punidos por suas preferências sexuais privadas, medida ainda restrita pois não se fala em admitir homossexuais mas sim em não puni-los uma vez dentro das Forças Armadas desde que as atividades sexuais se restrinjam a espaços fora do quartel. Essa inovação vem no bojo de uma série de mudanças de modernização das Forças Armadas, tais como a que aboliu o serviço militar obrigatório e a que permitiu o ingresso de mulheres nos quartéis.

Assim, houve a extinção do artigo 765 e de qualquer outra menção implícita de punição de pessoas LGB nas Forças Armadas argentinas, ainda que não existam normativas que incentivem, permitam e protejam a presença dessas nas Forças, levando em consideração as publicações *Equidad de Género y Defensa: Una Política en marcha*. Além disso, através da revogação, os militares passam a ser julgados, por qualquer crime cometido, pelo Código Penal da Argentina (Argentina, 2008a).

Destacamos ainda que, em 2011, um tenente-coronel e um capitão do Exército, ambos não identificados, foram os primeiros militares a constituírem casamento na Argentina (Gallo; Polack, 2011), amparados pela Lei de Matrimônio Igualitário (Lei n.º 26.618) sancionada em 2010 (Argentina, 2010b)⁵⁵. Outra medida tomada foi o estabelecimento de cotas, por meio do decreto 721/2020, para pessoas trans e travestis no setor público, o que inclui as Forças Armadas (Argentina, 2020a). Por meio do decreto, torna-se obrigatório a garantia de que, no mínimo, 1% dos cargos sejam ocupados por pessoas trans e travestis, não sendo necessário que essas já tenham passado pelo processo de retificação cadastral com mudança de nome, imagem e sexo nos documentos de identidade (Argentina, 2020a). No entanto, as identidades LGB e militar se demonstram conflitantes no meio castrense, como será explorado a seguir.

⁵⁵ Poucos meses antes do ocorrido acima, em junho de 2011, Octavio Romero, oficial parte da força de segurança da marinha argentina, iria casar-se com seu companheiro, Gabriel Gersbach, tornando-se o primeiro oficial a casar-se com outro homem, no entanto, Octavio desapareceu no dia 11 de junho de 2011 e foi encontrado sem vida no dia 17 de junho do mesmo ano (CIDH, 2024). Seu companheiro aponta que o ocorrido com Octavio foi um crime LGBT+fóbico cometido pelas próprias Forças de Segurança, dado que o corpo de Octavio foi encontrado próximo ao local onde trabalhava, na jurisdição da Prefeitura Naval Argentina, além de que Octavio, ao tornar pública sua orientação sexual, começou a passar por constantes assédios e bullying dentro das Forças Armadas (CIDH, 2024). Em 2012, Gabriel peticionou uma ação junto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em que apontava a responsabilidade internacional da República Argentina pela morte de Octavio (CIDH, 2024). Gabriel apontou que a privação da vida de Octavio se deu com base em sua orientação sexual (não-heterossexual) visando impedir que seu casamento com Gabriel ocorresse, alegando que não houve cuidado e rapidez na investigação do caso por parte do Estado Argentino (CIDH, 2024). O processo somente gerou um Acordo de Solução Amistosa (ASA) assinado em 2022, em que “o Estado argentino reconhece sua responsabilidade internacional pela falta de adequação da investigação criminal aos padrões internacionais, especialmente a devida diligência reforçada que rege a violência de gênero, aplicável aos crimes contra o grupo LGBTQI+” (CIDH, 2024, p. 4) e que gerou uma série de medidas de reparação simbólica, no âmbito do Ministério da Segurança Nacional.

4.3 Reflexões sobre a presença da população abertamente LGB nas Forças Armadas

Como exposto anteriormente, a identidade é construída por duas vias: a biográfica e a relacional. Ambas são reforçadas pelos símbolos, rituais, discursos e imagens construídos em torno de um ideal que justifica a preponderância de determinada identidade sobre outras, especialmente dentro de instituições fechadas como as Forças Armadas. Esses símbolos “passam a ser vistos como elementos essenciais à existência de qualquer grupo. Não basta que os indivíduos pensem que fazem parte de uma determinada coletividade: é preciso agir, e agir em comum” (Castro, 2002, p. 62). A isso se chama *performance* que representa o desejo, a intenção e o objetivo de agir como o grupo em que se deseja integrar, visando o compartilhamento de identidades e a formação de comunidades.

No meio castrense esse compartilhamento se torna parte essencial da construção identitária e do espírito militar. O espírito militar é composto pelo conjunto de atributos que são inerentes a personalidade dos militares (Castro, 2021), por isso que “o período inicial de formação militar é relevante por concentrar por excelência o momento e o lugar onde os valores e significações da identidade militar são produzidos e reproduzidos para e pelos alunos recém-ingressos” (Almeida, 2008, p. 61). O compartilhamento de características forma o militar ideal que é almejado por aqueles que adentram a vida na caserna, historicamente ocupada por homens heterossexuais.

Para Carreiras (2006, p. 40) “Como outras organizações formais, os militares têm um regime de gênero particularmente claro, mesmo que seja menos homogêneo do que geralmente se supõe”, podendo ser classificados como um caso extremo de uma organização de gênero devido à organização e constituição interna. Dessa maneira, “dizer que as organizações são inerentemente de gênero implica dizer que elas foram definidas, conceituadas e estruturadas em termos de uma distinção entre masculinidade e feminilidade e presumem e inevitavelmente reproduzirão diferenças de gênero” (Britton, 2000, p. 419), ou seja, as Forças Armadas são um caso de instituição inerentemente de gênero, pois a partir de construções de masculinidade e feminilidade se definem quais sujeitos são considerados militares ideais e aptos para o trabalho que as instituições militares exigem.

As Forças Armadas foram construídas como instituições que servem de comprovação e afirmação da masculinidade, tornando essa característica essencial na definição de um ‘militar ideal’. Carreiras (2006) afirma que a estrutura de trabalho é baseada nas experiências, corpos e vidas masculinas, moldando a imagem ideal de quem deve executar o trabalho e de forma que a incorporação de mulheres, em um primeiro momento, afetaria drasticamente essa

imagem ideal. A isso somamos a presença aberta da população LGB que também estremece as estruturas masculinas historicamente construídas na instituição. Isso pois:

No discurso da comunidade de defesa, a masculinidade é equiparada não apenas à capacidade de vencer uma guerra (ou de ‘prevalecer’, como alguns gostam de dizer quando falam sobre guerra nuclear); também é equiparada à disposição (que eles chamariam de coragem) de ameaçar e usar a força (Cohn, 1993, p. 236).

Assim sendo, o discurso da masculinidade está diretamente ligado à constituição das tropas nas instituições militares e a construção do discurso de segurança nacional. De maneira, se associa que tropas constituídas somente por homens heterossexuais seriam mais fortes e capazes de vencer diante de situações de conflito. Além disso, ainda que baseados em um ideal de masculinidade hegemônica, os homens presentes nas Forças Armadas são capazes de ultrapassar restrições e levantar outras interpretações da masculinidade hegemônica (Carreiras, 2006). Isso ocorre devido ao contato constante e quase exclusivo entre homens, dado a tardia inserção de mulheres nas Forças Armadas e a restrição dessas a determinadas áreas. Nas Forças Armadas, como uma instituição totalizante, o contato constante e diário com homens é traduzido como ‘camaradagem’ se, e somente se, todos esses foram heterossexuais devido à ausência de ameaças a sua orientação sexual, ou seja, devido à ausência de pessoas abertamente LGB.

A camaradagem nas Forças Armadas é, dessa forma, baseada na presença total de homens nessas instituições, fazendo com que as mulheres sejam elementos de exclusão e elementos necessários para a definição de um ‘militar ideal’. O estabelecimento de laços e relações mais íntimas, mas não necessariamente sexuais, com outros homens dentro da caserna somente é permitido devido ao prévio estabelecimento da masculinidade hegemônica em todos os participantes das Forças, bem como do reconhecimento de que todos são heterossexuais. Com isso,

[...] sem sancionar um certo tipo de intimidade, uma que poderia ter conotações sexuais ou eróticas, a forma de companheirismo militar embutida no arquétipo de ‘equipe’ permite e requer outro tipo de intimidade, uma que é reinterpretada para descartar quaisquer significados sexuais possíveis. O mecanismo que permite que a reinterpretação ocorra é o sistema de camaradagem (Carreiras, 2006, p. 42).

O mesmo modelo define e determina o heroísmo, a dureza, a eficiência e a coragem como características necessárias ao militar homem heterossexual, de maneira que as características antônimas estariam ligadas à feminilidade e, conseqüentemente, às mulheres e às pessoas LGB dado que ambos não performariam a masculinidade militar esperada. A entrada das mulheres nas Forças Armadas “impeliu a uma adequação das instituições em

termos físicos e regulamentares” conforme Schwether (2016, p. 49). Apesar disso e das mudanças significativas na estrutura castrense, esse processo não foi rápido e, na verdade, não reverteu as estruturas masculinas e heterossexuais da instituição. Assim:

O caráter essencialmente masculino da função militar contribui com a gênese de identidades e estereótipos sexuais de modo que a exclusão feminina colaborou reafirmando diferenças e reforçando a divisão entre gênero. Reafirmando através dos modelos de operacionalidade das organizações militares o tipo ideal de masculinidade predominante, usando os métodos peculiares de socialização, padrões de disciplina e de autoridade (Alvarez, 2011, p. 39).

O mesmo ocorre com a população LGB que tem sua identidade construída e atribuída em oposição a tudo aquilo que faria parte de uma figura de ‘militar ideal’. A atuação nas Forças Armadas, além de fazer parte do processo de socialização masculina, também faz parte de um processo de diferenciação da orientação sexual, ao promover que somente homens heterossexuais representariam o ‘militar ideal’. Isso fica nítido a partir da tardia inserção de mulheres e na pouca (ou nenhuma) existência de normativas que visem a integração plena da população abertamente LGB.

Além disso, durante a formação militar, os militares são expostos a modelos ‘não-ideais’ e ‘negativos’, geralmente traduzidos em imagens de pessoas LGB e mulheres, associados a não eficácia, fraqueza, não eficiência, covardia e passividade (Carreiras, 2006). Pois, “ser ‘feminizado’ é um mecanismo para deixar os homens desesperados para se tornarem ‘homens de verdade’. No caso do treinamento militar, não é tanto uma questão de não seguir ‘regras de gênero’, mas de não ser homem ‘o suficiente’ para ser um soldado” (Herbert, 1998, p. 61). Assim, mulheres e pessoas LGB são o ‘outro’ sob o qual a identidade militar é construída. Contudo, esses ‘outros’ teriam sua identidade construída de maneiras diferentes. Em relação às mulheres, essas seriam colocadas em dois lugares possíveis⁵⁶: a primeira seria uma associação dessas às qualidades que não pertencem ao ‘militar ideal’ e ao afastamento total do combate; a segunda seria uma associação dessas como objetos de exploração sexual e troféus de guerra (Arkin; Dobrofsky, 1978; Carreiras, 2006; Segato, 2016). Quanto a esse último:

O uso e abuso sancionados de mulheres (e a capacidade de impressionar os outros com suas façanhas sexuais) é um meio comum de confirmar a masculinidade, o poder, a força e a dominância de alguém, removendo qualquer dúvida quanto à própria virilidade em encontros heterossexuais (Arkin; Dobrofsky, 1978, p. 162).

⁵⁶ Segundo Carreiras (2006), as mulheres podem assumir diversos arquétipos diante de uma situação de guerra, no entanto, aqui, destacamos somente dois desses arquétipos.

Assim, o abuso de mulheres é usado como forma de reafirmação da orientação sexual esperada de militares, ou seja, a heterossexual. Ainda, conforme Battisteli (1999, p. 48), “desde sempre os machos se preocuparam em excluir da atividade bélica as suas mulheres, tendendo com a mesma regularidade a incluir nela [guerra] as mulheres dos outros”, especialmente porque em conflitos o abuso de mulheres é um dos instrumentos utilizados para a desmoralização da parte inimiga (Segato, 2016). Isso é reforçado pelo fato de que

O principal ideal de masculinidade que os soldados usaram para explicar a violência sexual foi o do lutador masculino (hetero)sexualmente potente. As ‘necessidades sexuais’ masculinas surgiram como uma força motriz natural, conhecida e dada que exigia ‘satisfação’ das mulheres cujo papel é satisfazer essas necessidades — uma representação da masculinidade [...] que é familiar e similar em muitas outras instituições militares ao redor do mundo (Baaz; Stern, 2009, p. 505).

Diante da exposição a modelos ‘não-ideais’, quando “a não masculinidade é equiparada à ineficácia e passividade; e a masculinidade ao poder e à agressão” (Macdonald, 1987, p. 16), a sexualidade se torna característica fundamental e inerente ao militar. Em concordância com Carreiras (2006, p. 50), a discussão sobre a presença aberta de pessoas LGB nas Forças Armadas é “o exemplo mais recente e marcante da natureza do regime de gênero nas Forças Armadas”. Tendo em vista os países aqui estudados, encontramos que até recentemente existiam dispositivos que buscavam frear a presença de pessoas LGB nas Forças Armadas. No Brasil, o artigo 235 do Código Penal Militar (Brasil, 1969) e na Argentina o artigo 765 do Código de Justiça Militar (Argentina, 1951). Ambos os dispositivos, que somente foram reformulados (no caso do Brasil) e extintos (no caso da Argentina), respectivamente, em 2015 e 2008, levavam a interpretação de que as orientações sexuais diferentes da heterossexual não são compatíveis com o serviço militar, independente do âmbito em que esse era realizado.

4.3.1. Razões para a não inclusão da população abertamente LGB nas Forças Armadas

Dentre os principais argumentos contra a inclusão de pessoas abertamente LGB às Forças Armadas estão: vínculo masculino (1), coesão da unidade (2) e a imagem externa dos militares (3) (Carreiras, 2006). Os três argumentos estão intrinsecamente ligados e se influenciam mutuamente. Além disso, os argumentos partem do pressuposto de que essas pessoas não existiriam dentro da instituição. A quebra ou não formação de vínculo masculino diante da presença de pessoas LGB está diretamente ligada a camaradagem (Carreiras, 2006). O vínculo masculino é o primeiro vínculo que é esperado na formação militar, dado que todos

os futuros militares iniciam do mesmo lugar de formação, levando em consideração a forma de entrada e área escolhida, e integram a mesma instituição por anos até se formarem, logo, todos teriam algo em comum desde o início da carreira militar. Longe do mundo exterior da caserna, geralmente em sistema de internato, os futuros militares somente podem contar uns aos outros, portanto, a integração mútua e a formação de vínculos com os futuros colegas de profissão fazem parte do espírito militar (Castro, 2021).

A construção desses vínculos e do sentimento de ‘time’ faz parte da construção da identidade militar e está relacionada ao fim da atividade militar: a atuação em conflitos. O vínculo masculino é primordial dado a necessidade de trabalhar e atuar em grupos, pois a tropa é constituída pelo conjunto de sujeitos, com somente a unidade de militar não é possível que as Forças exerçam sua finalidade. A presença de pessoas LGB causaria divisões, em primeiro lugar devido às diferentes sexualidades e identidades de gênero e, em segundo lugar, devido ao receio heterossexual de ter sua sexualidade transformada devido à presença de pessoas LGB. Antes disso, dentro desse argumento, há exclusão total de mulheres e demais diversidades sexuais e de gênero que estão inclusas dentro da sigla LGB.

Junto a não formação ou dificuldade de formação de vínculo masculino, encontra-se a coesão da unidade (Carreiras, 2006). Para Barnes (2004), existem dois tipos de coesão: a social e a de tarefas. A primeira é definida como aquilo que mantém os membros de um grupo ligados a esse grupo (Barnes, 2004), já a coesão de tarefas “ênfatiza objetivos compartilhados e dedicação para atingir esses objetivos, e inclui o respeito dos membros pelas capacidades dos outros membros do grupo” (Barnes, 2004, p. 14). Dessa maneira, um grupo com alta coesão seria formado por aqueles que, além de estabelecerem laços de amizade e companheirismo, compartilham de objetivos comuns e são motivados a trabalhar em equipe para atingir esses objetivos em conjunto (Barnes, 2004). O receio das instituições militares é o de que a coesão social pudesse ser quebrada com a presença de pessoas LGB.

Isso se baseia no argumento de que essas não seriam suficientemente capazes de exercer funções militares devido a sua sexualidade (Carreiras, 2004). Além disso, o temor heterossexual se manifesta novamente, pois esses teriam suas orientações sexuais ‘transformadas’ ou seriam coagidos a ‘se transformar’ em uma pessoa LGB, visto que, esses seriam incapazes de controlar desejos sexuais e afetivos e cortejariam, de forma indiscriminada, aqueles militares heterossexuais (D’Araújo, 2010). Assim, a integridade física e moral das tropas estaria em risco diante da presença aberta de uma pessoa LGB. Para Verbicaro Soares *et al.* (2023, p. 183), isso leva à estigmatização das pessoas LGB “como pessoas promíscuas e que não seriam capazes de controlar a libido e seus impulsos sexuais”.

Dessa maneira, a coesão, assim como a criação do vínculo masculino, vitais para a eficácia da atividade militar (Barnes, 2004) não poderiam ser estabelecidas diante da presença de pessoas LGB.

Com relação ao descontrole sexual de pessoas LGB, D'Araújo (2010, p. 56), diante de uma pesquisa realizada com militares brasileiros, aponta que, em contextos heterossexuais, o homem não poderia ser objeto de desejo da mulher, somente o contrário seria possível de ocorrer, de forma que os homens poderiam e seriam capazes de “conter ou domesticar seus impulsos em relação às mulheres”. Por outro lado, o “homossexual seria portador de comportamentos eróticos inoportunos, colocando em risco a coesão e a disciplina militar” (D'Araújo, 2010, p. 56), sendo incapaz de se controlar mesmo diante de companheiros heterossexuais. A situação descrita leva a compreensão de que, nesse último caso, “o homem heterossexual seria objeto de desejo e, paradoxalmente, assim como as mulheres, estaria em situação de vulnerabilidade ao ser desejado sexualmente por um homossexual” (D'Araújo, 2010, p. 56). Ou seja, há “[...] espaço nas forças armadas para acomodar o ‘olhar masculino’, desde que seja direcionado às mulheres [...], tal olhar direcionado aos homens por homens é claramente percebido como ameaçador e objetificante” (Britton; Williams, 1995, p. 2). Assim, pessoas LGB seriam uma ameaça ao equilíbrio das tropas.

A partir disso, destacamos também a fala do ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, em 2002 sobre a reforma do artigo 235 do Código Penal Militar:

Com mais este passo dado em relação à liberalização sexual dentro das Forças Armadas, seria compelido a lutar contra o serviço militar obrigatório. Nenhum pai estaria tranquilo ao saber que seu filho, durante cinco dias de acampamento, foi obrigado a dormir numa minúscula barraca com um recruta homossexual sem poder reclamar, pois se assim procedesse seria punido por crime de discriminação sexual! [...] Conta-se que um comandante da Marinha inglesa, precocemente pedira transferência para a reserva, e indagado sobre o motivo, já que tinha tudo para uma longa carreira, respondeu: ‘Quando entrei para a Marinha, o homossexualismo [sic] era proibido, agora passou a ser tolerável, vou embora antes que se torne obrigatório’ (Pereira, 1997, *apud* D'Araújo, 2003b, p. 80).

A dinâmica da barraca, bem como a dinâmica em alto mar⁵⁷, são reiteradamente consideradas como exemplos de situações extremas de compartilhamento de privacidade e solidão entre homens heterossexuais, sendo incompatíveis com a população LGB. Essas dinâmicas seriam “uma situação desestabilizadora em que as características do homossexual poderiam ser realçadas, deixando o parceiro numa situação angustiante ou ‘desprotegida’” (D'Araújo, 2010, p. 57). Isto é, há o medo constante daqueles não LGB de serem

⁵⁷ Nessa situação, os militares podem passar meses sem nenhum outro tipo de contato além dos próprios colegas.

constrangidos e coagidos pela sexualidade de pessoas LGB.

Por outro lado, no entanto, segundo Figueiredo (2008), os militares que se identificavam como LGB, ainda que de forma privada, passavam por constantes constrangimentos e assédios vindos de militares abertamente heterossexuais. Além disso, muitos desses mantinham uma vida dupla diante das Forças Armadas, ou seja, publicamente se assumiam como heterossexuais, constituíam família com o gênero oposto, mas, de forma privada, mantinham relações afetivas-sexuais com pessoas do mesmo gênero dentro e fora da caserna (Figueiredo, 2008; Verbicaro Soares, 2023).

Como último argumento, tem-se a mudança da imagem externa das Forças Armadas (Carreiras, 2006). A instituição representaria a passagem de ‘meninos’ para homens, emanando masculinidade hegemônica e atributos necessários a qualquer ‘homem verdadeiro’ como coragem, força, racionalidade e bravura. A partir do momento em que pessoas LGB pudessem integrar as tropas de maneira aberta, essa imagem seria revertida, dado que pessoas LGB representam o contrário de todas essas características. Nota-se também a exclusão de mulheres em geral, visto que as características essenciais para a formação militar são consideradas inerentemente masculinas. Além disso, “o reconhecimento público de que as Forças Armadas não são uma instituição estritamente heterossexual far-lhe-ia perder a capacidade de atribuição da identidade masculina” (Carreiras, 2004, p. 70), levando a perda de posições hegemônicas diante da sociedade, ou seja, fazendo com que as Forças Armadas não fossem mais vistas como uma instituição estritamente heterossexual.

Diante disso, tem-se que, sob o manto da masculinidade hegemônica, as instituições militares tendem a desejar manter a total autoridade de homens heterossexuais enquanto excluem os demais grupos que não estão dentro da norma heterossexual, como a população LGB. Carreiras (2006) também aponta para uma maior aceitação da população abertamente LGB nas Forças Armadas por parte das mulheres, dado que somente recentemente puderam ser integradas à instituição.

4.3.2. A capa da invisibilidade e neutralidade da heterossexualidade

Tomando como exemplo o caso de Laci Araújo e Fernando Alcântara, temos que pessoas LGB sempre serviram às Forças Armadas (Figueiredo, 2008), embora, em sua grande maioria, não o tenha feito de maneira aberta. Isso devido ao caráter conservador e heterocisnormativo da instituição. Assim, a resistência à integração da população LGB nas Forças Armadas se dá pelo receio de que sejam abertamente LGB em uma instituição que

reiteradamente se apoia em ideais de masculinidade hegemônica que se afasta das dissidências sexuais e de gênero. A consolidação das Forças Armadas como uma instituição de gênero, fundada em valores masculinos e heterossexuais, que se afasta de valores considerados femininos e que se posiciona contra a entrada de pessoas LGB, por meio de códigos militares, perseguições e repressões é mais uma “maneira de manter as Forças Armadas como uma província de homens heterossexuais com características definidoras de gênero” (Segal, 1999, p. 576).

A resistência da caserna à plena participação da população LGB “reflete um privilégio institucional de um certo tipo de soldado - o homem heterossexual” (Britton; Williams, 1995, p. 2), reforçando as estruturas de gênero e sexualidade. Essas somente se tornaram ‘visíveis’ sob a presença de pessoas abertamente LGB, dado que fugiriam da norma posta que naturaliza e invisibiliza questões de gênero e sexualidade. Essa naturalização ocorre devido à normalização da heterossexualidade. Com isso, a presença de pessoas abertamente LGB nas Forças Armadas é vista como uma ameaça ao soldado ideal e ao desempenho da tropa. Restrições veladas à participação de pessoas abertamente LGB institucionalizam uma predileção pela heterossexualidade, pois essa supostamente protege e promove a ordem social nas Forças Armadas (Britton; Williams, 1995). Essas questões apontam para o caráter relacional do gênero e da sexualidade visto que, diante da masculinidade hegemônica, a relação entre a heterossexualidade e as demais diversidades sexuais é central e tem grande carga simbólica (Connell, 1992).

Ao institucionalizar a heterossexualidade, a caserna afirma que as dissidências sexuais e de gênero são questões que não devem ser abordadas na instituição, dado que o trabalho das Forças é relacionado a segurança da Nação (Hooper, 2001; Sjoberg, 2009; Tickner, 2001; Via, 2010). O gênero e a sexualidade são intrínsecos ao ser humano (Herbert, 1998) e, ao classificar somente as dissidências sexuais e de gênero como questões a serem abordadas fora dos muros construídos pelas instituições militares, veste-se uma verdadeira ‘capa da invisibilidade e da neutralidade’ na conformidade de gênero e sexualidade, qual seja, a heterossexualidade. Existe, dessa forma, uma compreensão e categorização do “universo das orientações sexuais a partir de uma ótica centrada em uma heterossexualidade estereotipada considerada dominante e normal não apenas como estatística, mas principalmente no sentido moralizante do termo” (Jesus, 2013, p. 366). Com isso, estabelece-se que somente a sexualidade heterossexual deve ser pública, dado que se assume que todos os indivíduos estão dentro desse espectro (Herbert, 1998). Assim, essa capa obstaculiza a presença aberta das sexualidades dissidentes da norma nas Forças Armadas.

Por conseguinte, a população LGB é coagida a manter privada a sua orientação sexual, por ser divergente da orientação sexual definida como ‘normal’, ou seja, a identidade heterossexual. O contrário não ocorre, dado que a masculinidade hegemônica é pautada na afirmação constante da heterossexualidade, ou seja, aqueles sujeitos heterossexuais são considerados sujeitos a parte, neutros e naturais, não fazendo parte das hierarquias de gênero. Essa questão se torna ainda mais latente no que diz respeito aos locais de trabalho, em que há o estabelecimento tácito de que a sexualidade deve ser mantida de forma privada (Herbert, 1998). No entanto, levantamos a questão de que somente determinadas sexualidades, como as da população LGB, devem ser mantidas privadas por não estarem dentro da norma, especialmente porque “todos os aspectos da sexualidade incluem a expectativa de que toda sexualidade seja heterossexual” (Herbert, 1998, p. 62). Além disso, “Os militares [LGB] se ressentem pelo apagamento de seus valores e identidades profissionais em um contexto que insiste em privilegiar uma normatização da vida privada” (Costa, 2015, p. 146), mas somente daqueles que não estão dentro do espectro da masculinidade hegemônica heterossexual.

Assim, apontamos para a capa da invisibilidade e da neutralidade vestida pela heterossexualidade que “por ser uma parte tão dominante da organização social, ela se torna, em certo sentido, invisível [e neutra]” (Herbert, 1998, p. 62). No ambiente de trabalho, como as Forças Armadas, essa capa é ainda mais reforçada pois tudo aquilo que foge da norma esperada é considerado irracional, desordenado e não útil ou incapaz de realizar o trabalho militar. Por isso, afirmamos que a sexualidade, assim como o gênero, estrutura as interações sociais dentro das Forças Armadas. Assim, alguns locais de trabalho, como as Forças Armadas, são considerados inadequados para aqueles que não estão dentro do espectro esperado. Dentro das instituições militares reifica-se a posição de homens heterossexuais como dominante e mais adequada à realização de atividades (Schwether; Pagliari, 2018). Dunivin (1997, p. 12) aponta que, enquanto as instituições militares mantiverem a associação de que guerreiros devem ser homens heterossexuais, elas “resistirão veementemente à integração de gays [LGB] [...], porque os gays [LGB] são vistos por muitos como anomalias morais que não se encaixam na imagem (ou paradigma) dos militares de combatentes masculinos”. Dessa forma, a naturalização da heterossexualidade condiciona os demais indivíduos a exclusão por não estarem em conformidade com os preceitos tácitos que regem as Forças Armadas.

Nessas instituições, para os homens heterossexuais, a produção e reafirmação reiterada da masculinidade se torna inerente a atuação profissional, visto que

Este processo funciona em um nível social, onde os homens heterossexuais

são pressionados por pares e padrões sociais para se conformarem a certos padrões comportamentais, e em um nível psicológico, onde os homens heterossexuais internalizam esses padrões e sentem ansiedade de que não conseguirão corresponder ao seu papel. A fonte dessa ansiedade é o medo de perder o senso de si mesmo, ou identidade, como um homem heterossexual (que é equivalente à identidade de um homem como pessoa) (Herek, 1986, p. 567).

O receio da perda do senso de si é acompanhado pelo receio da perda da identidade profissional militar. Dessa forma, a identidade heterossexual é reafirmada a partir da aversão às identidades dissidentes dessa. Herek (1986, p. 570) ainda afirma que “Membros de grupos dominantes normalmente pensam em si mesmos não como elites, mas como ‘normais’ [...]”, de forma que, no caso de homens heterossexuais, há a criação da imagem de que esses são neutros em relação às questões de gênero e sexualidade. No entanto, conforme mais pessoas LGB se “afirmam publicamente suas identidades, a normalidade sexual começa a incluir tanto homo quanto heteroerotismo, e mais pessoas na maioria dominante devem conscientemente se rotular como heterossexuais em vez de tomá-lo como garantido” (Herek, 1986, p. 570-571) retirando da heterossexualidade a capa da invisibilidade e da neutralidade.

Isso se dá pois “o quadro binário do sexo, por sua vez, depende de uma suposição inquestionável de uma heterossexualidade ‘natural’” (Hoogland, 1995, p. 477) e normal. Há um esforço para que se mantenha a imagem do homem atrelada à masculinidade, dentro das Forças Armadas isso se traduz na figura fundamental e basilar do homem como guerreiro e masculino. “Concebido a partir do entendimento de que a atividade básica das forças armadas é o combate, logo, o serviço militar seria uma atividade masculina” (Schwether, 2020, p. 40). Existe nas Forças Armadas, dessa forma, um constante culto à masculinidade hegemônica, reificando-a e aprofundando “estereótipos que sugerem, por exemplo, que os homens são mais disciplinados, mais aptos fisicamente, possuem maior controle emocional e são mais inteligentes” (Schwether, 2020, p. 41), sendo os mais aptos para atuarem nas Forças Armadas em contraposição àqueles que fazem parte da população LGB. A partir disso, há uma resistência à integração desses últimos por serem considerados não-aptos, dado que não estariam no espectro da masculinidade hegemônica militar desejada.

4.3.3 A masculinidade hegemônica e pessoas abertamente LGB nas Forças Armadas

Outro argumento para a manutenção das estruturas de gênero e sexualidade e não integração da população abertamente LGB às Forças está fundado na suposta falta de voz de comando que essas teriam frente a tropa, como exemplificado no depoimento do general

Raymundo Nonato de Cerqueira (Britton, Williams, 1995; Tropa [...], 2010; Verbicaro Soares, 2021). Isso é baseado na justificativa de que os demais militares não acatariam e cumpririam ordens de um militar LGB “de hierarquia superior, uma vez que, supostamente, pessoas de orientação homossexual [dissidente] não têm moral estabelecida ou tem uma moral duvidosa, o que significa que colegas militares não aceitam ser liderados por uma pessoa gay ou lésbica [LGB]” (Verbicaro Soares, 2021). Ou seja, pessoas LGB como oficiais não inspirariam respeito e não poderiam coordenar tropas, o que prejudicaria a coesão e a criação de vínculos. Concordamos com Britton e Williams (1995, p. 13):

A conquista da disciplina e eficiência militares é promovida pelo privilégio militar da heterossexualidade. A repressão da homossexualidade ofusca o homoerotismo já presente no contexto militar, purificando os laços entre os homens. Presumivelmente, o vínculo se tornaria suspeito se os soldados soubessem que havia homens gays nas fileiras. Em um cenário em que as conexões entre os homens são vistas como cruciais para atingir a missão militar e em que a masculinidade é sinônimo de heterossexualidade, a presença de homens abertamente gays parece intolerável.

Junto a isso, tem-se que, no âmbito militar, além da comparação do militar ao soldado salvador da nação que fará de tudo para proteger seu país, “qualquer sinal de fraqueza, vulnerabilidade ou mesmo sensibilidade é interpretado como um sinal de homossexualidade, que é sinônimo de masculinidade fracassada” (Britton; Williams, 1995, p. 14). A base dessa comparação parte da construção da cultura do nacionalismo que

[...] é construída para enfatizar e ressoar com temas culturais masculinos. Termos como ‘honra’, ‘patriotismo’, ‘covardia’, ‘bravura’ e ‘dever’ são difíceis de distinguir como nacionalistas ou masculinistas, pois parecem tão profundamente ligados à nação e à masculinidade. A ‘microcultura’ da masculinidade na vida cotidiana (independência, coragem, força) articula-se muito bem com as demandas do nacionalismo, particularmente seu lado militarista (Nagel, 2019, p. 295).

As estratégias e estruturas nacionalistas corroboram na atualização e perpetuação da masculinidade hegemônica, bem como dos privilégios advindos dessa (Enloe, 1993). As falhas e fracassos na masculinidade não são compatíveis com a carreira militar, especialmente porque “[...] uma vez que uma guerra é amplamente definida como uma questão de ‘dever’, ‘honra’, ‘patriotismo’, uma defesa da ‘liberdade’ [...], então a resistência para muitos homens (e mulheres) se torna uma questão de covardia e desonra” (Nagel, 1998, p. 259) para si e para a Nação a ser protegida. Dessa forma, como a não-masculinidade é associada às pessoas LGB e falhas na masculinidade são inadmissíveis, tem-se que, mesmo de forma implícita, há um rechaço a presença da população LGB nas Forças Armadas.

Também existem reações distintas quanto à presença de homens gays e mulheres

lésbicas. De um lado, homens gays desafiam diretamente o ideal de masculinidade hegemônica, de forma que sua restrição ao serviço militar ampara a manutenção do status heterossexual da instituição e permite outro tipo de estabelecimento de relações entre homens que se afastam da homoafetividade e do homoerotismo (Britton, Williams, 1995; Carreiras, 2006). Por outro lado, no que diz respeito a presença de mulheres lésbicas, há uma dupla ameaça ao militar ideal: o gênero (feminino) e a sexualidade (lésbica). A dupla ameaça vai ao encontro do propagado pela masculinidade hegemônica que aponta para a feminilidade inerente de mulheres e essas, por estarem no serviço militar, poderiam ser vistas como mais masculinas, ameaçando as estruturas de gênero e sexo (Britton, Williams, 1995; Carreiras, 2006). Mais, mesmo que essas mulheres não se identifiquem como lésbicas, ainda são identificadas como tal por desafiam a masculinidade e se inserirem em uma instituição historicamente masculina (Herbert, 1998)⁵⁸. De tal modo que:

Políticas que restringem a participação de mulheres nas forças armadas também são baseadas no desejo da organização de proteger e projetar sua imagem masculina. Assim como os homens gays, todas as mulheres ameaçam a viabilidade dessa imagem popular quando realizam com sucesso os feitos definidos como masculinos (Britton; Williams, 1995, p. 15).

As noções de feminilidade e masculinidade, definidas social e culturalmente, têm o papel de garantir a conformidade dentro das normas e constranger todos aqueles que saem ou ultrapassam as normas. As mesmas noções estão dentro das Forças Armadas, pois as regras sobre a ocupação de cargos dentro dessas instituições são baseadas em concepções de gênero (Herbert, 1998), a exemplo, tem-se a restrição de acesso de algumas armas dentro do Exército para as mulheres no Brasil. Essas noções são ainda mais fortes nos casos em que há o alistamento militar obrigatório, pois as Forças representam a identidade masculina ideal e são a forma mais nítida de demonstração da masculinidade hegemônica.

Essas noções deixam nítido que “gênero e sexualidade estão interligados de tal forma que noções de adequação em um são usadas para reforçar o outro” (Herbert, 1998, p. 2). Além disso, concordamos com Herbert (1998, p. 7) ao afirmar que as Forças Armadas são “uma ‘instituição de gênero’ porque o trabalho de ser um soldado não é apenas sobre a guerra, mas sobre ser ‘um homem’”. Devido ao entrelaçamento de gênero e sexualidade, segundo Herbert (1998), há duas principais maneiras em que a sexualidade promove o fortalecimento do gênero. A primeira é a determinação de quais condutas são adequadas para cada gênero (Herbert, 1998) a partir do binarismo de gênero, ou seja, quais condutas homens devem ter

⁵⁸ Herbert (1998, p. 21-22) ainda aponta para outras questões quanto a entrada de mulheres nas Forças Armadas ao mencionar que “ser percebida como ‘muito feminina’ pode significar ser percebida como incompetente ou fraca, enquanto ser percebida como ‘muito masculina’ pode significar ser percebida como lésbica”.

para serem compreendidos como ‘homens verdadeiros’ e quais condutas mulheres devem ter para serem compreendidas como ‘mulheres verdadeiras’. A segunda está ligada a primeira e está relacionada à orientação sexual pois:

Em mulheres, feminilidade implica heterossexualidade, enquanto masculinidade implica homossexualidade. Isso pode funcionar de forma oposta também. Uma mulher conhecida por ser lésbica pode ser considerada como possuidora de mais traços masculinos do que sua contraparte heterossexual (Herbert, 1998, p. 117).

Dessa maneira, atribuições de gênero são usadas para deduzir atribuições de sexualidade e vice-versa. Por isso que a “camaradagem e coesão da unidade são vistas como objetivos principais do processo de treinamento” (Herbert, 1998, p. 17) e a população LGB impediria que esses objetivos fossem alcançados, ainda que não existam fatos de que a sua presença seja capaz de minar a disciplina, a coesão e a moral da tropa (Rocha, 2011). Além disso, parece haver uma incongruência entre ser militar e ser LGB no nível identitário, dado que os interesses e características de cada uma das identidades são postos como conflitantes, excludentes e antagônicos. Assim, não haveria como um único indivíduo ser portador das duas identidades (Carreiras, 2004). Os debates levantados por Herbert (1998) e Carreiras (2004; 2006) apontam a grande importância da masculinidade para a identidade militar, demonstrando que a possível presença de pessoas abertamente LGB nas Forças Armadas levantaria uma ansiedade sexual e de gênero daqueles que buscam constantemente se afastar da homoafetividade.

É por isso que:

Ao contextualizar as relações de gênero na caserna, compreendemos o meio militar como masculino, não só pela maioria de seus componentes, mais também pelas atitudes, rituais e comportamentos que foram construídos e internalizados, ao longo dos séculos, e se naturalizaram e definem a profissão militar (Passos, 2013, p. 76).

A presença da população abertamente LGB nas Forças Armadas desafia o paradigma historicamente construído nas instituições militares e na sociedade em geral através da definição de uma hierarquia de gênero e de sexualidade e da determinação de papéis e características associadas ao feminino e ao masculino. Para Schwether e Steiner (2022, p. 121), existe um esforço para manter as Forças Armadas afastadas e imunes às mudanças da sociedade, isso “fundamenta-se em seu paradigma basilar do guerreiro masculino, que é, ao mesmo tempo, conservador e excludente. Concebido a partir do entendimento de que a atividade básica das forças armadas é o combate, o serviço militar seria, portanto, uma

atividade masculina”. Essa concepção acabou sendo enraizada na cultura militar (Dunivin, 1997; Passos, 2013; Schwether; Steiner, 2022).

Como bem demonstra Costa (2015, p. 32), a aversão a população LGB ultrapassa apenas o local de trabalho, de forma que:

A simples presença de um homem que se identifique como gay [ou que se identifique como LGB] ainda incomoda diversos companheiros de farda. Ser amigo de um gay na caserna, para muitos, ainda é uma atitude longe de ser considerada. Destaco aqui, de forma sintetizada, dois pensamentos comuns que escutei inúmeras vezes dentro dos quartéis: ‘Eu não tenho nada contra gay, só não quero perto de mim’ e ‘Eu odeio gay, não quero perto de mim’. [...] De uma maneira geral, os integrantes da Força ainda se sentem desconfortáveis em conviver com indivíduos gays [LGB].

Ou seja, devido à instituição militar ser uma instituição totalizante em que as identidades ultrapassam o local de trabalho e se espalham por todo o cotidiano daqueles que a integram, se torna inconcebível ser militar e ter algum tipo de proximidade com identidades que não são heterossexuais. Isso nos leva ao ponto de que “Barreiras institucionais e interpessoais derivam, pelo menos em parte, de uma ideologia de gênero que vê o serviço militar como domínio dos homens e que afirma a masculinidade como um mecanismo pelo qual os homens se tornam soldados” (Herbert, 1998, p. 6). Dessa maneira, apontamos que as Forças Armadas são uma instituição baseada no androcentrismo, a partir da lealdade a ordem concebida como masculina por meio do binarismo de gênero e no heterocentrismo. Por isso que o processo de ‘saída do armário’⁵⁹ é dificultoso, pois:

Ao aderir a visões estereotipadas de homens gays, os militares conseguiram usar a homofobia para exigir que os recrutas homens mostrassem apenas sua força e sua agressividade e para garantir que aqueles que não ‘se encaixassem’ fossem totalmente condenados ao ostracismo por seus pares (Herbert, 1998, p. 79).

⁵⁹ Compreendemos o armário como o conjunto de normas, medidas e disposições que estabelecem o âmbito público como heterossexual e cisgênero mantendo as dissidências de gênero e sexo no âmbito privado (Cabral Filho, 2019; Sedgwick, 2007; Seffner, 2015). Sedgwick (2007, p. 21) expõe que “A epistemologia do armário não é um tema datado nem um regime superado de conhecimento. Embora os eventos de junho de 1969, e posteriores, tenham revigorado em muitas pessoas o sentimento de potência, magnetismo e promessa da autorevelação gay [LGB], o reino do segredo revelado foi escassamente afetado por Stonewall. De certa maneira, deu-se exatamente o oposto. Para as antenas finas da atenção pública, o frescor de cada drama de revelação gay (especialmente involuntária) parece algo ainda mais acentuado em surpresa e prazer, ao invés de envelhecido, pela atmosfera cada vez mais intensa das articulações públicas do (e sobre o) amor que é famoso por não ousar dizer seu nome”. Além disso “Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays [LGB] há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. [...] Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição” (Sedgwick, 2007, p. 22). Concordamos com Cabral Filho (2019, p. 64) ao dizer que “O armário não é um mero território do não dito – *permanecer em silêncio sobre a própria sexualidade* e *estar no armário* não são sinônimos –, mas um silêncio constituído e alimentado no interior de um sistema de opressão. Só há armários em sociedades que marginalizam, rejeitam, patologizam certas formas de construção da sexualidade”.

O ostracismo, bem como as perseguições, são comuns quando um indivíduo militar decide se abrir quanto a sua orientação sexual. A exemplo disso, mencionamos o estudo de Brito Jr. (2018) com um coronel (homem, cisgênero e homossexual) da reserva do Exército Brasileiro que afirma “[...] Mas assim, eu fui levando, e, na verdade, eu sobrevivi, em termos de sexualidade, porque lá dentro você tem que viver como uma outra pessoa, você não pode demonstrar nada ou não pode nem olhar muito para determinada pessoa ou para alguém [...]” (Coronel da reserva, 2018 *apud* Brito Jr., 2018, p. 45). A ‘escolha’ por viver como outra pessoa, sem deixar explícita a real identidade, não é feita de maneira arbitrária, mas sim levando em consideração a provável retaliação e a não construção de uma carreira dentro das Forças Armadas. Isso pois, “o processo da visibilidade e do enfrentamento de possíveis consequências decorrentes de uma *revelação* diante de algumas ou várias pessoas e/ou contextos diferenciados configura-se, em muitos casos, problemático e contingencial” (Seffner; Duarte, 2015, p. 69).

Ainda que as identidades sejam múltiplas, dentro das Forças Armadas, por serem uma instituição totalizante (Castro, 2007), a identidade militar tem a tendência de se sobressair sobre as demais, ocupando todas as esferas de vida de um mesmo indivíduo. No caso do Coronel, suas identidades LGB e militar, não lhe causavam nenhuma controvérsia, porém, para os colegas militares, a partir do momento em que passavam a desconfiar da sexualidade do Coronel, imputaram-lhe represálias e perseguições:

[...] eu acho que até na época ali de capitão ou major, então até os idos de 2004, 2005, eu acredito que recebi muita... não é pressão não... represália, pelo fato de eu ser gay, entendeu? Não era uma coisa explícita, mas era assim, você me cortar o curso que eu estava a fim de fazer, era você não me promover, se eu pisasse na bola eu levava punição, e isso aconteceu algumas vezes, entendeu? Coisa que se acontecesse com alguma outra pessoa qualquer, e coisa que eu vi acontecer, então por exemplo, fulano fez isso, ‘Ah, mas ele é filho de general, é hétero e tal...’ O cara nem era punido, mas comigo, se eu deixei a bola cair, deixei a peteca cair ali, acabou, toma punição (Coronel da reserva, 2018 *apud* Brito Jr., 2018, p. 46).

As perseguições eram veladas, como também aponta Costa (2015), que também entrevistou militares brasileiros, visto que pessoas LGB são vistas, “em geral, como portadores[as] de um desvio de comportamento que ameaça o bom funcionamento técnico e moral da corporação militar ou das instituições como um todo” (D’Araújo, 2003a, p. 72). Junto a isso e no que diz respeito ao processo de ‘saída do armário’ Costa (2015, p. 33):

O ambiente [militar] se torna hostil para o homossexual, fazendo com que ele simule uma identidade de gênero hegemônica e tenha verdadeiro pavor de ser descoberto por outro militar. Não é incomum que o homossexual que saia do armário - ou indivíduo que apresente um comportamento mais

distante do protótipo de masculinidade - sofra retaliações por conta de sua orientação sexual.

A decisão por também viver uma vida dupla, tomada por indivíduos LGB na caserna, parte então de uma não escolha. Isto é, pelo receio de não conseguir consolidar uma carreira nas Forças Armadas, sofrer perseguições, retaliações ou outras demonstrações de LGBfobia, indivíduos LGB elegem que a melhor maneira de seguir nas Forças é omitindo sua sexualidade. No caso de Laci Araújo e Fernando Alcântara, a escolha de tratar do relacionamento publicamente ocasionou o fim da carreira militar (Figueiredo, 2008). No caso do Coronel da Reserva, entrevistado por Brito Jr. (2018), houve a decisão de declarar sua família como dependentes (cônjuge e filho) em 2016, poucos anos antes de passar para a reserva e com uma carreira já consolidada, devido ao receio de não conseguir permanecer na carreira militar. A não escolha de publicizar sua orientação sexual é comum, “portanto, o *closet* [armário] não é uma escolha individual, e a decisão de sair dele tampouco depende da ‘coragem’ ou ‘capacidade’ individual. Em contextos heterossexistas, ‘assumir-se’ pode significar a expulsão de casa, a perda do emprego ou, em casos extremos, até a morte” (Miskolci, 2009, p. 172), que, como os casos acima demonstram, são comuns. “Assim, a homofobia interage com a ideologia de gênero para garantir que o exército [as Forças Armadas] continue[m] a ser uma instituição predominantemente masculina, tanto em termos numéricos como ideológicos” (Herbert, 1998, p. 79).

Com isso,

A exclusão ou a obstrução ao ingresso de homossexuais [LGB] nos contingentes do Exército, Marinha e Aeronáutica não tem apenas o condão de estigmatizá-los do convívio social, desafia o próprio conceito de cidadania ao impedir a permanência de homens e mulheres em Instituições destinadas à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, em razão de sua orientação sexual. Usurpação odiosa, inadmissível nos Estados Democráticos, tem o condão de negar ao homossexual seu status *civitatis* por destituir-lhe a possibilidade de participar e servir-se das instituições estatais, erigindo-o à condição de cidadão de segunda categoria (Rocha, 2011, p. 143).

Levando em consideração que, em nenhum dos dois países analisados, existem proibições legislativas, as perseguições ainda acontecem, pois “A heteronormatividade na caserna ainda é tão intensa, que a despeito da mudança de legislações e determinações institucionais, descobrir que um colega de farda é gay é motivo de exaltação nos quartéis” (Costa, 2020, p. 6). No entanto, em ambos os países também não existem legislações que busquem validar a presença de pessoas abertamente LGB nas Forças Armadas. A Argentina avançou em um grau maior que o Brasil no assunto, ao mencionar em um dos documentos

oficiais (*Equidad de Género y Defensa: Una Política en marcha*) práticas relacionadas à orientação sexual tomadas no âmbito das Forças Armadas. Grande parte das menções é voltada a treinamentos e capacitações que visem integrar essas questões no cotidiano da caserna e a tratados ou organizações internacionais, não necessariamente no âmbito da defesa, em que a Argentina faz parte. Também são mencionadas as Leis de Matrimônio Igualitário (Lei n.º 26.618) e Identidade de Gênero (Lei n.º 26.743).

A partir da análise feita ao documento *Equidad de Género y Defensa: Una Política en marcha* depreende-se que há uma atenção, ainda que insuficiente, às questões relacionadas à população LGB nas Forças, por meio do fornecimento de cursos, formações e glossários que visam informar os integrantes heterossexuais e cisgêneros das Forças e integrar da melhor maneira a população abertamente LGB na instituição. Ainda quanto a publicação *Equidad de Género y Defensa: Una Política en marcha*, sua 8ª edição destaca-se o ideal nacional *La Patria es el Otro* lançado pela presidenta Cristina Kirchner (Argentina, 2014) que, para Schwether (2016, p. 133) faz parte da mudança de paradigma das Forças Armadas, sustentando que “o outro constitui um insumo imprescindível para a construção do todo e, por essa razão, deve ser interpretado como um elemento inclusivo e igualitário, ou seja, um aspecto de completude e não de exclusão”. Essa mudança de paradigma se fez essencial para a transversalização das questões de gênero na defesa na Argentina. Bem como a eliminação do serviço militar obrigatório, permitindo que qualquer indivíduo possa se integrar às Forças, “com isso o serviço militar deixou de representar um rito de passagem masculino, pelo qual todos os homens da nação deveriam se submeter, e passou a representar uma oportunidade para os jovens de ambos os sexos” (Schwether, 2016, p. 132), passo que ainda é necessário ser tomado pelo Brasil para o avanço das questões de gênero e sexualidade nas Forças Armadas.

Outra tomada de decisão do Ministério da Defesa da Argentina foi a abertura de todos os âmbitos das Forças Armadas ao contingente feminino por meio da Resolução Ministerial n.º 1143 de 2011 (Argentina, 2020b). A partir dessa resolução, as mulheres não tiveram mais nenhuma restrição de área a ser escolhida, derrubando “a última barreira legal que impedia a mulher de desenvolver-se profissionalmente no âmbito castrense, possibilitando que no futuro ela esteja apta a alcançar postos de comando e intervir nos processos de tomada de decisão em condições de igualdade” (Schwether, 2016, p. 138). Embora os avanços argentinos nas questões de gênero sejam notáveis, em comparação ao Brasil, ainda há uma grande distância a ser percorrida até que a população LGB não sofra mais retaliações.

No Brasil, não houve nenhuma ação voltada à população LGB nas Forças Armadas, ainda que tenha sido criada uma Comissão de Gênero no Ministério da Defesa, não existem

menções a população LGB nas Memórias de Reunião. Os avanços na incorporação de mulheres às Forças Armadas deixam nítido que o acesso dessas a instituição tem uma maior facilidade de assimilação do que da população LGB, ainda que não possam acessar todos os âmbitos da instituição. No caso do Brasil, ainda que não existam regulamentos que proíbam a entrada e permanência de pessoas LGB nas Forças, essas são constantemente expostas a constrangimentos como forma de impedir a entrada na instituição. A exemplo disso, tem-se que em 2015 houve divulgação indevida das fotos e da ficha de alistamento, por militares, contendo dados pessoais de uma adolescente transgênera que, após a divulgação, passou a sofrer perseguições constantes e tratamento preconceituoso, resultando na sua mudança de endereço (Araújo, 2015).

Devido à associação da feminilidade a indivíduos LGB e da masculinidade a indivíduos não LGB, as identidades LGB e militar são consideradas identidades opostas para aqueles heterossexuais militares. Essa associação, dentro das instituições militares, finda por designar os homens heterossexuais como os únicos guardiões legítimos da Nação (Badaró, 2015). Badaró (2015, p. 89) ainda aponta que

A socialização militar, por exemplo, subordina características físicas e psicológicas, bem como interesses e motivações pessoais, à posição hierárquica do indivíduo dentro da instituição militar. Desejos pessoais desprovidos de valores coletivos correm o risco de serem percebidos como uma ameaça à coesão institucional ou uma indicação de “espírito militar” insuficiente.

Ou seja, a população LGB por si só seria parte de uma ameaça ao espírito militar por portar ‘desejos pessoais individuais’ que iriam contra o desejo geral da tropa. Esses desejos pessoais individuais são traduzidos como a orientação sexual dissidente daquela posta como normal. O que temos é que, mesmo com a extinção do Código argentino e a reescrita do artigo 235 do Código brasileiro, parece permanecer no *ethos* militar, de ambos os países, a incongruência da identidade LGB com o serviço militar devido ao rechaço e perseguições veladas às pessoas que publicizarem sua orientação sexual na caserna. No entanto, destacamos que promover a incorporação da população abertamente LGB às Forças Armadas não significa alterar o *ethos* militar. Enquanto as Forças Armadas forem vistas como domínio masculino e heterossexual, as pessoas LGB serão vistas como os ‘outros’ e terão sua presença coibida dentro das Forças. Isso levará a um movimento cíclico que perpetuará a hierarquia e o sistema de gênero e sexo, valorizando somente aqueles que são heterossexuais.

Concordamos com o exposto por Herbert (1998, p. 124-125):

Ao ilustrar que fazemos escolhas conscientes sobre como promulgar gênero, seja em direção à feminilidade ou à masculinidade, forneci evidências que

apoiam a alegação de que criamos e recriamos ativamente o gênero. Ao fazer isso, também garantimos que noções sociais mais amplas de gênero sejam mantidas. Por sua vez, garantimos a hegemonia da heterossexualidade.

A partir disso, apontamos que as questões relativas à sexualidade nas Forças Armadas são um não-assunto, visto que não se é considerado que pessoas LGB desejem ou integrem de fato as Forças Armadas. O discurso contra a integração da população abertamente LGB prevalece na caserna, pois a masculinidade hegemônica heterossexual é constante e historicamente exaltada (Costa, 2015). Esse discurso permanece porque as Forças Armadas mantêm os fundamentos basilares que, ainda que mudem de formato, são pautados na figura do soldado homem salvador da Nação. Isso pois, o que preserva e conserva a estabilidade desses fundamentos é a ideologia construída através das décadas e o sistema próprio de hierarquia e controle (Jesus, 2013; Mintzberg, 1983). Por isso que “grupos socialmente discriminados sofrem ações institucionais de exclusão [...]. Há um esquecimento sistemático da existência do outro e de suas particularidades” (Jesus, 2013), pois o outro é não-natural e fora da norma.

A sexualidade, dentro das Forças Armadas, somente se torna uma questão no caso de indivíduos abertamente LGB pois se assume previamente que todos os integrantes da instituição são heterossexuais. A ausência de pessoas abertamente LGB que integram as Forças Armadas não é devido a sua ausência na caserna, pelo contrário, o receio da ‘saída do armário’ as impede de viver sua sexualidade de maneira aberta dentro da instituição, assim como fazem pessoas heterossexuais. Enquanto as Forças Armadas forem vistas e alocadas como um domínio de homens heterossexuais, os demais indivíduos que não se encaixam nessa norma serão compreendidos como ‘outros’ e terão sua integração dificultada, perpetuando a hegemonia masculina heterossexual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa dissertação é analisar a presença da população abertamente LGB nas Forças Armadas da Argentina e do Brasil no século XXI. A hipótese levantada foi a de que as Forças Armadas de ambos os países, devido à masculinidade hegemônica, veem a não normatividade heterossexual como empecilho ao trabalho militar. Também levantamos a hipótese de que as disposições militares, além de reforçarem a exclusão de pessoas LGB, postulam que essas não devem tratar abertamente da própria orientação sexual. Ao longo do estudo, ambas hipóteses foram confirmadas.

O caminho trilhado para a confirmação das hipóteses partiu inicialmente da compreensão da formação da identidade. A identidade é relacional e é formada através da percepção que o indivíduo tem de si e do ambiente em que se encontra inserido e através da percepção que o ambiente tem desse indivíduo. Dessa forma, a identidade é atravessada por diversas e diferentes percepções e expectativas do que o próprio indivíduo espera de si e de como se molda diante do ambiente em que está inserido, bem como do que o ambiente espera do indivíduo. Além disso, a identidade é formada através da interação com outros indivíduos, podendo ser construída e reconstruída. É na diferença que a identidade posiciona suas bases, visto que é somente por meio do Outro que o Eu se reconhece. Isso gera uma disputa por poder, visto que a diferença envolve a adição e/ou eliminação de aspectos inerentes à identidade. A partir disso, cria-se uma hierarquia que posiciona as identidades em escala, de forma que aquelas no topo são mais privilegiadas. Essas identidades têm profunda ansiedade em perder a sua posição hegemônica de topo e utilizarão todas as ferramentas possíveis para não perder a posição que ocupam.

As identidades são múltiplas e um único indivíduo pode apresentar mais de uma, no entanto, as identidades formadas em instituições totais têm a tendência de se colocarem como únicas e hegemônicas. As Forças Armadas são um desses casos, por serem uma instituição total em que há um deslocamento do mundo exterior e exclusão da identidade formada antes. Essas instituições levantam classificações quanto ao padrão de militar esperado que é associado à masculinidade e heterossexualidade. Ainda no primeiro capítulo, apresentamos os principais fatos relacionados à formação das Forças Armadas no Brasil e na Argentina, dando destaque a elementos que fazem parte da formação identitária dessas instituições, levando em consideração que a formação da identidade profissional influencia a identidade pessoal. Em ambos os países, a identidade militar foi estabelecida através da invenção de elementos

históricos, sociais, culturais e políticos que marcaram as Forças Armadas como personagens que representavam os papéis de heróis da nação.

No Brasil, a construção da identidade militar começou a partir do século XIX, momento em que os esforços foram mais contundentes para que houvesse o resgate da instituição militar como única instituição capaz de liderar o país ao progresso. Com isso, as Forças Armadas se fundaram como guardiãs da soberania e agentes ativas na construção da identidade nacional. Durante o capítulo, nos detivemos nos principais momentos até o século XXI, destacando não só a grande importância que tem a imagem externa das Forças para a própria instituição, como também a maneira pela qual todos os movimentos políticos tomados pelas Forças Armadas tiveram como foco promover a noção de que os militares seriam o modelo ideal de cidadão a ser seguido e de que seriam os únicos defensores dos princípios da Nação.

Na Argentina, houve um processo similar e as Forças Armadas tiveram sua identidade e imagem como salvadores e guardiões da pátria, tendo participado diretamente na construção identitária argentina, especialmente através da participação dos militares na produção dos mapas territoriais argentinos. Parte da identidade militar argentina foi consolidada sob a influência da Igreja Católica que atrelou três identidades: a nacional, a militar e a religiosa. Sob esse movimento, as Forças passaram a ser também agentes de moralidade e conservadorismo. Essa imagem e identidade perdurou até a Guerra das Malvinas e o fim da ditadura militar, momento em que ambos acontecimentos apontaram para a fragilidade da instituição militar e houve a necessidade de retomar o prestígio que a instituição carregava antes. Ao fim, este capítulo forneceu a base para a construção do nosso argumento quanto às hierarquias de gênero e sexualidade e à masculinidade hegemônica emanada pelas Forças Armadas.

O segundo capítulo se dedicou a compreender como as hierarquias de gênero e sexualidade impactam nas Relações Internacionais e nas noções de defesa e segurança. Compreendemos o gênero como uma construção social, cultural e política e que baseia toda a estrutura de poder nacional e internacionalmente. O sistema de gênero pressupõe a existência de uma norma de gênero e sexualidade ideal e que deve ser seguida, essa norma é heterossexual e composta por homens. Ao utilizar o gênero como uma categoria de análise, buscamos expor as estruturas de poder que reforçam instituições e práticas que favorecem e consolidam a produção de poder e conhecimento masculino. Com isso, estabelece-se a noção de que somente a produção masculina é válida e superior às demais, especialmente no que diz respeito ao campo da defesa e segurança. Devido a esse movimento, houve o estabelecimento

de uma neutralidade e naturalidade nas RI e na Defesa e Segurança quanto às questões de gênero e sexualidade, ou seja, em consequência da ocupação masculina desses locais, houve o estabelecimento de que não seriam atingidos por questões de gênero e sexualidade pois ambos os campos são completamente masculinizados.

Baseado nisso, classificamos o cenário político internacional como *men's world* pois todo o cenário é formado não só tendo como base a perspectiva masculina, mas também se voltando a cumprir as expectativas dessa perspectiva. Abordamos o conceito de masculinidade, que são as configurações práticas estabelecidas em torno dos indivíduos masculinos, com o intuito de compreender como essas afetam a inserção de outros indivíduos no Sistema Internacional. A masculinidade reafirma o poder daqueles sujeitos masculinos e atrela características como poder, força e racionalidade a esses, os identificando como os mais compatíveis à formulação de políticas no cenário internacional. Temos um foco maior na masculinidade hegemônica, compreendendo que essa é a forma idealizada e desejada de masculinidade. A masculinidade hegemônica pressupõe a dominação contínua e coletiva operada por homens sobre os demais indivíduos. A masculinidade hegemônica é um conceito relacional e é definido pela diferença, levando a uma divisão entre aspectos ligados a essa masculinidade e aspectos ligados a não-masculinidade ou feminilidade. A masculinidade hegemônica define quais características estão atreladas à imagem de 'homem ideal' e busca se afastar de tudo o que é atrelado à feminilidade e a não-masculinidade. A masculinidade hegemônica é patriarcal e condiciona a identidade masculina à posição de privilégio frente aos demais indivíduos. Além disso, essa masculinidade pressupõe a heterossexualidade de todos os homens, dado que essas são características essenciais àqueles que performam a masculinidade hegemônica, pois somente os homens heterossexuais são 'homens verdadeiros'.

Ao passo que a masculinidade hegemônica é normativa as demais são alocadas na não-normatividade, como a masculinidade dissidente. Essa masculinidade é criada na outridade, em oposição a masculinidade hegemônica, e parte da produção de identidades que, conscientemente ou não, são socialmente associadas ao feminino. Homens dentro da masculinidade dissidente não seriam 'homens verdadeiros' e de fato seriam 'não-homens', de forma que aqueles que não estão ou não performam dentro das normas de gênero e sexo são encaixados nessa forma de masculinidade. Com isso, esses homens são associados não só a feminilidade como também são associados a passividade sexual, em contraposição aos 'homens verdadeiros' associados à virilidade e dominação sexual.

Ao apontar para a masculinidade hegemônica, destacamos o papel das Forças Armadas na formação e perpetuação dessas, especialmente por serem uma instituição que historicamente foi ocupada por homens. Dentro da caserna, a masculinidade é baseada no reforço de características associadas ao trabalho militar, como patriotismo, honra, coragem, disciplina e virilidade. Com isso, as masculinidades militares são forjadas para socialização do papel de gênero masculino como acima dos demais, forjando a própria identidade militar acima das identidades pessoais. Nesse momento, há uma passagem em que meninos se tornam ‘homens verdadeiros’ ao integrar as Forças, reforçando a naturalização da figura masculina e heterossexual como dominante. Isso leva a uma exclusão de todos aqueles que não cumprem esse padrão, como as pessoas LGB, estabelecendo que esses indivíduos seriam inaptos ao trabalho militar, por serem associados a não-masculinidade. Estabelece-se então as Forças Armadas como um *men's world*, mas somente daqueles heterossexuais.

A partir dessas premissas, chegamos ao nosso capítulo final cujo objetivo é constatar se existem ações tomadas no Ministério da Defesa para garantir a presença de pessoas abertamente LGB nas fileiras militares argentinas e brasileiras. O ambiente militar foi construído como um local masculino e neutro em termos de gênero e sexualidade devido à hegemonia de indivíduos presentes nas instituições militares. Isso pois os preceitos necessários para o triunfo na guerra, como racionalidade, força e coragem, foram associados como inerentemente masculinos, enquanto os preceitos contrários a esses foram associados ao fracasso e à feminilidade. Com isso, houve um afastamento da guerra, bem como do campo de defesa e segurança, de questões relacionadas a gênero e sexualidade, por serem consideradas assuntos privados e de menor importância. Esse movimento levou a uma valorização da masculinidade heterossexual por essa ser neutra frente às questões de gênero e sexualidade, endossada pelo povoamento das Forças Armadas por homens. No entanto, como apontado anteriormente, o gênero e a sexualidade são intrínsecos a formação e consolidação de todo cenário internacional, tornando impossível que uma instituição, como as Forças Armadas, não seja afetada por hierarquias de gênero e sexualidade. Pelo contrário, as Forças Armadas são completamente relacionadas e inseparáveis das estruturas de gênero e sexualidade pois, além de reforçar essas estruturas, são formadoras da mesma.

O que existe nas Forças Armadas é uma pré-concepção de que todos os indivíduos a integrá-la são homens, emanando masculinidade hegemônica e heterossexualidade. Além disso, as hierarquias de gênero e sexualidade atribuem privilégios a heterossexualidade que se tornam despercebidos por aqueles que recebem privilégios, o que normaliza a posição desses dentro das hierarquias. A partir disso, destacamos a presença de sujeitos outros, aqui a

população LGB, dentro das Forças Armadas, ao compreender que essa é uma instituição marcada por normas de gênero e sexualidade que normaliza a heterossexualidade e aponta para o diferente todos que não estão na norma. Em ambos os países retomamos o processo de entrada de outros indivíduos nas Forças Armadas, apontando que no Brasil a integração de mulheres ocorreu em 1980 no Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha e na Argentina em 1980 a partir do conflito nas Malvinas.

Após essa retomada, nos detemos em ações tomadas no âmbito do Ministério da Defesa do Brasil, destacando a criação da Comissão de Gênero do Ministério da Defesa. A Comissão teve foco em questões relacionadas às mulheres e a integração dessas na área da Defesa, não havendo nenhuma menção a tomadas de decisão relacionadas à população LGB nas Forças Armadas. Salientamos que, durante as reuniões da Comissão, destacou-se a possível quebra de coesão masculina com a entrada de mulheres, demonstrando que as Forças Armadas são uma instituição afetada pelas hierarquias de gênero e sexualidade. Não houve nenhum outro esforço, no que diz respeito a gênero, no Ministério da Defesa, com isso, apontamos para a ausência completa de ações no Ministério que busquem a integração de pessoas abertamente LGB às Forças Armadas. Isso é reforçado, não somente pelo caso de Laci Araújo e Fernando Alcântara, ambos LGB, que sofreram represálias das Forças após tratarem publicamente da própria orientação sexual, como também pela fala do ex-presidente do Supremo Tribunal Militar, Raymundo Cerqueira, que associou a identidade LGB à incapacidade de atuar em instituições militares. Até 2015, o Código Penal Militar, em seu artigo 235 atuava como instrumento que reforçava a exclusão de pessoas LGB do serviço militar, mencionando explicitamente a condenação de orientações sexuais não heterossexuais.

Na Argentina, apontamos para as ações tomadas pelo *Consejo de Políticas de Género para la Defensa*, que apesar de se voltar para a questão de gênero, considera apenas mulheres no seu escopo de ação. Também destacamos as dez edições da publicação *Equidad de Género y Defensa: Una Política en marcha* e as menções relacionadas a população LGB nas Forças Armadas. Nas publicações, foram mencionados planos de treinamento, capacitações, cursos e outras atividades de formação militar que abordaram questões relacionadas à orientação sexual. Há um destaque para a capacitação desenvolvida pela *Oficina de Género de la Fuerza Aérea* sobre os direitos da população LGB com o objetivo de erradicar discriminação a essa população e para o *Plan Integral de Políticas de Género* que busca solucionar desigualdades que afetam a população LGB além de integrá-la ao campo da defesa. Além disso, houve a extinção de todo o Código de Justiça Militar, vigente desde 1951 e que, em seu artigo 765, condenava explicitamente somente orientações sexuais divergentes da heterossexualidade. O

artigo levava a interpretação de que a presença de pessoas LGB era veementemente proibida nas Forças Armadas. Não foram encontrados casos como o de Laci e Fernando, em que houve perseguição e represálias noticiadas pela grande mídia. Além disso, destacamos o estabelecimento do decreto 721/2020 que exige que 1% dos cargos públicos, incluindo os cargos nas Forças Armadas, sejam ocupados por pessoas trans e travestis.

A análise dessas questões levou a percepção de que não existem disposições nos Ministérios da Defesa dos dois países que visem garantir a presença de pessoas abertamente LGB nas Forças Armadas. De fato, a identidade construída no âmbito militar, além de se tornar preponderante sob as demais identidades, também age no sentido de excluir identidades consideradas divergentes da identidade principal, como a identidade LGB. Dentro de instituições militares há a exigência de que todos os indivíduos ajam em comum e que todos os indivíduos performem a mesma identidade, não somente visando a coesão como também a necessidade de integrar um grupo, ou seja, a coletividade. O compartilhamento da identidade é uma das bases do espírito militar, além de ser essencial na consolidação e afirmação da masculinidade.

As Forças Armadas foram estruturadas para integrar somente o trabalho masculino, de forma que a integração de qualquer outro indivíduo, que não esteja dentro das normas da masculinidade hegemônica, estremece as estruturas masculinas sob as quais a instituição foi construída. O discurso da masculinidade hegemônica, ao estabelecer o militar ideal, também estabelece quais tropas seriam mais propensas a se tornarem vencedoras diante de um conflito, ou seja, as tropas constituídas por homens heterossexuais, por portarem tais atributos, seriam mais propensas a vencer. Ao buscar se afastar de noções de feminilidade e, historicamente, serem locais ocupados por sujeitos masculinos, as instituições militares na verdade se aproximam de outras interpretações de vínculos masculinos. O contato constante somente entre homens, para além da camaradagem, leva ao estabelecimento de vínculos homoafetivos, mas não necessariamente homoeróticos, que somente são aceitos devido à atividade fim da instituição e devido à pressuposição de que todos são heterossexuais. Com isso, a masculinidade hegemônica na caserna corrobora para um tipo de intimidade que, fora dos muros militares, seria de sentido sexual e associada à população LGB.

Apesar disso, a população LGB, dentro da caserna, é tida como exemplo contrário ao militar ideal, dado que esse seria heterossexual. Isso ocorre pois a população LGB é associada ao feminino e, conseqüentemente, menor e de menos prestígio, fatos que causam ansiedade em homens, pois a associação ao feminino é o maior desafio à masculinidade. Neste capítulo, indicamos três argumentos utilizados pelas instituições militares para a não inclusão da

população abertamente LGB nas Forças Armadas: quebra e/ou não formação de vínculo masculino, quebra da coesão e mudança da imagem externa. Os três argumentos estão correlacionados, se influenciam e se baseiam na identidade não heterossexual de pessoas LGB, que agiriam de forma indiscriminada com aqueles heterossexuais, obstaculizando a formação de vínculos e da coesão, essenciais para a eficácia da atividade militar. Junto a isso, a aceitação deliberada de pessoas LGB acarretaria mudança da imagem externa das Forças Armadas, que não seriam mais vistas como uma instrução masculina e capaz de promover a masculinidade hegemônica.

Ao discriminar a presença aberta da população LGB, as Forças Armadas se mantêm como uma instituição povoada e construída por homens e para homens heterossexuais, refletindo o privilégio desses. Junto a isso, insere-se uma capa da invisibilidade e da neutralidade na heterossexualidade, pois a orientação sexual somente se torna uma questão, no sentido de contratempo e complicação, quando se trata de pessoas LGB. Assim, as questões de gênero e sexualidade somente se tornam visíveis diante da presença de indivíduos que desestabilizam o sistema heterossexual, ou seja, indivíduos LGB. A presença de pessoas LGB nas Forças Armadas, ao apontar para o privilégio da heterossexualidade, ameaça a ordem sob a qual as Forças Armadas foram fundadas. À população LGB é exigido que a sua orientação sexual seja um assunto privado, pois, por serem fora da norma, não devem ser abordados dentro da instituição militar. Ao restringir a participação da população abertamente LGB, as Forças Armadas afirmam que essas não são aptas ao trabalho militar, pois não estariam dentro do modelo de militar ideal.

A presença de pessoas abertamente LGB provoca certa ansiedade nos militares que se veem diante de uma possível fratura identitária, construída sob a masculinidade hegemônica. As noções de masculinidade e feminilidade nas Forças demonstram que as hierarquias de gênero e sexualidade estão presentes em todas as instituições, além de que, ao apontarem para um único modelo de militar ideal, demonstram que as atividades militares não estão relacionadas somente ao fazer da guerra, mas sim ao que se espera de um indivíduo que se classifica como homem heterossexual. Essas questões demonstram as incongruências entre as identidades militar e LGB, pois ambas supostamente teriam características antagônicas que ficam mais visíveis no trabalho militar. A população abertamente LGB provoca desafios ao paradigma basilar historicamente estabelecido nas Forças Armadas, especialmente porque ainda persiste um esforço na instituição para que esse paradigma permaneça. A presença de pessoas abertamente LGB expõe o apego a um ideal de masculinidade e exige que as Forças confrontem a formação da própria identidade, bem como seu papel frente às mudanças

sociais. As perseguições, veladas ou não, bem como retaliações a população LGB por militares heterossexuais, demonstram a imobilidade das Forças que, ao não tomar nenhum tipo de ação, aprovam que as perseguições continuem.

Relatamos que a população LGB sempre ocupou posições nas Forças Armadas, somente não o fez de forma aberta devido ao caráter conservador e heterocisnormativo da instituição que constrange aqueles que o fazem. A ausência de mais pessoas abertamente LGB se dá pelo receio de represálias, fazendo com que essas não possam viver plenamente como outros indivíduos heterossexuais. A falta de normativas e ações dentro de ambos os Ministérios da Defesa é notável, ainda que a Argentina pareça ter avançado mais do que o Brasil, em ambos os países é insuficiente e carece de atenção. As discussões aqui levantadas devem ser ampliadas e espera-se que o presente trabalho possa contribuir para o desenvolvimento das discussões sobre gênero e sexualidade nas Forças Armadas, destacando a presença da população LGB.

REFERÊNCIAS

ACHA, O. Sociedad civil y sociedad política durante el primer peronismo. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 44, n. 174, p. 199-230, 2004.

ACKER, J. Hierarchies, Jobs, Bodies: a theory of gendered organization. **Gender and Society**, v. 14, n. 2, p. 139-158, 1990.

ALBUQUERQUE, M. M. **Masculinidades bicha**: quando os homens se colocam contra a hegemonia. 2023. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

ALSINA Jr., J. P. S. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional [online]**, 2003, v. 46, n. 2, p. 53-86. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000200003>. Acesso em: 28 abr. 2024.

ALVAREZ, I. M. M. **Políticas Públicas de Gênero**: a inclusão das mulheres na Marinha do Brasil como militares. Dissertação (Mestrado Gestão de Políticas Públicas), Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas–PMGPP, Universidade do Vale do Itajaí–UNIVALI, Itajaí, 2011.

AMORIM NETO, O. The impact of civilians on defense policy in new democracies: the case of Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 61, n. 3, p. 1–28, 2019.

ANTUNES, C. S. Mulheres, ethos e Forças Armadas: análise de uma relação. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, 2017.

ARAÚJO, G. Adolescente transgênera tem fotos e ficha de alistamento postadas na web. **G1**, São Paulo, 29 set. 2015, [s.l.]. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/09/adolescente-transgenera-tem-fotos-e-ficha-de-alistamento-postados-na-web.html>. Acesso em: 04 dez. 2024.

ARGENTINA. **Código de Justicia Militar**. Ley nº 14.029, de julio de 1951. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-14029-105438/actualizacion>. Acesso em: 29 out. 2024.

ARGENTINA. **Decreto 721/2020**, Ciudad de Buenos Aires, 03/09/2020a. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/decreto_721_2020_cupo_laboral_travesti_trans.pdf. Acesso em: 27 nov. 2024.

ARGENTINA. **Equidad de género y defensa**: una política en marcha. Ministerio de Defensa de la Nación República Argentina, 2007b. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/10/i_equidad_de_genero_y_defensa.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ARGENTINA. **Equidad de género y defensa**: una política en marcha (II). Ministerio de Defensa de la Nación República Argentina, 2008b. Disponível em:

https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2022/03/ii_equidad_de_genero_y_defensa.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ARGENTINA. **Equidad de género y defensa:** una política en marcha (III). Ministerio de Defensa de la Nación República Argentina, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PnmpW0Sj9aWQHPT-2iN01crwsGrQRCyr/view>. Acesso em: 28 out. 2024.

ARGENTINA. **Equidad de género y defensa:** una política en marcha (IV). Ministerio de Defensa de la Nación República Argentina, 2010a. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/10/iv_equidad_de_genero_y_defensa.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ARGENTINA. **Equidad de género y defensa:** una política en marcha (V). Ministerio de Defensa de la Nación República Argentina, 2011. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/10/v_equidad_de_genero_y_defensa.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ARGENTINA. **Equidad de género y defensa:** una política en marcha (VI). Ministerio de Defensa de la Nación República Argentina, 2012. Disponível em: <https://www.yumpu.com/es/document/view/27334356/equidad-de-genero-y-defensa-una-politica-en-marcha-vi-#>. Acesso em: 28 out. 2024.

ARGENTINA. **Equidad de género y defensa:** una política en marcha (VIII). Ministerio de Defensa de la Nación República Argentina, 2014. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/10/viii_equidad_de_genero_y_defensa.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ARGENTINA. **Equidad de género y defensa:** una política en marcha (IX). Ministerio de Defensa de la Nación República Argentina, 2015. Disponível em: http://koha.undef.edu.ar/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=12&query_desc=pl%3A%22Buenos%20Aires%3A%22. Acesso em: 28 out. 2024.

ARGENTINA. **Equidad de género y defensa:** una política en marcha (X). Ministerio de Defensa de la Nación República Argentina, 2023. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2022/03/equidad_de_genero_y_defensa._una_politica_en_marcha_x.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ARGENTINA. **Justicia Militar. Abrogacion delCodigo de Justicia Militar - Modificacion delCodigo Penal yCodigo Procesal Penal.** Ley nº 26.394, de agosto de 2008a. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26394-2008-143873>. Acesso em: 29 out. 2024.

ARGENTINA. **Ley nº 26.618, de 15 de julho de 2010.** República Argentina, Buenos Aires, 2010b. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26618-169608>. Acesso em: 27 nov. 2024

ARGENTINA. **MILITARES ARGENTINAS:** Evaluación de Políticas de Género en el ámbito de la Defensa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Universidad de la Defensa Nacional, 2020b. Disponível em:

https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/militares_argentinas._evaluacion_de_politicas_de_genero_libroonline.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

ARGENTINA. **Resolução MinDef nº 213/07**, Buenos Aires, 02 feb 2007b. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/armada/oficinas-de-genero-y-familia/oficinagenero/marco-legal>. Acesso em: 07 nov. 2024.

ARGENTINA. **Resolução MinDef nº 274/07**, Buenos Aires, 16 feb 2007c. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/armada/oficinas-de-genero-y-familia/oficinagenero/marco-legal>. Acesso em: 07 nov. 2024.

ARGENTINA. **Resolução MinDef nº 849/06**, Buenos Aires, 28 ago 2006a. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/armada/oficinas-de-genero-y-familia/oficinagenero/marco-legal>. Acesso em: 07 nov. 2024.

ARGENTINA. **Resolução MinDef nº 1435/06**, Buenos Aires, 28 dec 2006b. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/armada/oficinas-de-genero-y-familia/oficinagenero/marco-legal>. Acesso em: 07 nov. 2024.

ARKIN, W.; DOBROFSKY, L. R. Military Socialization and Masculinity. **Journal of Social Issues**, v. 34, n. 1, p. 151-168, 1978.

BAAZ, M.; STERN, M. Why do soldiers rape? Masculinity, violence and sexuality in the Armed Forces in the Congo. **International Studies Quarterly**, v. 53, n. 2, p. 495-518, 2009.

BADARÓ, M. **Historias del Ejército Argentino: 1990-2010: democracia, política y sociedad**. Buenos Aires: Edhasa, 2013.

BADARÓ, M. La construcción simbólica de la identidad del Ejército argentino: un análisis histórico a partir de la imagen del Colegio Militar de la Nación. **Entrepasados**, v. 15, n. 30, p. 7-28, 2006.

BADARÓ, M. 'One of the Guys': Military Women, Paradoxical Individuality, and the Transformations of the Argentine Army. **American Anthropologist**, v. 117, n. 1, 2015, p. 86-99.

BARATTA, M. V. La Guerra del Paraguay y la historiografía argentina. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 14, p. 98-115, 2013.

BARATTA, M. V. Representaciones de Paraguay en Argentina durante la guerra de la triple alianza 1864-1870. **Revista Sures**, v. 1, n. 4, p. 41-53, 2014.

BARNES, J. L. **Don't Ask, Don't Tell: a costly and wasteful choice**. Master's Thesis. Naval Postgraduate School. Monterey: California, 2004.

BARRAGÁN, I. De varones y masculinidades: apuntes para una agenda de investigación en construcción. Masculinidades y autoridad militar en el Astillero Río Santiago (1953-1973). **Anuario Del Instituto De Historia Argentina**, v. 23, n. 1, p. 1-18, 2023.

BARREIRA, C. B. **“Em meio a imagens borradas e contornos misteriosos”**: a televisão como questão de segurança nacional nos discursos da escola superior de guerra na ditadura civil-militar (1966-1984). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2019.

BARRETO, L. **A Dimensão da Defesa na Política Externa dos Governos de Lula da Silva (2003-2010) e Rousseff (2011-2014)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP, PUC - SP). São Paulo, 2016.

BARRETO, L. **A Institucionalização das relações civis-militares no Brasil (1988-2014)**: o papel das prerrogativas presidenciais. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

BARRETT, F. J. The Organizational Construction of Hegemonic Masculinity: The Case of the U.S. Navy. **Gender, Work and Organization**, v. 3, n. 3, p. 129-142, 1996.

BAUER, C. S. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista de História Comparada**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2008.

BEASLEY, C. Rethinking hegemonic masculinity in a globalizing world. **Men and Masculinities**, v. 11, n. 1, p. 86–103, 2008.

BIANCHI, S. Catolicismo y peronismo. Iglesia católica y estado en Argentina, 1945-1955. **Trocadero. Revista Del Departamento De Historia Moderna, Contemporánea, De América Y Del Arte**, v. 1, n. 8-9, p. 351–367, 2022. Disponível em: <https://revistas.uca.es/index.php/trocadero/article/view/841>. Acesso em: 13 jun. 2024.

BIAR, L. **“Realmente as autoridades veio a me transformar nisso”**: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

BLANCHARD, E. Gender, International Relations, and the Development of Feminist Security Theory. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 4, p. 1289–1312, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Gráfica do Senado, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 02 maio. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Código Penal Militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del1001.htm. Acesso em: 26 de set. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, Imprensa Oficial, N° 81, sexta-feira, 29 de abril de 2016, ISSN 1677-7042. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/04/2016&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=256>. Acesso 25 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 6.807, de 07 de julho de 1980.** Cria o Corpo Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), e dá outras providências. Brasília, DF, 1980.

BRASIL. **Lei n.º 6.924, de 29 de junho de 1981.** Cria no Ministério da Aeronáutica o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/16924.htm#:~:text=LEI%20No%206.924%2C%20DE%2029%20DE%20JUNHO%20DE%201981.&text=Cria%2C%20no%20Minist%C3%A9rio%20da%20Aeron%C3%A1utica,Aeron%C3%A1utica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 7.831, de 2 de outubro de 1989.** Cria o Quadro Complementar de Oficiais Exército (QCO), e dá outras providências. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. **Lei n.º 12.705, de 8 de agosto de 2012.** Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12705.htm#:~:text=Art.,142%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal. Acesso em: 11 nov. 2024

BRASIL. **Lei n.º 14.688, de 20 de setembro 2023.** Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar), a fim de compatibilizá-lo com o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e com a Constituição Federal, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para classificar como hediondos os crimes que especifica. Brasília, DF, 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14688.htm#art2. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Ministério da Defesa instala comissão de gênero.** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2014a. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/03-09-ministerio-da-defesa-instala-comis-sao-de-genero>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comissão de Gênero. **Memória de Reunião nº2/2014/CGMD.** Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro, 06 nov. 2014b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comissão de Gênero. **Memória de Reunião nº3/2015/CGMD.** Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro, 09 fev 2015a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comissão de Gênero. **Memória de Reunião nº4/2015/CGMD.** Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro, 28 abr. 2015b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comissão de Gênero. **Memória de Reunião nº5/2015/CGMD.** Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro, 03 jul. 2015c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comissão de Gênero. **Memória de Reunião nº6/2016/CGMD.** Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro, 17 set. 2015d.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comissão de Gênero. **Memória de Reunião nº6/2016/CGMD**, Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro, 08 jun. 2016a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comissão de Gênero. **Memória de Reunião nº7/2016/CGMD**, Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro, 03 ago. 2016b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comissão de Gênero. **Memória de Reunião nº8/2017/CGMD**, Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro, 06 jun. 2017a.

BRASIL. **Portaria Normativa N.º 338/MD, de 10 de fevereiro de 2015**. Diário Oficial da União, Imprensa Oficial, N.º 29, quarta-feira, 11 de fevereiro de 2015e, ISSN 1677-7042. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/02/2015&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=136>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Portaria N.º 893/MD, de 14 de abril de 2014**. Diário Oficial da União, Imprensa Oficial, N.º 72, terça-feira, 15 de abril de 2014c. ISSN 1677-7042. Disponível em:

https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_pdf/?NUM=893&ANO=2014&SER=A. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. **Portaria N.º 1.082/MD, de 15 de maio de 2015**. Diário Oficial da União, Imprensa Oficial, N.º 92, segunda-feira, 18 de maio de 2015f. ISSN 1677-7042. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/05/2015&jornal=1&pagina=7&totalArquivos=92>. Acesso em: 21 nov. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara n.º 147, de 2017**. Altera a Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que “dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha”. CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2017b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7298695&ts=1630409106719&disposition=inline>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRITO Jr., J. F. **“Na verdade, eu sobrevivi”**: A Homossexualidade Nas Forças Armadas Brasileiras. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais), Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2018.

BRITTON, D. M. The Epistemology of Gendered Organizations. **Gender & Society**, v. 14, n. 3, p. 418–34, 2000.

BRITTON, D. M.; WILLIAMS, C. L. “Don’t Ask, Don’t Tell, Don’t Pursue”: Military Policy and the Construction of Heterosexual Masculinity. **Journal of Homosexuality**, v. 30, n. 1, 1995.

BRUNO, D. C. **“Brasil acima de tudo!” Narrativa e construção de identidades: o combatente pára-quedista do Exército Brasileiro**. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

BUCHOLTZ, M; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. **Discourse studies**, v. 1, n. 7, p. 585-614, 2005.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Language and Identity. *In*: DURANTO, A. (Org.). **A companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Basil Blackwell, 2004.

BUCHRUCKER, C. *et al.* Los judíos en el ejército: ausencias y presencias. **Estudios migratorios latinoamericanos**, v. 43, p. 303-322, 1999.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL FILHO, R. N. **À luz dos nossos segredos: por uma revisão da narrativa canônica de saída do armário**. Dissertação de Mestrado. Programa Interdisciplinar em Linguística Aplicada. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019

CANELO, P. V. Construyendo élites dirigentes. Los gobernadores provinciales durante la última dictadura militar (Argentina, 1976-1983). **Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”**, v. 11, n. 11, p. 323-341, 2011.

CANELO, P. V. La descomposición del poder militar en la Argentina: Las Fuerzas Armadas durante las presidencias de Galtieri, Bignone y Alfonsín (1981-1987). **Programa Interuniversitario de Historia Política; Dossiers de Historia Política**, v. 10, n. 1, p. 1-33, 2015.

CARREIRAS, H. Diversidade social nas Forças Armadas: gênero e orientação sexual em perspectiva comparada. **Nação e Defesa**, v. 2, n. 107, p. 61-88, 2004.

CARREIRAS, H. **Gender and the Military: Women in the Armed Forces of Western Democracies**. Axon: Routledge, 2006.

CARRIGAN, T. *et al.* Toward a New Sociology of Masculinity. **Theory and Society**, v. 14, n. 5, p. 551- 604, 1985.

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CARVER, T. The machine in the man. *In*: PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. (Eds). **Rethinking the man question sex, gender and violence in international relations**. New York: Zed Books, 2008.

CASTRO, C. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

CASTRO, C. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, C. Goffman e os militares: Sobre o conceito de instituição total. **Revista Militares e Política**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/issue/view/1462>. Acesso em: 21 abr. 2024.

CASTRO, C. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 3ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CERSÓSIMO, F. El tradicionalismo católico argentino: entre las Fuerzas Armadas, la Iglesia católica y los nacionalismos: Un estado de la cuestión. **PolHis. Revista Bibliográfica Del Programa Interuniversitario De Historia Política**, v. 14, n. 1, p. 340-374, 2014. Disponível em: <https://polhis.com.ar/index.php/polhis/article/view/86>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CHAMBOULEYRON, I. C.; RESENDE, E. S. A. Duque de Caxias e Maria Quitéria na mesma trincheira: o questionamento das representações do masculino e feminino pela mulher combatente. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2006, Caxambu. Paper eletrônico, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/8030?guid=1731093816090&returnUrl=%2fterminal%2f9666%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1731093816090%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d8030%238030&i=1>. Acesso em: 08 nov. 2024.

CHECKEL, J. T., & BENNETT, A. (Eds.). **Process tracing: from metaphor to analytic tool**. Cambridge University Press, 2015.

COELHO, E. C. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COHN, C. Wars, Wimps and Women. Gender in the Construction of US National Security. In: COOKE, M. G.; WOOLLACOTT, A. (Eds.). **Gendering war talk**. Princeton University Press, 1993.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). **Informe N° 31/24. CASO 13.696. Solución Amistosa**. Octavio Romero y Gabriel Gersbach. Argentina. 21 de mayo de 2024. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/2024/AR%20SA%2013.696.ES.FINAL%20WEB.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024

CONNELL, R. W. A very straight gay: Masculinity, homosexual experience, and the dynamics of gender. **American Sociological Review**, v. 57, n. 1, p. 735-751, 1992.

CONNELL, R.W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press. 1995a.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul.-dez., 1995b.

CONNELL, R. W.; & MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONWAY, D. Contesting the masculine state. In: PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. (Eds.). **Rethinking the man question sex, gender and violence in international relations**. New York: Zed Books, 2008.

CORNUT, H. La influencia de la inmigración en el Ejército Argentino durante la década de 1920. **Épocas**, v. 4, n. 1, p. 101-132, 2012. Disponível em: <https://p3.usal.edu.ar/index.php/epocas/article/view/643>. Acesso em: 05 jun. 2024.

COSTA, F. C. L. H. Infelizmente ser feliz tem seu preço: saída do armário e discurso de resistência de um militar gay. **Revista Escrita**, v. 26, n. 1, p. 1-21, 2020.

COSTA, F. C. L. H. **“JÁ ERA UMA PERSEGUIÇÃO VELADA”**: Narrativas de discriminação homofóbica no contexto militar em perspectiva interacionista. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos da Linguagem) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

D'ARAÚJO, M. C. **Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras**. Ponencia preparada para el VI Seminario sobre Investigación y Educación en Estudios de Seguridad y Defensa (REDES 2003), CHDS, Santiago de Chile, 27 al 30 de octubre de 2003a.

D'ARAÚJO, M. C. Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. **Security and Defense Studies Review**, v. 3, n. 1, p. 70-108, 2003b.

D'ARAÚJO, M. C. Reflexiones para la construcción de una agenda de género en las Fuerzas Armadas. In: GARRE, N. **Género y Fuerza Armadas: algunos análisis teóricos y prácticos**. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert e Ministério da Defesa da Argentina, 2010. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/10/gneroy1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

DE OLIVEIRA, A. **(Des)controle civil sobre os militares no Brasil**: um estudo comparado (1945-1964/1985-2009). 2010. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

DE PRIVITELLIO, L. El Ejército entre el cambio de siglo y 1930: siglo y 1930: burocratiza burocratización ción y nuevo estilo político. In: MORENO, O (Coord). **La construcción de la Nación Argentina: el Rol de las Fuerzas Armadas - Debates históricos en el marco del Bicentenario (1810-2010)**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2010.

DEVOTO, F. **Historia de la inmigración en la Argentina**. 3ª edição. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DIAMINT, R. La historia sin fin: el control civil de los militares en Argentina. **Nueva Sociedad**, v. 213, n. 95, p. 95-111, 2008.

DIAMINT, R. Relações civis-militares. In: SAINT-PIERRE & VITELLI (Orgs). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo, Ed. Unesp, 2019.

DIVINZENSO, M. A. La transformación de las relaciones cívico-militares: la “Acción Cívica” del Ejército (1960-1983). In: ÁGUILA, G.; GARAÑO, S.; SCATIZZA, P. (COORD). **Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente argentina. Nuevos abordajes a cuarenta años del golpe de Estado**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016.

DOMINGOS NETO, M. Gamelin, o modernizador do Exército. **Tensões Mundiais**, v. 3, n. 4, p. 119–156, 2007. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/729>. Acesso em: 26 maio. 2024.

DONALDSON, M. What is hegemonic masculinity? **Theory and Society**, v. 22, n. 5, p. 643-657, 1993.

DORNSBUCH, S. M. The Military Academy as an Assimilating Institution. **Social Forces**, v. 33, n. 4, 1955, p. 316-321. Disponível em: <https://academic.oup.com/sf/article-abstract/33/4/316/2225997?redirectedFrom=fulltext&login=true>. Acesso em: 21 abr. 2024.

DUBAR, C. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

DUNIVIN, K. O. **Military Culture**: a paradigm shift?. Air War College, Air University, 1997.

EICHLER, M. Militarized Masculinities in International Relations. **The Brown Journal of World Affairs**, v. 21, n. 1, p. 81-93, 2014.

ELLIS, R. E. The US Military in Support of Strategic Objectives in Latin America and the Caribbean. **Prism**, v. 8, n. 1, p. 27-39, 2019.

ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. 2ª edição., Berkeley. Los Angeles. London: University of California Press, 2014.

ENLOE, C. **Globalization and Militarism**: Feminists Make the Link. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield, 2016.

ENLOE, C. **The Curious Feminist**: Searching for Women in a New Age of Empire. University of California Press, 2004.

ENLOE, C. **The Morning After**: Sexual Politics at the End of the Cold War. Berkeley, CA: University of California Press, 1993.

ENLOE, C. Thinking about War, Militarism, and Peace. In: HESS, B. B.; FEREE, M. M. (Eds.). **Analyzing Gender: A Handbook of Social Science Research**. 2ª ed. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

FACCHINI, R.; SÍVORI, H. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 50, 2017.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 3ª edição, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FERNANDES, C. R. P. **Representações, significados e reflexões**: uma análise sobre a experiência docente em um diário reflexivo. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, 2009.

FERNANDES, L. Temer oficializa primeiro militar no comando do Ministério da Defesa. **O Globo**, [s.l.], 13 de junho de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/temer-oficializa-primeiro-militar-no-comando-doministerio-da-defesa-22776031>. Acesso em: 15 ago. 2024

FERRER, F. C. S. A (re)organização do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai. **BIBLOS - Revista Do Instituto De Ciências Humanas E Da Informação**, v. 17, n. 1, p. 121–130, 2008.

FIGUEIREDO, F. A. **Soldados não choram**: a vida de um casal homossexual no Exército do Brasil. Depoimento a Roldão Arruda. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FIGUEROA PEREA, J. Elementos para el estudio de la sexualidad y la salud de los varones integrantes de las Fuerzas Armadas. In: PANTELIDES, E; LÓPEZ, E. (Comp.). **Varones Latinoamericanos**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

Força Aérea Brasileira (FAB). Academia da Força Aérea - Diretoria de Ensino. Cursos de Formação. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/afa/index.php/cursos-de-formacao#cfainf-curso-de-forma%C3%A7%C3%A3o-de-oficiais-de-infantaria-da-aeron%C3%A1utica>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FRANK, B. 'Hegemonic Heterosexual Masculinity'. **Studies in Political Economy**, v. 24, n. 1, p. 159-70, 1987.

FREDERIC, S.; SOPRANO, G. *et al.* La formación militar como formación moral: transmisión y adquisición de saberes teóricos prácticos en las Fuerzas Armadas. In: FREDERIC, S., GRACIANO, O. Y SOPRANO, G. (Coords). **El Estado argentino y las profesiones liberales, económicas y armadas**. Buenos Aires: Prehistoria ediciones, 2010.

FUCCILLE, L. A. As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito por fazer!. In: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.

FUCCILLE, L. A. **Democracia e questão militar**: a criação do Ministerio da Defesa no Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1602054>. Acesso em: 27 mai. 2024.

FUCCILLE, L. A. Notas para entender os militares brasileiros na atualidade. **Diplomatique**, edição 140, [s.l.], 1 de março de 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/notas-para-entender-os-militares-brasileiros-na-atualidade/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FUCCILLE, L. A.; *et al.* Defesa e Eleições 2018: uma agenda para o debate. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**, v. 10, n. 19, p. 199-231 2018.

GALLO, D; POLACK, M. E. Ejército: dos oficiales formarán un matrimonio del mismo sexo. La Nación, 7 de septiembre de 2011. Sociedad. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/ejercito-dos-oficiales-formaran-un-matrimonio-del-mismo-sexo-nid1404078/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GARCÍA, P. **El drama de la autonomía militar**: Argentina bajo las Juntas Militares. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

GARCÍA HOLGADO, B. Vencedores y Vencidos: Surgimiento y Éxito de la Coalición Golpista Antiperonista Dentro de las Fuerzas Armadas (1946-1955). **Postdata**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 21, n. 1, p. 85-128, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96012016000100003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2024.

GARCÍA MOLINA, F. El poder militar en la Argentina del Centenario: 1910-1914. **Ciclos**, v. 5, n. 9, p. 167-184, 1995.

GARRÉ, N. **Género y Fuerza Armadas**: algunos análisis teóricos y prácticos. Buenos Aires: Fundação Friedrich Ebert e Ministério da Defesa da Argentina, 2010. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2021/10/gneroy1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GOERTZEL, T.; & HENGST, A. The military socialization of university students. **Social Problems**, v. 19, n. 2, p. 258-267, 1971.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

GOFFMAN, E. **Manicômio, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HERBERT, M. S. **Camouflage Isn't Only for Combat**: Gender, Sexuality and Women in the Military. New York: New York University Press, 1998.

HEREK, G. M. On Heterosexual Masculinity: Some Psychological Consequences of the Social Construction of Gender and Sexuality. **American Behavioral Scientist**, v. 29, n. 1, p. 563-77, 1986.

HINOJOSA, Ramon. Doing hegemony: Military, men, and constructing a hegemonic masculinity. **The Journal of Men's Studies**, v. 18, n. 2, p. 179-194, 2010.

HOOGLAND, R. Hard to swallow: indigestible narratives of lesbian sexuality. **Modern Fiction Studies**, v. 41, n. 3, p. 467-480, 1995.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

HOOPER, C. **Manly States**: Masculinities, International Relations, and Gender Politics. New York: Columbia University Press, 2001.

HUNTINGTON, S. **The Soldier and the State**: The Theory and Politics of Civil-Military Relations. The Belknap Press, 2000.

HUTCHINGS, K. Cognitive short cuts. In: PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. (Eds). **Rethinking the man question sex, gender and violence in international relations**. New York: Zed Books, 2008.

JEFFERSON, T. Subordinating hegemonic masculinity. **Theoretical Criminology**, 6: 63-88, 2002.

JESUS, D. S. V. Mundo macho: homens, masculinidades e relações internacionais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 109, n. 1, p. 309-364, 2014.

JESUS, J. G. O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. **Psico-USF**, v. 18, n. 3, p. 363-372, set. 2013.

KIMMEL, M. A produção simultânea da masculinidade hegemônica e subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 4, p. 103-118, 1998.

KIMMEL, M. Homofobia, temor, verguenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDÉS, T; OLAVARRÍA, J. (Orgs.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Santiago: Isis International, FLASCO-Chile, 1997.

LAGO, M. C. **Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón: imaginários populares no varguismo e no peronismo**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

LEINER, P. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LIMA, R. C. **A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP, PUC - SP). São Paulo, 2015.

LOPEZ, E. A Construção do controle civil: Argentina, Brasil e Chile. In: SAINT-PIERRE, H. L.; MATHIAS, S. K. (Orgs.). **Entre votos e botas: as Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio**. Franca: UNESP-FHDSS, 2001.

LORENZ, F. **Malvina: Una guerra argentina**. Buenos Aires, Sudamericana, 2009.

MACDONALD, S. Drawing the Lines – Gender, Peace and War: An Introduction. In: MACDONALD, S.; HOLDEN, P.; ARDENER, S. (Eds). **Images of Women in Peace and War: Cross-Cultural and Historical Perspectives**, London: Macmillan, 1987.

MAGALHÃES, L. G. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1, p. 39-50, 2008.

MARTINS FILHO, J. R. O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás. **Revista Olhar. Campinas**, vol. 1, n. 4, 2000.

MARTINS FILHO, J. R. Ordem desunida: militares e política no governo Bolsonaro. **Perseu: história, memória e política**, v. 1, n. 18, 2019.

MARTINS FILHO, J.R. Tensões militares no governo Lula (2003-2009): a Pré-história do acordo com a França. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 283-306, 2010.

MARTINS FILHO, J. R; ZIRKER, D. The Brazilian Military Under Cardoso: Overcoming the Identity Crisis. **Journal of International Studies and World Affairs**, v. 42, n. 3, p. 143-170, 2000.

MATHIAS, S. K. **A militarização da burocracia**: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MATHIAS, S. K. O Projeto Militar de Distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel. **Revista de Sociologia e política**, v. 1, n. 4-5, p. 149-159, 1995.

MATHIAS, S. K., *et al.* A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 136-168, 2019.

McCANN, F. D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. Companhia das Letras: Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 2009.

MINTZBERG, H. **Power in and around organizations**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1983.

MISKOLCI, R. O armário ampliado: notas sobre a sociabilidade homoerótica na era da internet. **Gênero**, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2009.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas**: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

MONTE, I. X. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 59-80, 2013.

MORAGAS, M. **Políticas antigénero en América Latina: El caso de la Organización de los Estados Americanos (OEA)**. Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020.

Disponível em:

<<https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Ofensivas-Antigenero%2020200203.pdf>>.

Acesso em: 01 abr. 2023.

MORAIS, R. Q. **Do exército moderno à república militar**: caserna, política e tensão (1913-1977). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORENO, O. Introducción Nación y Fuerzas Armadas: Notas para un debate. In: MORENO, O (Coord). **La construcción de la Nación Argentina: el Rol de las Fuerzas Armadas - Debates históricos en el marco del Bicentenario (1810-2010)**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2010.

MORENO, O (Coord). **La construcción de la Nación Argentina**: el Rol de las Fuerzas Armadas - Debates históricos en el marco del Bicentenario (1810-2010). Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2010a.

MOSHER, D. L.; TOMKINS, S. S. Scripting the Macho Man: Hypermasculine Socialization and Enculturation. **Journal of Sex Research**, v. 25, n. 1, p. 60-84, 1988.

MOSKOS, C. C. La nueva organización militar: ¿ institucional, ocupacional o plural?. **Iztapalapa Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 1, n. 10-11, p. 297-306, 1984.

NAGEL, J. Gender, violence and the military. In: SHEPHERD, L. S (Eds). **Handbook on Gender and Violence**. Edward Elgar Publishing, 2019.

NAGEL, J. Masculinity and nationalism: gender and sexuality in the making of nations. **Ethnic and Racial Studies**, v. 21, n. 2, p. 242-269, 1998.

NARAIN, S. Gender in International Relations: Feminist Perspectives of J. Ann Tickner. **Indian Journal of Gender Studies**, v. 21, n. 2, p. 179–197, 2014. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0971521514525085>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NEWTON, L. S. Las Mujeres en los Ejércitos Argentino. In: BARRANCOS, D.; *et.al* (Org). **Las Mujeres y sus luchas en la Historia Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2008.

NOVA lei argentina descriminaliza homossexualismo nas Forças Armadas. **BBC Brasil**, [s.l.], 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/lg/noticias/2009/03/090301_gays_militarargentinarg. Acesso em: 17 out. 2023.

O ARTIGO em Veja e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. **Veja**, [s.l.], 15 de maio de 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980>. Acesso em: 24 dez. 2025.

O QUE ACONTECEU com o primeiro casal gay a se revelar no Exército brasileiro. **ÉPOCA**, edição 524, [s.l.], 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/especiais/EPOCA-1000/noticia/2017/08/o-que-aconteceu-com-o-primeiro-casal-gay-se-revelar-no-exercito-brasileiro.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

OLAVARRÍA, J. Hombres y sexualidades: naturaleza y cultura (castrar o no castrar). In: OLAVARRIA, J; MOLETTTO, E (Eds). **Hombres: Identidad/es y Sexualidad/es: III Encuentro de Estudios de Masculinidades**. Santiago: FLACSO-Chile, 2002.

OLIVEIRA, E. R. A estratégia nacional de defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas. **Interesse Nacional**, v. 1, n. 5, p.71-83, 2009.

OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. Tese (livre docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1581680>. Acesso em: 08 jun. 2024.

OLIVEIRA, E. R.; SOARES, S. A. Forças Armadas, direção política e formato institucional. *In: D'ARAÚJO, M. C; CASTRO, C. (Org). Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.* Ed. FGV: Rio de Janeiro, 2000.

OLLIER, M. M. Las Fuerzas Armadas en misión imposible: un orden político sin Perón. *In: MORENO, O (Coord). La construcción de la Nación Argentina: el Rol de las Fuerzas Armadas - Debates históricos en el marco del Bicentenario (1810-2010).* Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2010.

PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. Introduction: rethinking the man question. *In: PARPART, J. L.; ZALEWSKI, M. (Eds). Rethinking the man question sex, gender and violence in international relations.* New York: Zed Books, 2008.

PASSOS, A. M. **O estado das relações civis-militares no Brasil:** um estudo de caso sobre o Ministério da Defesa (2007-2011). Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PASSOS, C. C. **Relações de Gênero na Caserna:** significados dos sujeitos militares no Exército Brasileiro. Tese (Doutorado em Mulheres, Gênero e Feminismo). Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero, e Feminismo - Universidade Federal da Bahia, 2013.

PENIDO, A.; *et al.* **Os militares e o golpe de 2016.** A terra é redonda, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/os-militares-e-o-golpe-de-2016/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PETERSON, S. Gendered Identities, Ideologies, and Practices in the Context of War and Militarism. *In: SJOBERG, L; VIA, S. (Org). Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives.* Santa Barbara: Praeger International, 2010.

PETTMAN, J. J. **Worlding Women:** A Feminist International Politics. London: Routledge, 1996.

PLOTKIN, M. B. Política, ideas y el ascenso de Perón. *In: MORENO, O (Coord). La construcción de la Nación Argentina: el Rol de las Fuerzas Armadas - Debates históricos en el marco del Bicentenario (1810-2010).* Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2010.

POTASH, R. **El Ejército y la política en la Argentina:** 1928-1945. De Yrigoyen a Perón. Buenos Aires: Sudamericana, 15ª edição, 1994.

QUINALHA, R. H. Supremas Cortes e Justiça de Transição: um paralelo entre Argentina, Brasil e Uruguai. *In: CABRERA, C. A. G. et al. (Org). Justiça de transição para uma transição da Justiça.* Acesso - Cidadania e Direitos Humanos, Porto Alegre: RS, 2012.

QUIROGA, H. El tiempo del “Proceso”. *In: SURIANO, J. (Dir.). Dictadura y democracia: 1976-2001.* Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

REZENDE, P. J.; CRUZ, R. “Pela família e pela vida!”: Mobilizações antigênero e conservadorismo. **Horizontes ao Sul**, [s.l.], 2020. Disponível em:

<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/18/pelafamiliaepelavida>. Acesso em: 01 abr. 2023.

RIBEIRO, D. F. **A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

RICHTER-MONTPETIT, M. Everything You Always Wanted to Know about Sex (in IR) But were Afraid to Ask: The ‘Queer Turn’ in International Relations. **Millennium**, v. 46, n. 2, p. 220–240, 2018.

ROCHA, M. E. G. T. Iguais, mas separados. Os homossexuais e as Forças Armadas. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 17, n. 1, p. 139-165, 2011.

RODRIGUES, J. O.; KALIL, S. O militarismo como variável interpretativa: Forças Armadas e política nos governos Temer e Bolsonaro. *In*: BUZETTO, M. **Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016/2021)**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2022.

ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina**. Editora Alfa-Omega: São Paulo, 1984.

ROUQUIÉ, A. **Poder militar y sociedad política en la Argentina I**. Buenos Aires, Emecé, 1981.

ROUQUIÉ, A. **Poder militar y sociedad política en la Argentina II - 1943-1973**. Buenos Aires, Emecé, 1983.

ROUSSEFF, D. Mensagem Presidencial. *In*: BRASIL. **Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional**, 2012.

SABATO, H. ¿Quién controla el poder militar? Disputas en torno a la formación del Estado en el siglo XIX. *In*: MORENO, O (Coord). **La construcción de la Nación Argentina: el Rol de las Fuerzas Armadas - Debates históricos en el marco del Bicentenario (1810-2010)**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2010.

SAÍN, M. F. **Los votos y las botas: estudios sobre la defensa nacional y las relaciones civil-militares en la democracia argentina**. Buenos Aires, Prometeo, 2010.

SAÍN, M. F. ¿Militarización del control del narcotráfico en Argentina?. **Revista Científica General José María Córdova**, v. 16, n. 24, p. 61–82, 2018.

SALLES, R. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALVI, V. Ejército y Nación. Un estudio sobre las estrategias de inscripción de lo/as oficiales del Ejército Argentino en la comunidad nacional. **Sociohistórica**, v. 1, n. 32, p. 1-19, 2013.

SANTOS, E. A. **O ethos militar no cerimonial do Exército**. *In*: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa - IX ENABED, Florianópolis-SC. AT2 - Ensino, Formação Profissional e Pesquisa em Defesa, 2016.

SANTOS, E. H. J. Controle civil? A ascensão de Bolsonaro e a encruzilhada do Brasil – militares, Forças Armadas e política. In: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.

SARGENTO gay é condenado a seis meses de prisão por deserção. **CONJUR**, [s.l.], 2008. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2008-set-26/sargento_gay_condenado_seis_meses_prisao. Acesso em: 13 de jul. 2024.

SCHIFFRIN, D. Narrative as self-portrait: sociolinguistics constructions of identity. **Language in Society**, v.1, n. 25, p. 167-203, 1996.

SCHWETHER, N. D. **A política de defesa brasileira e a questão de gênero: entre presenças e ausências**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SCHWETHER, N. D. **AGORA É QUE SÃO ELAS**: Desvendando o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2016.

SCHWETHER, N. D; PAGLIARI, G. C. Políticas de gênero para a Defesa: os casos de Argentina e Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 65, p. 1-14, 2018.

SCHWETHER, N. D.; PAGOT, R. **As mulheres nas Forças Armadas e nos movimentos de oposição em Argentina, Brasil e Chile**. In: 45 Encontro Anual da ANPOCS, 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEDGWICK, E. K. [1993] 2007. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 28, p. 19-54, [1993] 2007.

SEFFNER, F.; DUARTE, G. E quando não há muito mais o que guardar no armário? Homossexualidades e processos de envelhecimento. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 9, n. 1, p. 57-82, 2015.

SEGAL, M. W. Gender and the Military. In: CHAFETZ, J. D. **Handbook of the Sociology of Gender**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 1999.

SEGAL, M. W. Women's Military Roles Cross-Nationally: Past, Present, and Future. **Gender and Society**, v. 9, n. 6, p. 757-775, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/189540>. Acesso em: 17 maio. 2023.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños - Mapas, 2016.

SENADO aprova indicação de Raymundo Nonato, general que criticou gays nas Forças Armadas. **O Globo**, [s.l.], 10 de março de 2010. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/senado-aprova-indicacao-de-raymundo-nonato-general-que-criticou-gays-nas-forcas-armadas-para-3041457>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, P. (Org.). **The soldier and the State in South America: essays in civil-military relations**. New York: Palgrave Publishers, 2001.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 7ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, F., & CUNHA, E. Process-tracing e a produção de inferência causal. **Teoria e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 104-125, 2014.

SJOBERG, L. Introduction to Security Studies: Feminist Contributions. **Security Studies**. v. 18, n. 2, p. 183–213, 2009.

SJOBERG, L. ¿Qué son y dónde se sitúan los Estudios Feministas de Seguridad?. **Relaciones Internacionales**, v. 1, n. 48, p. 15–30, 2021.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOPRANO, G.; MELLADO, V. Militares y élites en la Argentina del siglo XX y XXI: Problematicando definiciones teóricas y usos empíricos de las categorías. **Población y sociedad**, v. 25, n. 2, p. 144-175, 2018.

SOUZA, C. F. **La acción cambiante: da luta armada aos direitos humanos nos cartazes argentinos (1973-1984)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, M. P. J. A palavra convence e o exemplo arrasta. In: MARTINS FILHO, J. R. (org.) **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.

SUCCI Jr., D. Reinterpretação do externo na Lei de Defesa Nacional Argentina. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) - 291**, 2015. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4462545>. Acesso em: 13 out. de 2024.

SVARTMAN, E. M. Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. **Revista Brasileira de História [online]**, v. 32, n. 63, p. 281-299, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000100013>. Acesso em: 24 mai. 2024.

SVARTMAN, E. M. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Tese (Doutorado em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Rio Grande do Sul, 2006.

TÁVORA, J. D. N. F. A Segurança nacional: sua conceituação e seu estudo na Escola Superior de Guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 1, n. 12, p. 51-66, 1989.

TELES, J. A. Ditadura e repressão. Paralelos e distinções entre Brasil e Argentina. **Taller (Segunda Época)**, v. 3, n. 4, p. 99-117, 2014.

THOMAZ, D. W; *et al.* Ethos militar e masculinidades nos esportes olímpicos. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 2, p. 1-14, 2021.

TICKNER, J. A. **Gender in International Relations**. New York: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. A. **Gendering world politics: issues and approaches in the post-Cold War era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TICKNER, A. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.

TORRE, J. C. Interpretando (una vez más) los orígenes del peronismo. **Desarrollo económico** v. 28, n. 112, p. 1-32, 1989.

TROPA não obedece a militar homossexual, diz general no Senado. **Gazeta do Povo**, [s.l.], 2010. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tropa-nao-obedece-militar-homossexual-diz-general-no-senado-ax824y9w0kbdloyyyespu9kr2/>. Acesso em: 25 nov. 2024

UGARTE, J. M. Doutrina de segurança nacional. In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

VALDIVIESO, C. D. **Las políticas de género en las Fuerzas Armadas del Ecuador (2007-2017): resistencias y mudanzas**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (UNESP, UNICAMP, PUC - SP), São Paulo, 2023.

VALDIVIESO, C. D. Masculinidades. In: Iaras: Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Gedes). **Dicionário de Gênero e Segurança**, 2024. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/masculinidades/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

VERBICARO SOARES, D. Estudio sobre género y la diversidad sexual en las fuerzas armadas de Brasil. **Revista Amor Mundi**, v. 2, n. 6, p. 73-88, 2021.

VERBICARO SOARES, D. Perspectivas del año de 2015 sobre la orientación homosexual dentro de la Fuerzas Armadas do Brasil. **Revista Amor Mundi**, v. 4, n. 1, p. 27-41, 2023.

VERBICARO SOARES, D. Transgêneros e o direito ao voto cidadão de 2018 no Brasil. **Bagoas - Estudos gays: gêneros & sexualidades**, v. 12, n. 19, p. 241-270, 2018.

VERBICARO SOARES, D.; COSTA, S. R. D. C. Perspectivas de discriminação sobre orientação homossexual nas Forças Armadas brasileiras. In: Verbicaro Soares, D.; Cruz, R. E.

A (Orgs.). **DIREITOS HUMANOS, GÊNERO E SEXUALIDADE**. Santo Ângelo: Metrics, 2021.

VERBICARO SOARES, D.; *et al.* O que ocorreu após o episódio de Laci de Araújo em 2008? a homossexualidade discutida nas Forças Armadas do Brasil. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 20, n. 37, p. 85-103, 2020.

VERBICARO SOARES, D.; *et al.* Uma investigação sobre militares homossexuais no Brasil. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico**, v. 9, n. 3, p. 180-195, 2023.

VERBICARO SOARES, D.; PEREIRA, G. A Transição do Alistamento Militar para Transgêneros Masculinos nas Forças Armadas no Brasil. **Revista Pensamento Jurídico - FADISP**, v. 13, n. 2, p. 95-120, 2019.

VIA, S. Gender, Militarism, and Globalization: Soldiers for Hire and Hegemonic Masculinity. *In*: SJOBERG, L.; VIA, S. (Orgs.). **Gender, War, and Militarism: Feminist Perspectives**. Santa Barbara: Praeger International, 2010.

VIEIRA, R. F. **Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional: ou uma história da censura televisiva durante a Ditadura Militar (1964-1988)**. 2016. 215f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2016.

VIGOYA, M. V. Contemporary Latin American Perspectives on Masculinity. *In*: GUTMANN, M (Ed). **Changing Men and Masculinities in Latin America**. Duke University Press: Durham and London, 2003.

WETHERELL, M.; EDLEY, N. Negotiating Hegemonic Masculinity: Imaginary Positions and Psycho-discursive Practices. **Feminism and Psychology**, v. 9, n. 3, p. 335-356, 1999.

WINAND, E; SAINT-PIERRE, H. C. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História (São Paulo)**, v. 29, n. 1, p. 3-29, 2010.

WINAND, E.; SAINT-PIERRE, H. L. **O impacto das relações civis-militares sobre as missões das FA brasileiras no século XXI**. Congress Of The Latin American Studies Association, n 27, XXVII. Montréal, Canadá, 2007.

WRIGHT, H. “Masculinities perspectives”: advancing a radical woman, Peace and Security agenda?. **International Feminist Journal of Politics**, v. 22, n. 5, p. 652-674, 2020.

YOUNG, I. M. The logic of masculinist protection: Reflections on the current security state. **Signs: journal of women in culture and society**, v. 29, n. 1, p. 1-25, 2003.

ZAGUE, J. A.; MATHIAS, S. K. **As operações de fronteira e a política militar nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016)**. XI Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP), 2022.

ZALEWSKI, M. Introduction: From the “Woman” Question to the “Man” Question in International Relations. *In*: ZALEWSKI, M.; & PARPART, J. (Eds.). **The “Man” Question in International Relations**. New York: Routledge, 2018.

ZANATTA, L. **Del Estado liberal a la Nación católica.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

ZANATTA, L. **Perón y el mito de la nación católica:** Iglesia y Ejército en los orígenes del peronismo (1943-1946). Buenos Aires: Sudamericana, 1999.